



Radiografia de classes das

CONTAS PÚBLICAS DE SANTA CATARINA

Fórum Catarinense em Defesa do Serviço Público



Responsáveis técnicos

Mauricio Mulinari | *Economista, mestre e doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)*

Vicente Loeblein Heinen | *Economista pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e mestrando em Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)*

Apresentação

- ❖ O **Fórum Catarinense em Defesa do Serviço Público**, que reúne sindicatos de trabalhadores do serviço público de Santa Catarina das esferas, municipal, estadual e federal, abrangendo os poderes executivo, legislativo e judiciário, tem protagonizado nos últimos anos atos e mobilizações que buscam a defesa real e concreta do serviço público gratuito, universal e de qualidade, bem como dos profissionais que nele trabalham, visando a construção de uma sociedade com justiça social, que distribua condições para as pessoas ter uma vida digna.
- ❖ Como continuidade do trabalho desenvolvido pelo Fórum, este relatório busca qualificar o debate público sobre as finanças estaduais a partir de uma pergunta fundamental: **quem sustenta e quem se apropria do fundo público catarinense?** Para tanto, propõem-se uma radiografia de classes das contas públicas do Estado de Santa Catarina, voltada a compreender como a constituição do fundo público e as políticas fiscais moldam quem sustenta e quem se beneficia da execução do orçamento estadual.



SUMÁRIO

<i>1. O que é e a quem interessa o fundo público?</i>	<i>5</i>
<i>2. Política de renúncias fiscais</i>	<i>14</i>
<i>3. Quem compõe o fundo público catarinense?</i>	<i>30</i>
<i>4. Quem se apropria do fundo público catarinense?</i>	<i>48</i>
<i>5. Fundo público e sistema previdenciário</i>	<i>83</i>
<i>Anexos</i>	<i>96</i>

1. O QUE É E A QUEM INTERESSA O FUNDO PÚBLICO?

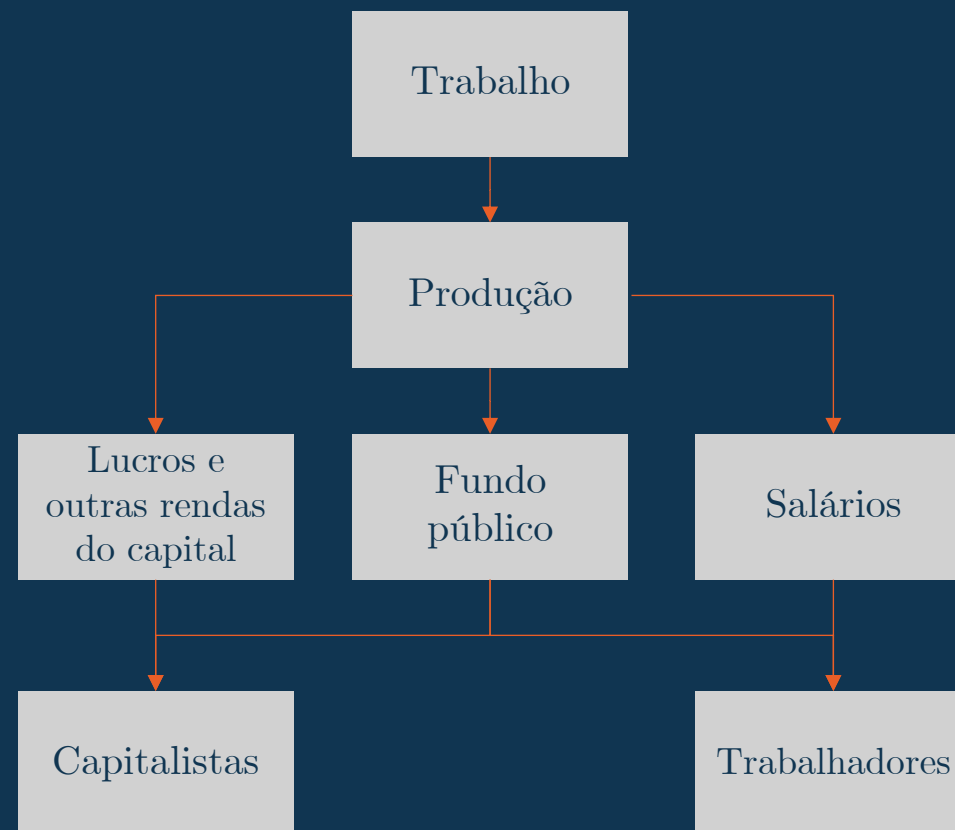




O Estado na sociedade do capital

- ❖ O Estado é parte constitutiva da reprodução do modo de produção capitalista, tendo papel central na:
 - **Dominação de classe**, protegendo a propriedade privada e disciplinando a classe trabalhadora por meio de seu aparato jurídico-militar e de seus aparelhos de hegemonia;
 - **Garantia das condições gerais de produção**, assumindo tarefas essenciais que não seriam realizadas por nenhum capital individual, como a provisão de infraestrutura (energia, transportes, comunicações, etc.) e de serviços públicos (saúde, educação, assistência social, entre outros) que garantem a oferta regular e reduzem o valor da força de trabalho.
- ❖ Essa atuação, entretanto, possui caráter contraditório. Na medida em que os trabalhadores reivindicam sua participação na riqueza social, particularmente por meio do **acesso universal e gratuito a bens e serviços públicos**, eles podem diminuir sua dependência do mercado, ganhando **poder de barganha na disputa com o capital**.

Fundo público e distribuição da riqueza social





Fundo público e luta de classes

- ❖ O fundo público corresponde à parcela da **riqueza social apropriada e redistribuída pelo Estado**, cuja configuração é **historicamente determinada** pelas necessidades de reprodução do capital e pela correlação de forças entre as classes sociais.
- ❖ Nos países onde a classe trabalhadora historicamente atingiu seus **maiores níveis de organização e maior amplitude de reivindicação**, em particular na Europa, o fundo público foi utilizado como forma de mitigar a taxa de exploração, fazendo com que os trabalhadores se reapropriassem de uma parcela maior da riqueza que eles mesmos geraram.
- ❖ Ao longo do século XX, essas conquistas se cristalizaram em **direitos universais, com provisão pública financiada por sistemas tributários progressivos**, em que os trabalhadores pagavam relativamente menos impostos do que aqueles que acumulam renda e propriedade.





Fundo público e luta de classes

- ❖ A **classe trabalhadora brasileira**, durante as lutas que atravessaram todo o século XX, conquistou determinado patamar de provimento de serviços públicos, consolidado em sua forma mais avançada na **Constituição Federal de 1988**.
- ❖ Entretanto, tal ciclo de lutas não foi capaz de atingir o **mesmo patamar de serviços públicos dos países europeus**, tampouco conseguiu alterar o **regime regressivo de tributação**, que sempre protegeu a propriedade e as altas rendas.





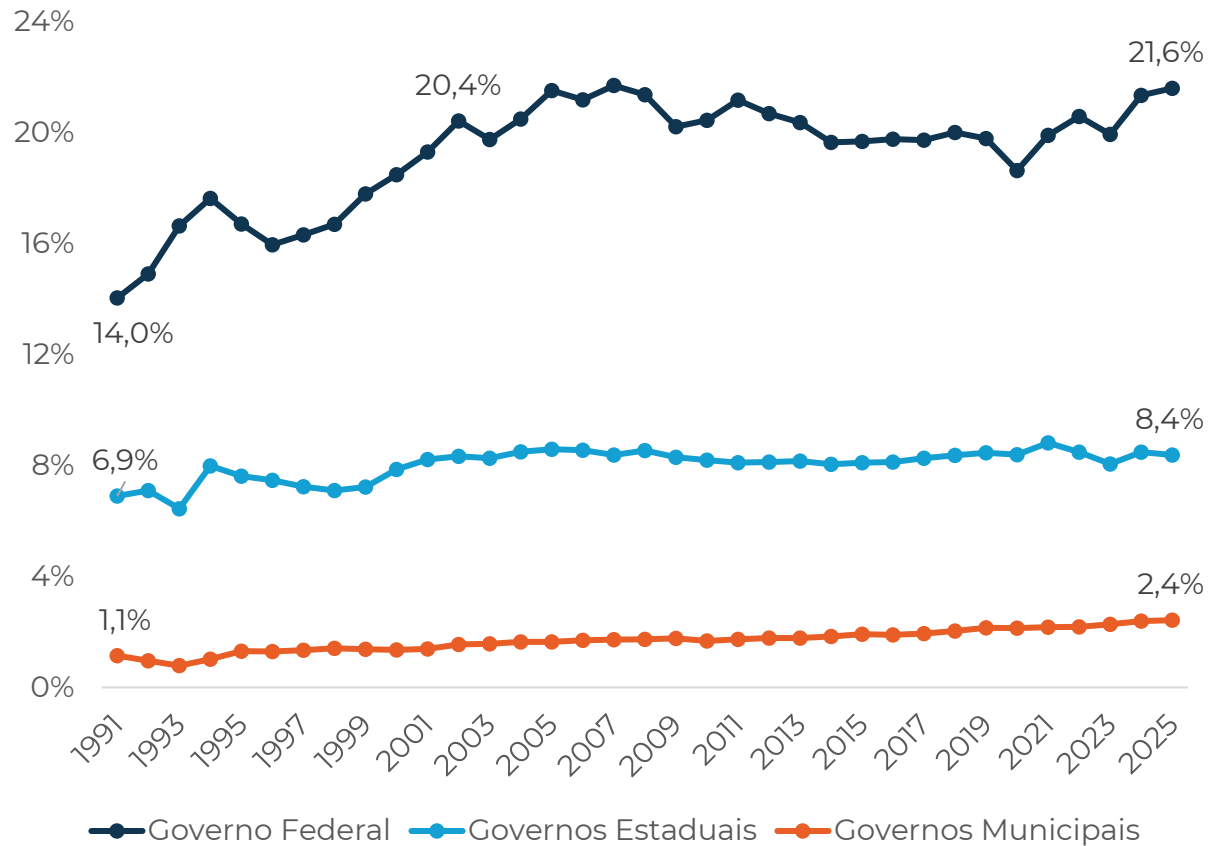
Fundo público na fase neoliberal

- ❖ O **neoliberalismo**, que se consolidou na década de 1980, em resposta à crise do capital, surgiu como uma forma histórica de atacar essas conquistas, promovendo:
 - A **substituição da tributação do capital pelo endividamento** como principal fonte de financiamento público;
 - A doutrina da **austeridade fiscal** como meio de garantir o pagamento de juros da dívida e demais transferências ao setor privado;
 - A **mercantilização e a privatização de serviços públicos e da previdência social**, criando novos espaços para a valorização do capital;
 - A implementação de **políticas sociais focalizadas**, baseadas em transferências monetárias e endividamento das famílias, **em detrimento de direitos sociais universais**;
 - O ataque às formas diretas de participação social e o aumento do **controle privado sobre o direcionamento do fundo público**.



Reformas neoliberais no Brasil

Carga tributária bruta por esfera do governo no Brasil
(% em relação ao PIB)

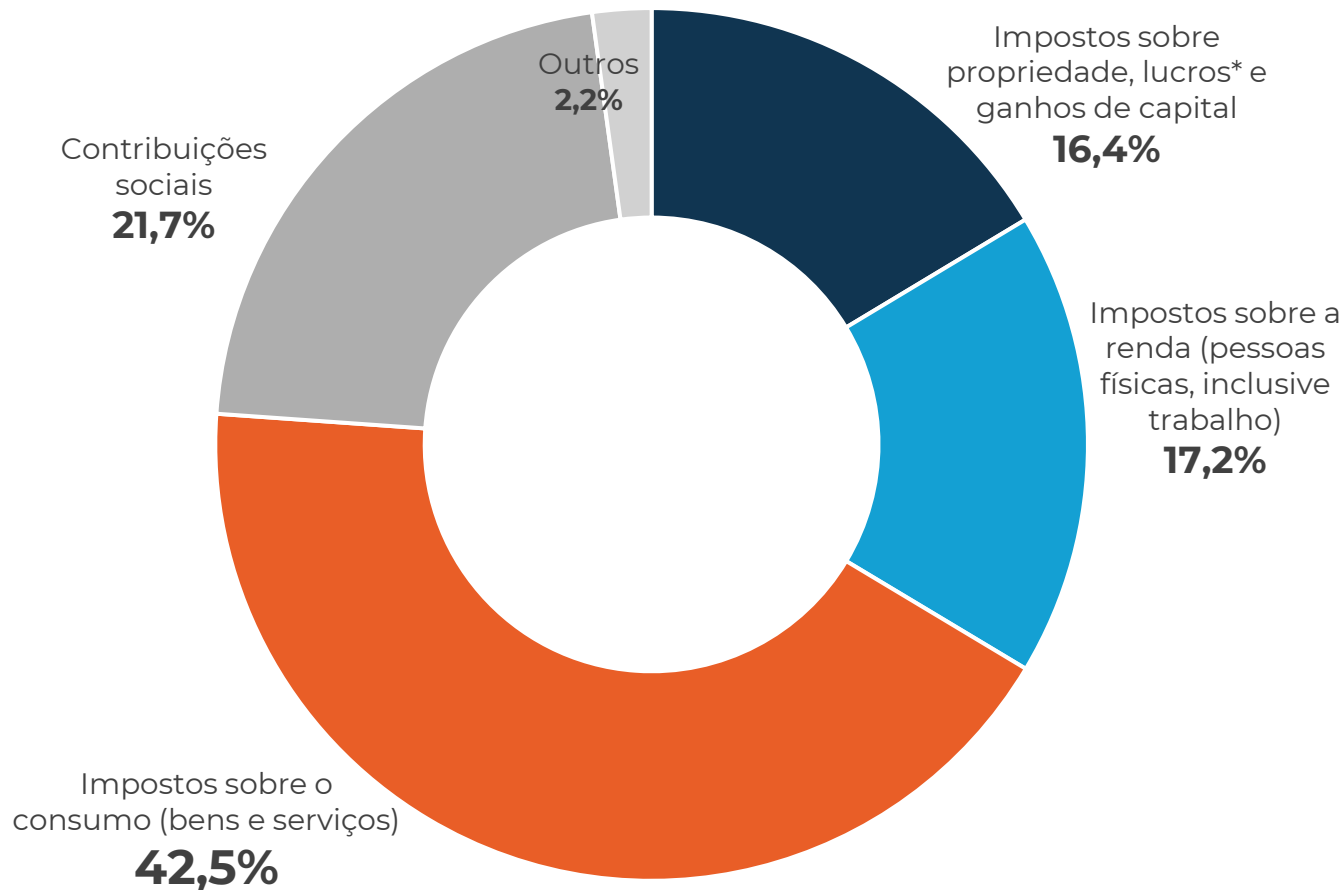


Fontes: Tesouro Nacional e FGV/IBRE

- ❖ No Brasil, a reestruturação neoliberal do Estado teve início nos anos 1990, mediante as reformas dos governos Collor e FHC, consolidando-se em 2000, com a implementação da **Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)**
- ❖ Essa reestruturação promoveu:
 - Crédito como pilar do financiamento do Estado, com a **centralização da dívida pública na União e flexibilização dos gastos financeiros**;
 - Criminalização do gasto social, com imposição de fortes **restrições fiscais para o aumento das despesas com pessoal** em todas as esferas da administração pública;
 - **Privatização e terceirização** de uma ampla gama de empresas e serviços públicos, ampliando espaços de acumulação privada;
 - **Guerra fiscal** entre os estados, que passaram a competir pela atração de empresas por meio de crescentes benefícios fiscais;
 - **Aumento histórico na carga tributária sobre a classe trabalhadora** para financiar transferências ao capital.

Carga tributária

Composição da carga tributária no Brasil por fonte (2025)

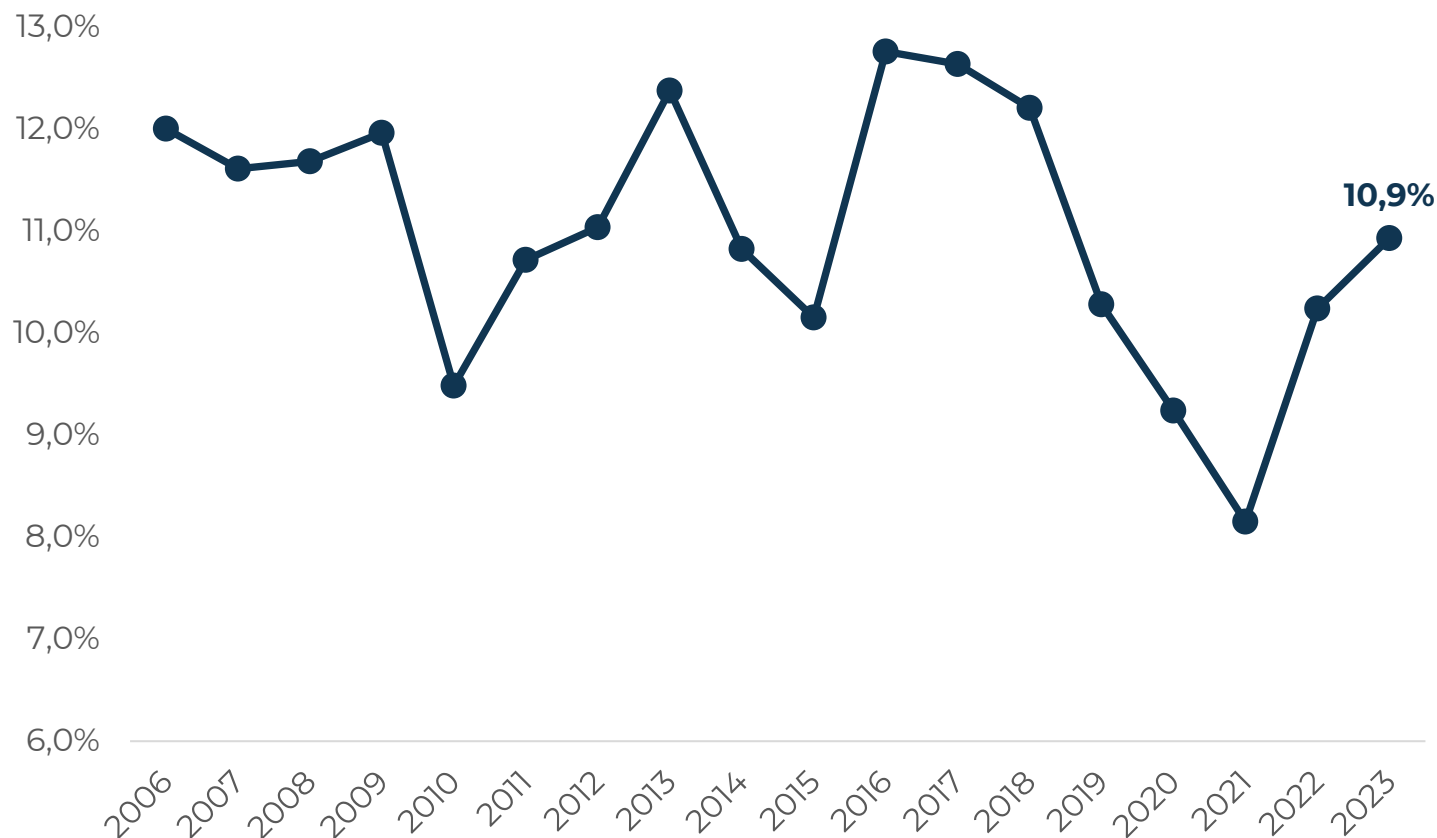


* Inclusive Imposto sobre a renda de Pessoa Jurídica
Fonte: Tesouro Nacional

- ❖ A essência desse padrão não foi alterada até hoje, fazendo do **sistema tributário brasileiro um dos mais regressivos do mundo**.
- ❖ Atualmente, **mais de 40% do fundo público nacional é composto por impostos sobre o consumo**, enquanto os impostos sobre **propriedade** (terras, imóveis, etc), **lucros e outras rendas do capital representam apenas 16,4%** da arrecadação e os impostos sobre a renda perfazem 17,2%.
- ❖ De acordo com levantamento do IPEA (2022), o Estado brasileiro cobra cerca de 50% mais sobre o consumo, porém 60% a menos sobre a propriedade do que a média dos países desenvolvidos (OCDE). A maior divergência ocorre na **tributação da renda do capital, especialmente sobre dividendos, que é isenta no Brasil**, ao contrário do padrão das economias avançadas.

Sistema da dívida

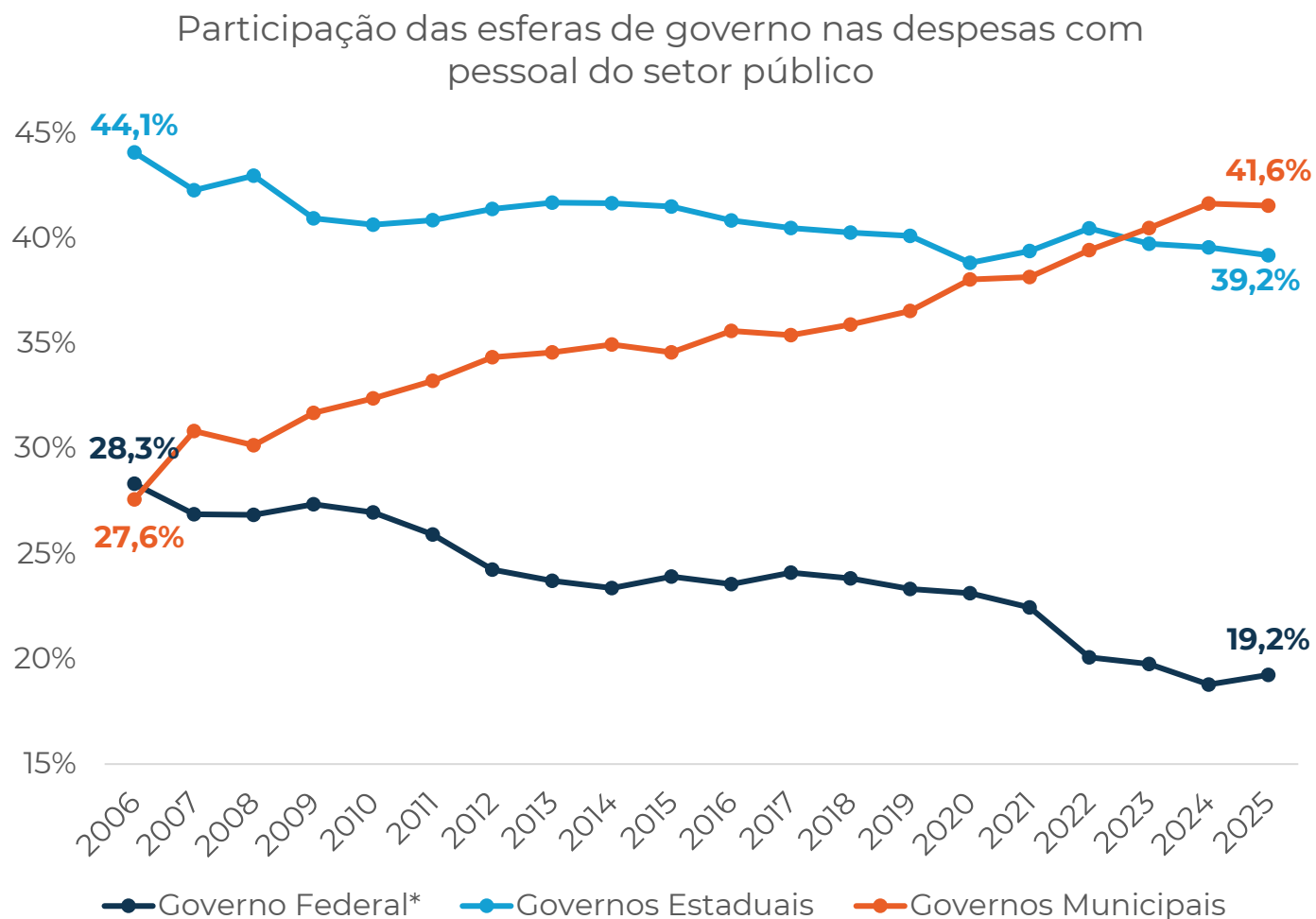
Proporção do orçamento da União gasto com o pagamento de juros da dívida pública



Fonte: Tesouro Nacional

- ❖ O atual padrão de financiamento do Estado brasileiro compromete grande parte do fundo público, uma vez que se baseia em **juros estruturalmente elevados** para atração de capital internacional especulativo.
- ❖ Ao longo das últimas décadas, cerca de **10% de todas as receitas da União** foram para as mãos dos grandes bancos e demais rentistas que se apropriam dos juros da dívida pública.
- ❖ Em 2025, com a Selic fixada em níveis injustificáveis, o Brasil direcionou **3% de todo o seu PIB** somente para o pagamento de **juros da dívida pública** federal (sem considerar amortizações e correções monetárias do valor principal).

• Delegação da provisão pública •



* Exceto empresas estatais
Fonte: Tesouro Nacional

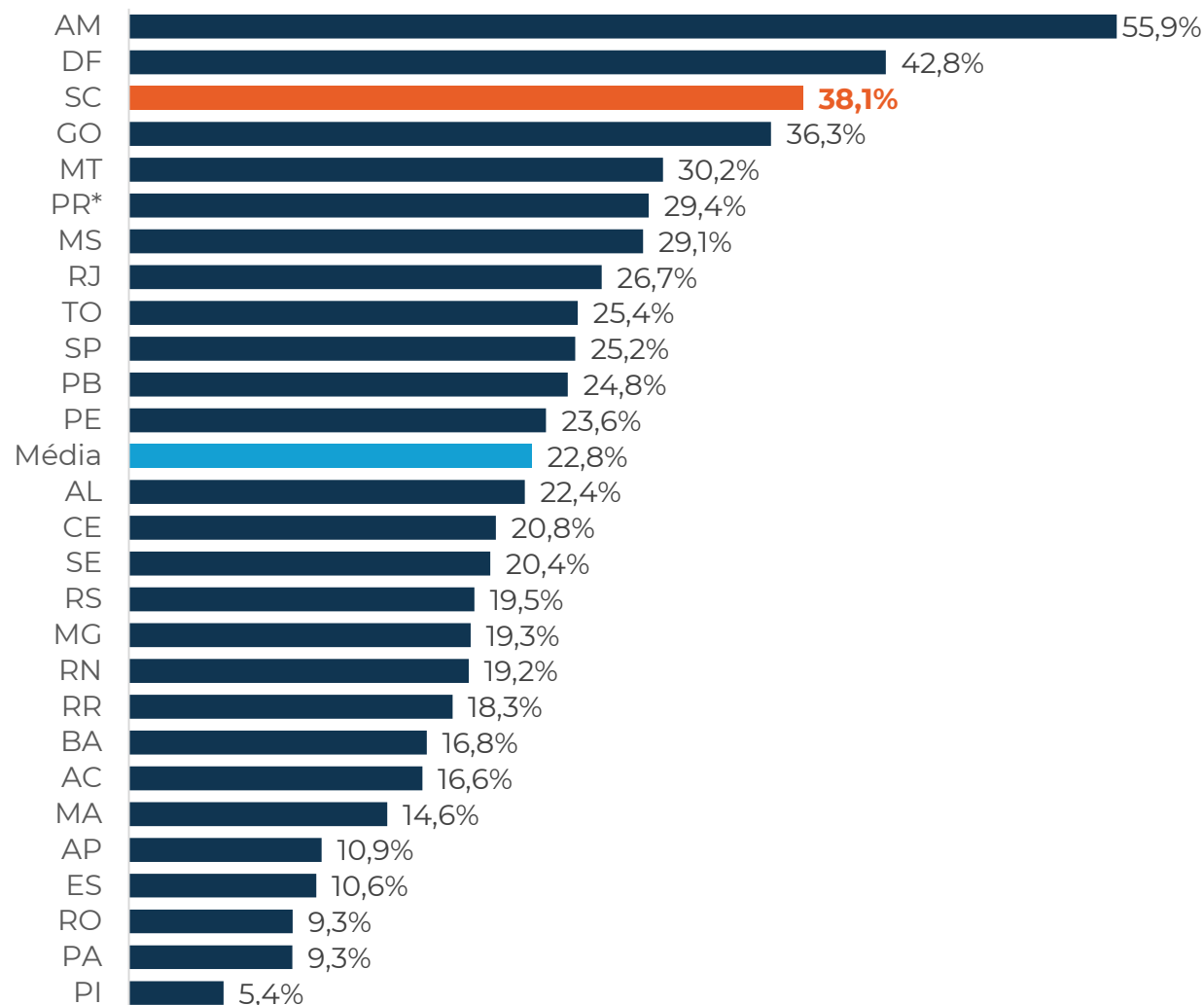
- ❖ As regras fiscais são um complemento a esse regime. O “Teto de Gastos” de 2016 e sua versão contemporânea, o “Novo Arcabouço Fiscal” servem como meios de **conter o gasto social do governo federal**, garantindo a solvência da dívida pública e as transferências ao grande capital.
- ❖ Diante dessas amarras, a **União tem se retirado gradualmente da provisão direta de serviços públicos**, priorizando transferências de recursos em detrimento da contratação de servidores.
- ❖ Com isso, há uma **crescente delegação da provisão pública** para os estados e, principalmente, para os municípios, os quais já são responsáveis por 41,6% de toda a folha salarial do serviço público brasileiro (contra menos de 30% no início do século)

2. POLÍTICA DE RENÚNCIAS FISCAIS



Renúncias fiscais

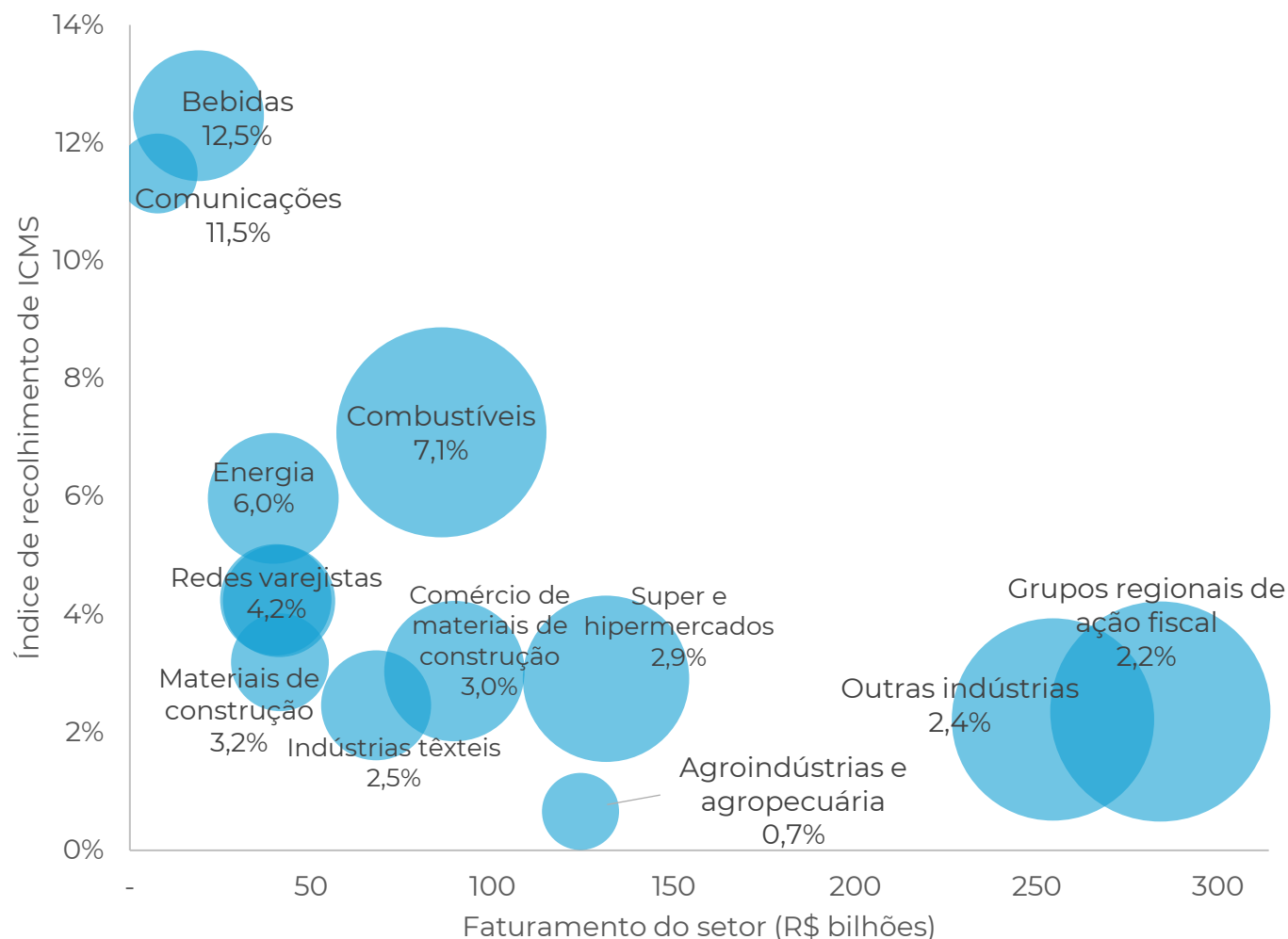
Taxa de renúncia Fiscal de ICMS por UF (2024)



- ❖ Mesmo antes da composição do fundo público, o Estado expressa seu caráter de classe ao definir **sobre quem recai o peso da tributação**.
- ❖ Nesse sentido, as renúncias fiscais – isto é, os impostos que o Estado deixa de cobrar ao conceder benefícios tributários às empresas – constituem um mecanismo fundamental para garantir que o **fundo público transfira riqueza para o capital**.
- ❖ Santa Catarina é o **segundo estado brasileiro que mais concede benefícios fiscais**, atrás somente de São Paulo. Em termos relativos à arrecadação, o estado catarinense ocupa a **terceira posição no ranking nacional**, sendo superado apenas pelo Amazonas (Zona Franca de Manaus) e pelo Distrito Federal.
- ❖ De acordo com levantamento do Tesouro Nacional, o **governo catarinense abdica de arrecadar quase 40% dos impostos** que deveriam compor o fundo público, quase o dobro da média de todas as UFs.

• Beneficiários das renúncias •

Recolhimento de ICMS por grupo empresarial (proporção do faturamento total das empresas com domicílio fiscal em SC, 2023)

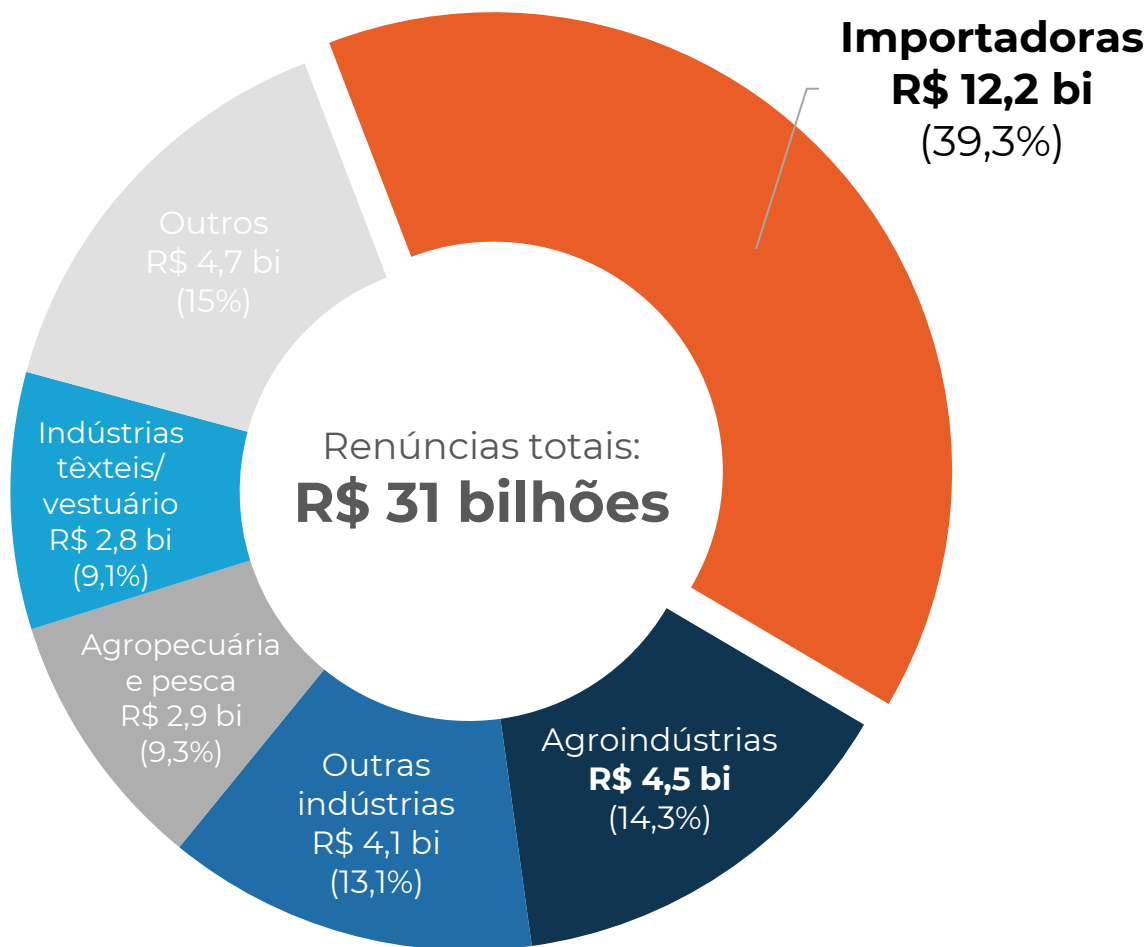


Fonte: SEF/SC – Panorama das Contas do Estado

- ❖ Em Santa Catarina, 97% das renúncias fiscais incidem sobre o ICMS, principal imposto do estado. Para as **famílias e para a maioria das pequenas empresas** – que dificilmente acessam os benefícios fiscais –, a alíquota padrão desse imposto é de 17%.
- ❖ No entanto, o índice médio de recolhimento de ICMS gira em torno de **apenas 3% do faturamento das grandes empresas**, podendo chegar a somente 0,7% em alguns setores, como é o caso do “agronegócio”, que **praticamente não contribui para a formação do fundo público**.
- ❖ A maior fatia das renúncias ocorre nos “grupos regionais de ação fiscal”, categoria que concentra **grandes beneficiários** de regimes especiais e Tratamentos Tributários Diferenciados (TTDs), em particular de importação.

• Beneficiários das renúncias •

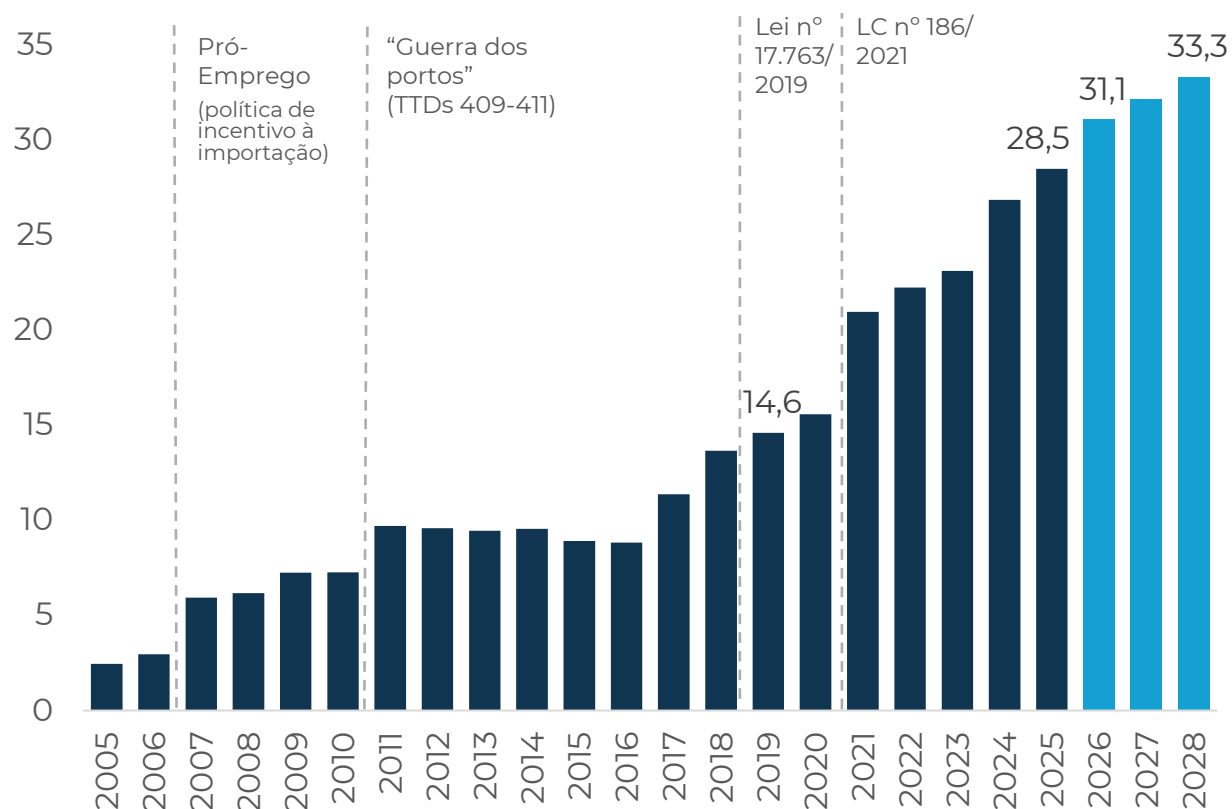
Setores empresariais beneficiados pelas renúncias fiscais (LDO 2026)



- ❖ De acordo com a LDO, o governo catarinense deve abrir mão de arrecadar **R\$ 31 bilhões somente em 2026**.
- ❖ Desse montante, R\$ 12,2 bilhões, cerca de **40% do total, vai para as grandes empresas de importações**, em particular as chamadas “*trade companies*” que operam nos portos do estado.
- ❖ Além disso, há dois outros grupos grandes empresariais beneficiados pela medida: o “**agronegócio**” (que, somando as atividades agropecuárias e agroindustriais, deixará de pagar mais de R\$ 7 bilhões em 2026); e a indústria, em particular o segmento **têxtil-vestuário**, que embora represente menos de 4% do PIB estadual, recebe quase 10% das renúncias fiscais.

• Desoneração progressiva do capital •

Evolução das renúncias fiscais do estado de Santa Catarina
(R\$ bilhões a preços constantes*)



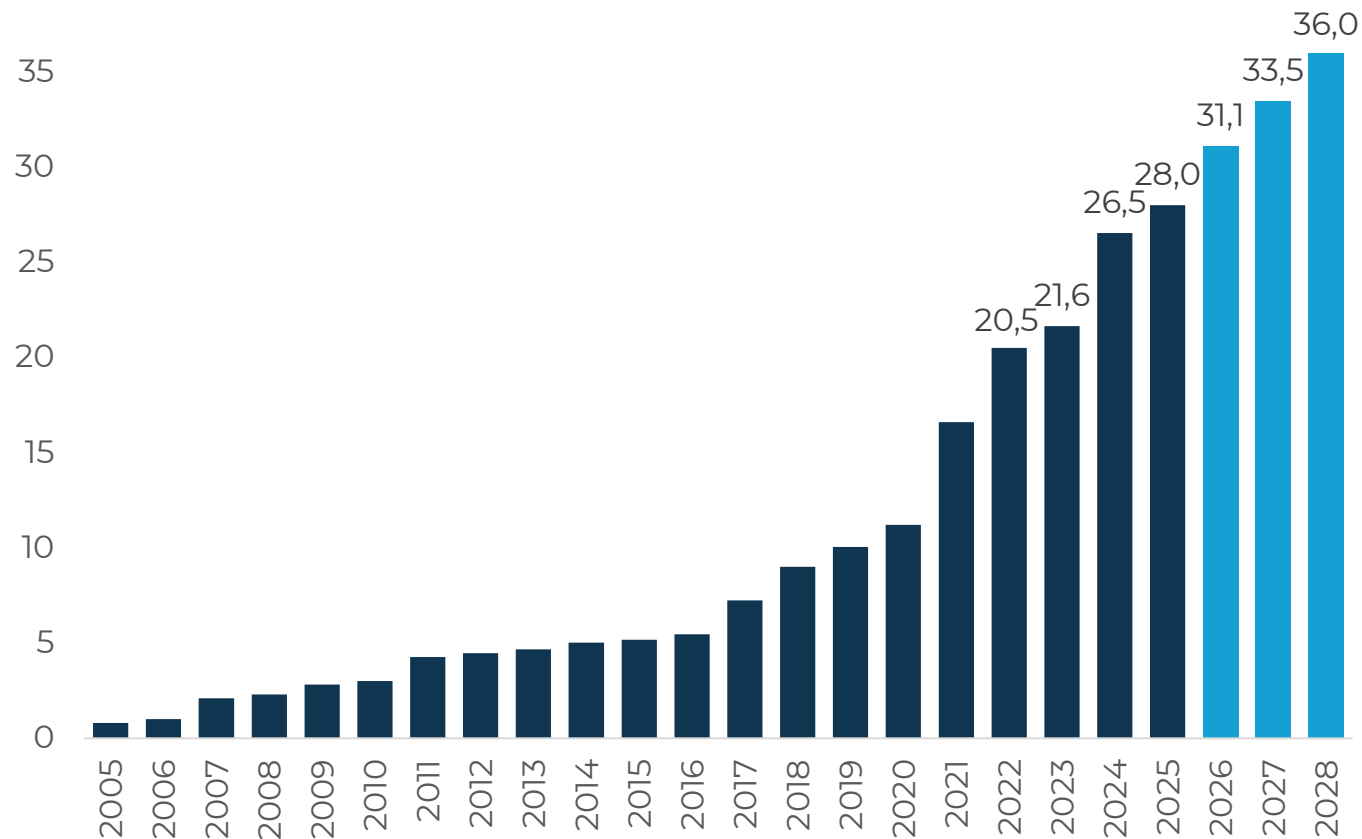
Fontes: Estimativas contidas na LDO de cada ano para o período 2005-2017; Estimativas próprias a partir dos dados de crédito presumido e outras renúncias efetivas informadas pela SEF/SC para o período 2017-2021; Renúncias efetivas (Anexos da Prestação de Contas do Estado, v. II) para o período 2022-2025; e Projeções contidas na LDO 2026 para o período 2026-2028;

* Valores ajustados pelo IPCA para 2026, considerando projeções de inflação incorporadas na LDO para o período 2026-2028.

- ❖ No contexto da guerra fiscal, as renúncias fiscais consolidaram-se como o **principal objeto de lobby do grande capital** em SC, atravessando diferentes governos desde os anos 2000.
- ❖ Há pouca transparência sobre os reais valores renunciados pelo estado até 2022, quando o TCE/SC determinou que o governo estabelecesse um monitoramento mínimo sobre o volume de benefícios concedidos.
- ❖ Ainda assim, é inegável que a política de renúncias se expandiu fortemente nos últimos anos, especialmente em dois momentos: em 2021, no contexto das **negociações que evitaram o impeachment do governador Moisés**; e a partir de 2023, com o **início do governo Jorginho Mello**.
- ❖ Além das linhas de renúncias criadas e expandidas nos últimos anos, o governo **orçou na LOA um espaço para novos incentivos no valor de R\$ 600 milhões** anuais a partir de 2026.

• Desoneração progressiva do capital •

Evolução das renúncias fiscais do estado de Santa Catarina
(R\$ bilhões a preços correntes)



Fontes: Estimativas contidas na LDO de cada ano para o período 2005-2017; Estimativas próprias a partir dos dados de crédito presumido e outras renúncias efetivas informadas pela SEF/SC para o período 2017-2021; Renúncias efetivas (Anexos da Prestação de Contas do Estado, v. II) para o período 2022-2025; e Projeções contidas na LDO 2026 para o período 2026-2028.



As renúncias fiscais funcionam?

- ❖ O governo estadual defende sua política de renúncias fiscais com dois argumentos principais:
 - 1) **Compensação de desvantagens competitivas:** os benefícios seriam necessários para compensar custos logísticos, distância dos grandes mercados consumidores, escassez de insumos agropecuários e a concorrência com produtos importados ou estados que concedem benefícios fiscais. No caso das importações, o argumento central é que, sem os incentivos, empresas e operações portuárias migrariam para outros estados na guerra fiscal;
 - 2) **Geração de emprego, renda e arrecadação:** o governo sustenta que as renúncias garantem a instalação de cadeias produtivas no estado. Assim, mesmo abrindo mão de grande fatia do ICMS, a política elevaria a arrecadação total, já que, caso contrário, as empresas não contribuiriam no estado.



As renúncias fiscais funcionam?

Há pelo menos cinco motivos pelos quais os argumentos do governo não se sustentam:



**Benefícios fiscais não
são principal fator de
investimento**



**Aprofundamento da
guerra fiscal e
clientelismo político**



**Falta de
transparência**



**Ineficiência na
geração de empregos**



**Enfraquecimento da
economia local**



As renúncias fiscais funcionam?



Benefícios fiscais não são principal fator de investimento



Aprofundamento da guerra fiscal e clientelismo político



Falta de transparência



Ineficiência na geração de empregos



Enfraquecimento da economia local

A evidência empírica mostra que fatores estruturais como acesso a mercados consumidores, infraestrutura e encadeamentos produtivos são **muito mais determinantes do que incentivos fiscais** para a atração de investimentos (Buss, 2001). A expansão portuária catarinense, por exemplo, ocorreu junto de grandes **investimentos em infraestrutura** e de um aumento da demanda por importações, fatores que podem ter sido tão ou mais decisivos para o aumento da arrecadação do que os benefícios fiscais.



As renúncias fiscais funcionam?



Benefícios fiscais não são principal fator de investimento



Aprofundamento da guerra fiscal e clientelismo político



Falta de transparência



Ineficiência na geração de empregos



Enfraquecimento da economia local

Ao competirem via renúncias fiscais, os estados tendem a deslocar investimentos entre eles, porém sem quaisquer ganhos no agregado (Versano, Ferreira e Afonso, 2002). Nesse processo, os setores empresariais beneficiados pressionam continuamente pela manutenção e ampliação de benefícios. Assim, mesmo estados que se beneficiam inicialmente passam a arrecadar **proporcionalmente menos a cada nova rodada** de incentivos. Na prática, tem-se uma “corrida para o fundo”, cujos principais resultados são o **aumento da margem de lucro do capital** e a **queda da base tributária para todos os estados**.



As renúncias fiscais funcionam?



Benefícios fiscais não são principal fator de investimento



Aprofundamento da guerra fiscal e clientelismo político



Falta de transparência



Ineficiência na geração de empregos



Enfraquecimento da economia local

Em seu último parecer sobre as contas do governo, o TCE/SC (2026) apontou que o estado não divulga informações detalhadas sobre as renúncias fiscais nem dispõe de **mecanismos adequados de avaliação** da política. O próprio argumento de que “as empresas deixariam o estado” caso não recebessem benefícios é meramente retórico, **sem comprovação científica**. Será mesmo que tantas empresas deixariam de operar nas estratégicas rotas portuárias de SC a ponto de compensar as receitas bilionárias que poderiam ser arrecadadas com a cobrança integral do ICMS sobre importações?



As renúncias fiscais funcionam?



Benefícios fiscais não são principal fator de investimento



Aprofundamento da guerra fiscal e clientelismo político



Falta de transparência



Ineficiência na geração de empregos



Enfraquecimento da economia local

Os principais setores beneficiados pelas renúncias fiscais **não tem histórico de geração de empregos de qualidade no estado**. As importadoras operam em escritórios administrativos, gerando poucos empregos diretos. O agronegócio foi responsável pela forte concentração de terras observada no estado nas últimas décadas, com queda no número de produtores integrados e emprego industrial marcado por baixos salários, alta rotatividade e espantosos níveis de acidentes de trabalho. Por fim, o setor têxtil-vestuário se notabiliza por um crescente processo de terceirização, com redução da participação do emprego formal nas unidades fabris e expansão das facções organizadas em torno do trabalho familiar, informal e precário *

As renúncias fiscais funcionam?



Benefícios fiscais não são principal fator de investimento



Aprofundamento da guerra fiscal e clientelismo político



Falta de transparência



Ineficiência na geração de empregos



Enfraquecimento da economia local

Ao incentivar importações, as renúncias ampliam a concorrência sobre pequenos produtores locais, o que tende a **reduzir a diversificação produtiva da economia catarinense**. É pouco provável que esses efeitos sejam compensados pela atração de investimentos, já que grande parte das operações incentivadas envolve o mero deslocamento do faturamento e do desembaraço aduaneiro para SC, com reduzidos encadeamentos produtivos locais. Uma avaliação dos resultados do PRODEC, por exemplo, concluiu que os incentivos se concentraram em regiões já industrializadas, **sem promover desconcentração produtiva nem ganhos relevantes de competitividade** (Santos, 2018).

Ganhos potenciais da revisão de renúncias

- ❖ Ao contrário do que argumenta o governo, o **volume excessivo** de renúncias fiscais concedidas pelo estado representa uma perda efetiva de arrecadação, com **impactos orçamentários expressivos**.
- ❖ Para estimar esse impacto, consideramos um cenário em que a política de renúncias catarinenses de fato buscasse apenas equalizar a guerra fiscal, **alinhando-se à média nacional** (22,8% da receita potencial de ICMS) a partir de 2026.

Impactos potenciais da revisão de renúncias fiscais no orçamento de 2026:

Receitas totais do Estado	+ R\$ 12,5 bilhões
Municípios (cota-parte 25%)	+ R\$ 3,1 bilhões
Fundeb (20% da RCL)	+ R\$ 2,5 bilhões
Educação (25% da RCL)*	+ R\$ 3,1 bilhões
Saúde (12% da RCL)*	+ R\$ 1,5 bilhão
TJSC (9,41% da RCL)	+ R\$ 1,2 bilhão
ALESC (4,34% da RCL)	+ R\$ 543 milhões
MPSC (3,98% da RCL)	+ R\$ 498 milhões
UDESC (2,49% da RCL)	+ R\$ 311 milhões
TCE/SC (1,83% da RCL)	+ R\$ 229 milhões

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da LOA (2026)

* Supondo ganhos proporcionais em cenário com execução orçamentária próxima aos mínimos constitucionais.



Ganhos potenciais para os municípios

Distribuição entre os principais municípios

Município	Ganho potencial em 2026
Itajaí	R\$ 256.978.796,39
Joinville	R\$ 247.066.329,63
Blumenau	R\$ 111.626.623,32
Jaraguá do Sul	R\$ 87.762.545,78
Chapecó	R\$ 76.623.140,28
Florianópolis	R\$ 73.001.632,79
São José	R\$ 62.305.193,86
Brusque	R\$ 54.858.888,28
Araquari	R\$ 45.457.167,24
Criciúma	R\$ 52.222.483,73
Palhoça	R\$ 44.411.742,88
Lages	R\$ 40.978.007,25
São Francisco do Sul	R\$ 36.920.994,04
Navegantes	R\$ 42.350.753,22
Concórdia	R\$ 34.224.321,21
Gaspar	R\$ 32.535.224,57
Campos Novos	R\$ 29.219.331,22
Caçador	R\$ 29.900.214,05
Balneário Camboriú	R\$ 31.926.362,37
Videira	R\$ 28.083.620,07
Indaial	R\$ 26.748.044,02

Distribuição por associação regional

Associação	Ganho potencial em 2026
AMFRI	R\$ 413.204.124,92
AMUNESC	R\$ 406.200.898,43
AMVE	R\$ 308.050.212,78
GRANFPOLIS	R\$ 299.182.476,50
AMOSC	R\$ 163.122.474,46
AMVALI	R\$ 153.792.102,05
AMREC	R\$ 150.743.218,27
AMAVI	R\$ 135.053.219,76
AMARP	R\$ 121.825.259,73
AMUREL	R\$ 121.295.097,62
AMAUC	R\$ 110.653.407,12
AMURES	R\$ 107.735.530,75
AMEOSC	R\$ 100.797.523,53
AMPLANORTE	R\$ 96.026.142,69
AMAI	R\$ 92.227.040,35
AMMOC	R\$ 81.869.447,21
AMERIOS	R\$ 80.769.565,09
AMESC	R\$ 69.181.141,81
AMPLASC	R\$ 47.745.220,99
AMNOROESTE	R\$ 37.941.657,22
AMURC	R\$ 28.208.344,98



O que o governo poderia fazer com as receitas renunciadas?

❖ Com R\$ 12,5 bilhões a mais em caixa, o governo poderia...



ampliar em **45% a folha de pagamentos** dos servidores públicos estaduais;



sustentar de forma unilateral **todo o sistema previdenciário** do estado;



cobrir os custos de todos os beneficiários atuais do **Plano SC Saúde por mais de uma década**;



financiar um volume de **cirurgias eletivas 18 vezes superior** ao realizado em 2025;



construir **2,5 mil escolas** com 12 salas de aula e quadra poliesportiva (padrão recomendado pelo FNDE);



oferecer vagas em creches e escolas públicas em **período integral para todas as crianças de até 13 anos** no estado;



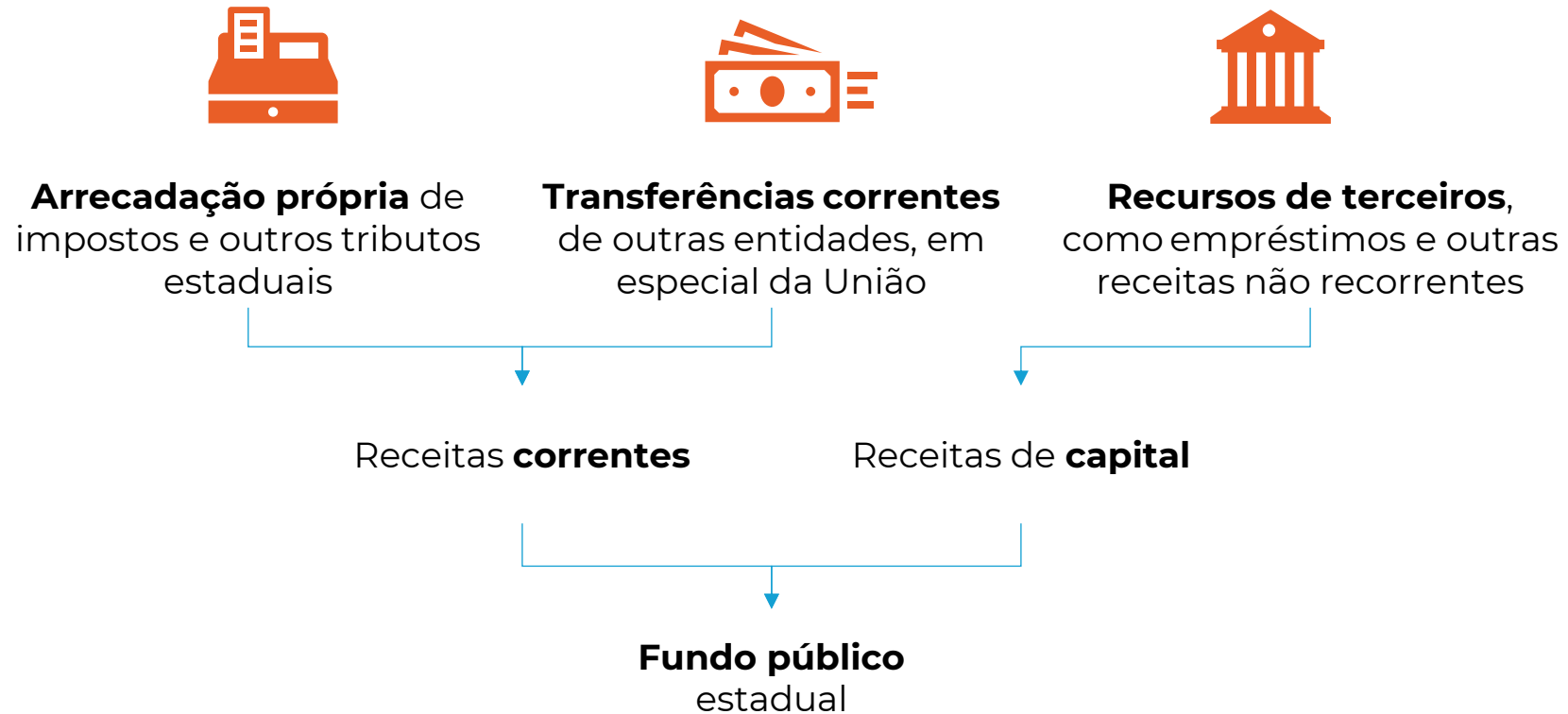
conceder um **vale alimentação de R\$ 1 mil para todas** as famílias catarinenses com renda *per capita* inferior a 1 salário-mínimo.



3. QUEM COMPÕE O FUNDO PÚBLICO CATARINENSE?

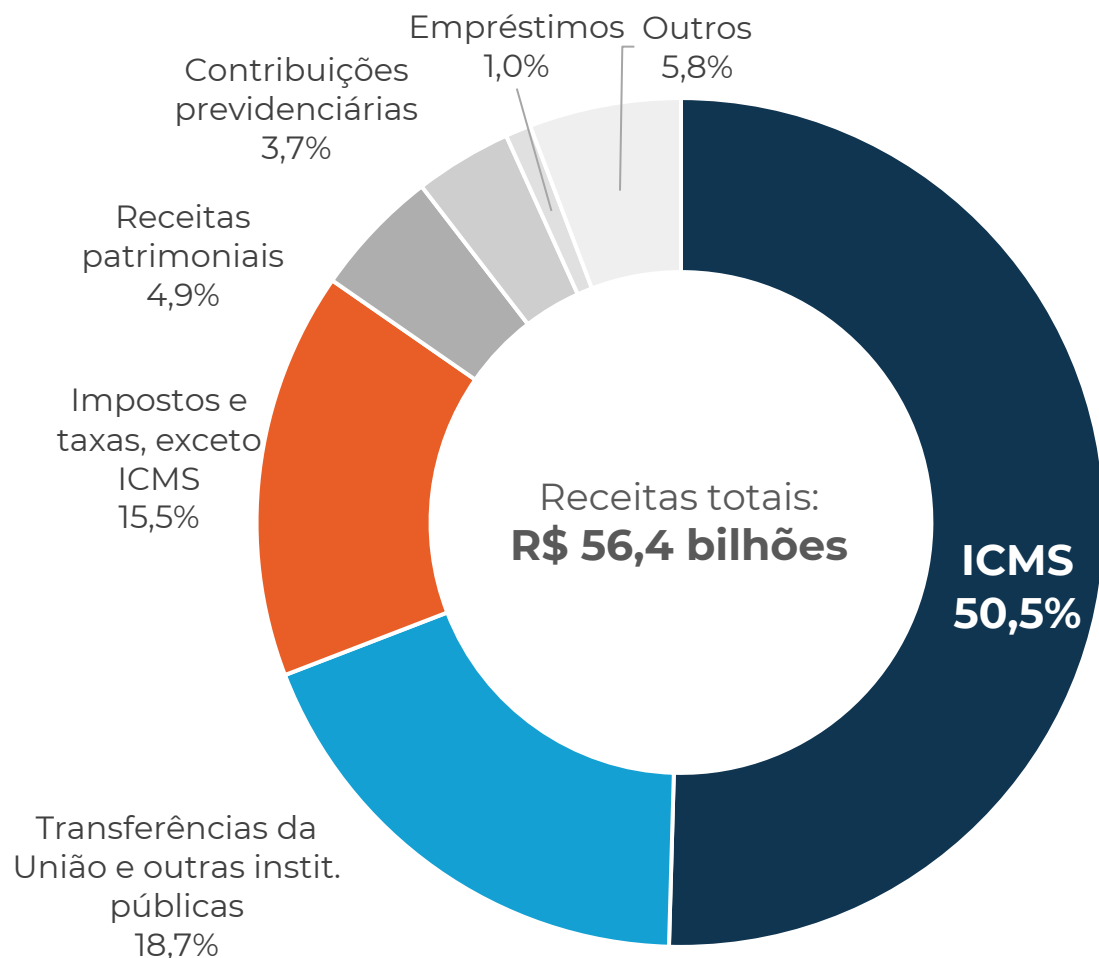


• Composição do fundo público •



Receitas

Composição das receitas* do Governo do Estado de Santa Catarina em 2025

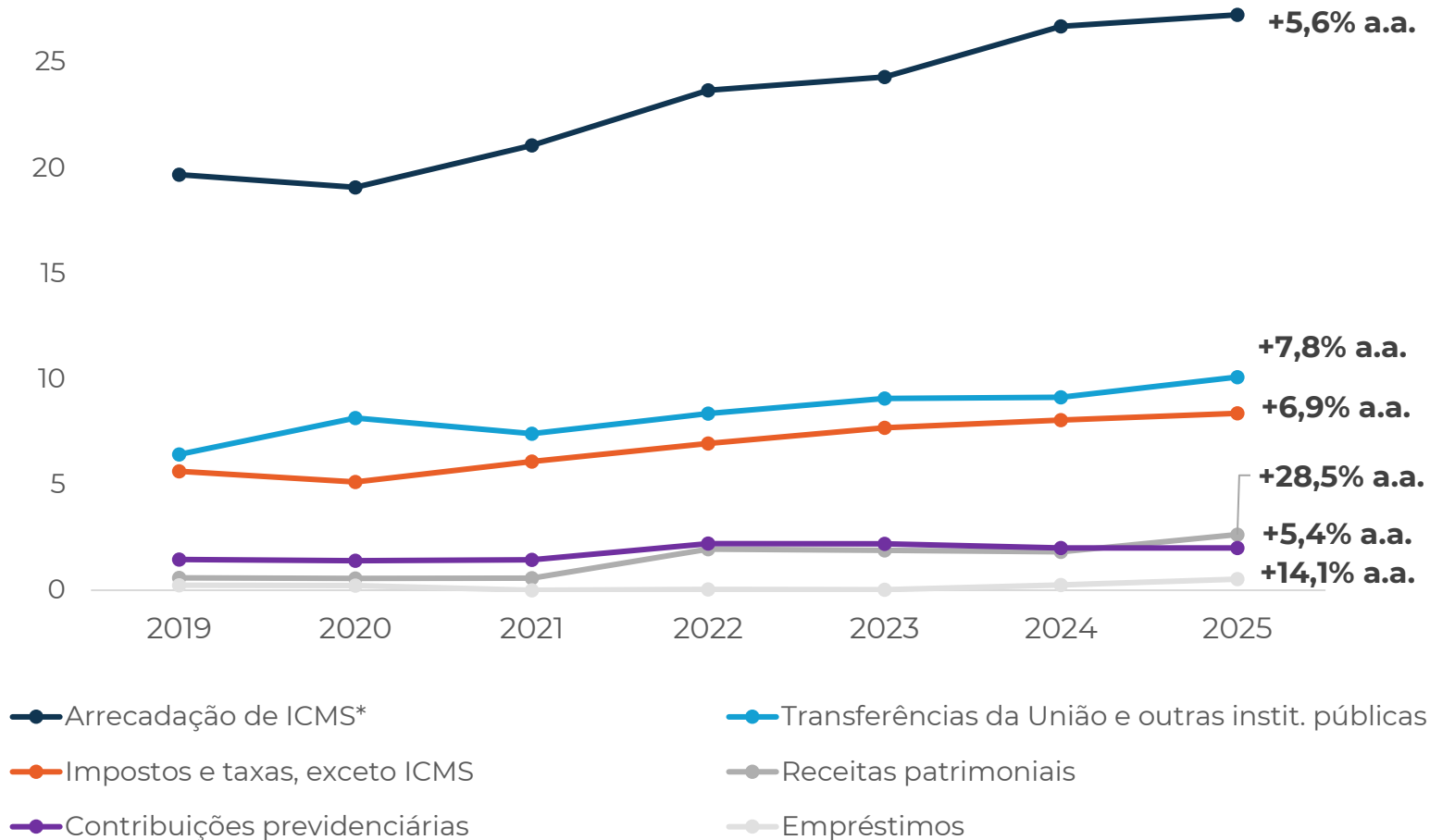


* Exceto intra-orçamentárias
Fonte: RREO/ Portal da Transparência

- ❖ Mesmo com o recorde histórico de renúncias fiscais, a receita do Governo de Santa Catarina totalizou **R\$ 56,4 bilhões** em 2025.
- ❖ Desse total, R\$ 27,2 bilhões foram arrecadados na forma do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Isso significa que cerca da **metade do fundo público catarinense provém da tributação sobre o consumo**.
- ❖ O restante da arrecadação própria é composta essencialmente por: outros impostos e taxas (15,5% das receitas totais), receitas patrimoniais (4,9%) e contribuições previdenciárias (3,7%).
- ❖ Além disso, aproximadamente **20% do fundo público catarinense é financiado por transferências de outras instituições públicas**, em particular da União

Crescimento das receitas

Evolução das receitas do estado – Principais fontes
(R\$ bilhões a preços de 2025)



- ❖ Considerando o período entre 2019 e 2025, as receitas estaduais cresceram, em média, **6,2% ao ano** em termos reais, isto é, descontada a inflação.
- ❖ Essa trajetória é determinada essencialmente pela **arrecadação de ICMS**, que, apesar do aumento das renúncias, avançou 5,6% ao ano.
- ❖ O período também marcou um crescimento das transferências da União, em particular por meio dos **repasses do FUNDEB, do SUS e do Fundo de Participação dos Estados (FPE)**, que foi inflado a partir de 2019, no contexto do “Plano Brasil Maior”.

* Inclusive compensações repassadas pela União por conta da desoneração de combustíveis
Fonte: RREO/ Portal da Transparência

Impostos

Detalhamento da arrecadação de impostos e taxas (R\$ milhões, valores correntes)

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Var. média anual - Real
IMPOSTOS E TAXAS	25.302	24.208	27.160	30.616	31.277	34.753	35.326	5,7%
ICMS	19.674	19.080	21.062	23.669	23.586	26.700	26.949	5,4%
IR sobre salários - Retido na fonte	2.265	2.271	2.267	2.789	2.945	2.988	3.187	5,9%
IPVA	1.078	1.130	1.113	1.413	1.655	1.700	1.813	9,1%
Atos da segurança pública	1.146	1.117	1.148	1.187	1.176	1.211	1.190	0,6%
ITCMD	387	404	667	706	833	873	867	14,4%
Imposto sobre outras rendas	55	61	39	37	84	139	154	18,8%
Taxas de fiscalização, regulação e outras	79	63	73	78	85	99	101	4,1%
Outros	618	81	790	735	913	1.041	1.066	9,5%

Fonte: RREO/ Portal da Transparência

Transferências

Detalhamento das transferências correntes recebidas (R\$ milhões, valores correntes)

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Var. média anual - Real
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.110	6.803	8.561	9.704	10.418	10.680	11.705	8,7%
Transferências Públicas (União, Fundos e outras instit. públicas)	6.432	8.152	7.407	8.365	9.085	9.134	10.098	7,8%
FUNDEB	3.569	3.357	3.809	4.395	4.320	4.587	4.683	4,6%
Cota-Parte do FPE	1.362	1.274	1.542	1.939	1.726	1.958	2.253	8,7%
SUS	446	655	884	794	1.138	1.466	1.725	25,3%
Salário-Educação	314	313	344	383	408	301	306	-0,4%
Programas de enfrentamento à Covid-19		2.201	37	11				-
Cota-Parte do IPI	258	267	299	234	223	322	309	3,0%
Compensações perdas de arrecadação de ICMS				10	718		299	-
FNDE	105	78	83	126	78	84	63	-8,3%
Piso Salarial Enfermagem					58	97	117	-
Outras	376	5	409	471	417	318	343	-1,5%
Transferências de Instituições Privadas	676	793	1.153	1.339	1.333	1.546	1.607	15,5%
Doações Fundo Social	460	541	774	891	897	1.032	1.109	15,8%
Convênios para manutenção do Ensino Superior	112	137	237	331	321	365	387	23,0%

Fonte: RREO/ Portal da Transparência

• Outras receitas •

Detalhamento das demais receitas correntes relevantes (R\$ milhões, valores correntes)

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Var. média anual - Real
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS (Previdência)	1.462	1.399	1.447	2.207	2.204	2.001	2.000	5,4%
RECEITAS PATRIMONIAIS	586	561	576	1.945	1.884	1.817	2.637	28,5%
Rendimentos bancários - Recursos não-vinculados	134	72	204	621	579	711	1.150	43,0%
Resultados das empresas estatais (JSCP e Dividendos)	18	49	40	68	60	86	95	32,1%
Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamentos	16	30	39	157	98	93	89	32,8%
Outras	418	409	293	1.099	1.147	927	1.303	20,9%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	718	588	589	840	857	753	741	0,5%
Multas por infrações de trânsito	197	113	156	142	120	109	123	-7,5%
Multas por Auto de Infração	17	16	21	21	32	68	104	35,3%
Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência	64	57	58	67	117	132	83	4,5%

Fonte: RREO/ Portal da Transparência

• Receitas de capital •

Receitas de capital (R\$ milhões, valores correntes)

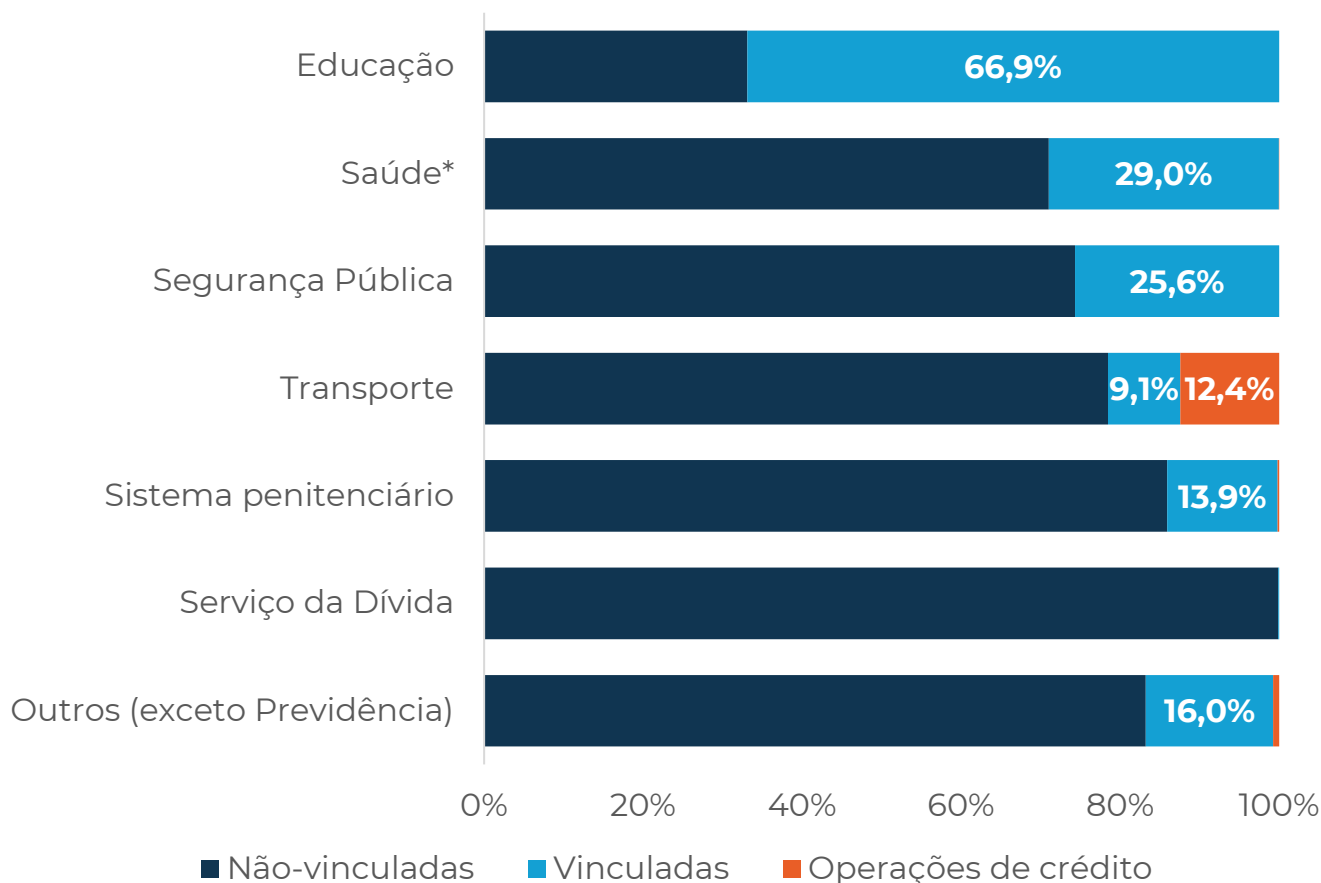
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Var. média anual - Real
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	237,7	227,5		44,5	20,5	248,9	525,3	14,1%
BNDES - Estrada Boa - Lei 17.186/2017						172,1	322,0	-
BNDES - Lei 17.186/2017 (Fundo de Apoio aos Municípios)				34,2	20,5	61,9	162,5	-
Operações em Mercado Externo (BID/BIRD)	121,0	115,8				14,9	40,8	-
Outras operações no mercado interno	116,7	111,7		10,3				-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	20,3	19,4	81,8	83,9	70,4	105,2	175,3	43,3%
Emendas parlamentares		1,0	0,1	1,4	11,8	24,2	97,9	-
Convênios com a União (fundos de segurança pública)	4,6		54,0	64,9	46,9	61,4	43,7	45,6%
Outras	15,7	18,4	27,7	17,6	11,7	19,5	33,7	13,6%
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	41,0	39,2	34,2	39,7	54,5	62,3	77,8	11,3%
VENDA DE BENS PÚBLICOS	12,7	12,2	16,8	27,1	19,6	16,4	47,7	24,6%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL			62,7			90,2		-

Fonte: RREO/ Portal da Transparência

- ❖ Apesar do crescimento robusto das receitas correntes, da expansão desenfreada das renúncias fiscais e do cenário de juros historicamente elevados, o **governo Jorginho retomou a política de endividamento público** para financiar suas plataformas eleitorais.
- ❖ Entre 2024 e 2025, o governo contratou novos **empréstimos no valor de R\$ 774 milhões**. Esses recursos são direcionados basicamente a obras rodoviárias, no contexto do programa “Estrada Boa” e das transferências aos municípios.

Vinculação orçamentária

Participação das receitas vinculadas, não-vinculadas e de crédito por função de despesas do Executivo (2025)

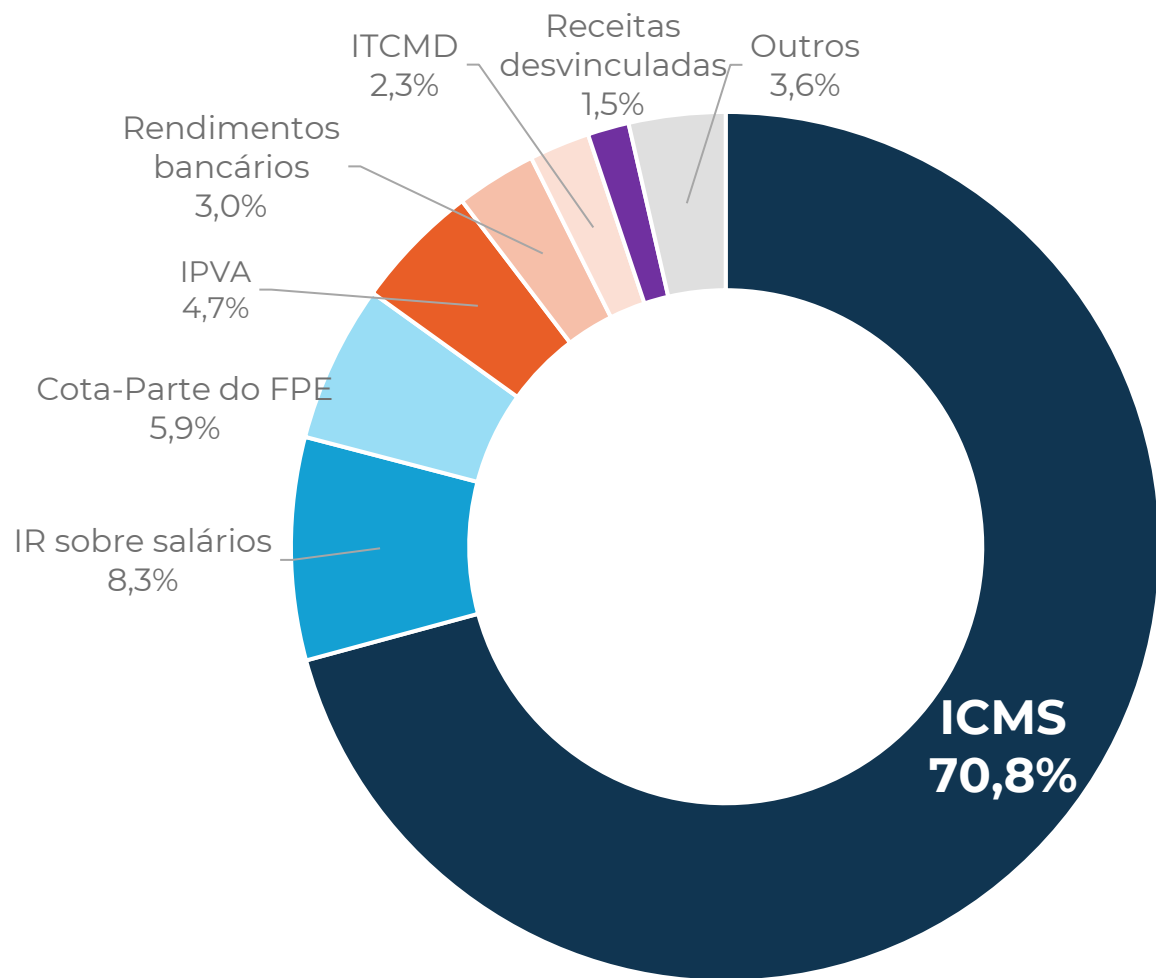


* Inclusive despesas de Assistência Hospitalar e Ambulatorial registradas na função Administração
Fonte: Portal da Transparência do Executivo de SC

- ❖ As receitas provenientes de transferências da União e de outras instituições públicas, bem como taxas e contribuições, têm natureza distinta da arrecadação tributária do Estado, pois apresentam **forte vinculação orçamentária**
- ❖ Do total de receitas vinculadas que compõem o fundo público catarinense, quase **80% destinam-se às áreas de educação e saúde**. Em 2025, as transferências federais financiaram cerca de **2/3 das despesas estaduais em educação** – especialmente por meio do FUNDEB, do PNAE e do Salário-Educação – e 29% dos gastos em saúde – via repasses do SUS
- ❖ As **receitas de capital**, como empréstimos e emendas parlamentares, também possuem natureza específica no orçamento, pois não se destinam a despesas correntes. Em geral, são captadas para **financiar investimentos, sobretudo obras e aquisição de equipamentos**

Receitas não-vinculadas

Composição das receitas não-vinculadas (2025)



- ❖ Devido à vinculação orçamentária, cerca de 30% do fundo público **não pode ser direcionado conforme as preferências do governo.**
- ❖ As decisões políticas do governo incidem sobre o restante do orçamento, isto é, as **receitas não-vinculadas**, que totalizaram quase **R\$ 40 bilhões em 2025.**
- ❖ Nesse recorte, a participação do ICMS no orçamento sobe para 70,8%. É justamente sobre essa **fonte central de financiamento próprio que o governo tem ampliado sua política de renúncias fiscais.**

Quem paga ICMS em Santa Catarina?

- ❖ O ICMS é uma forma de financiamento do fundo público bastante funcional ao grande capital, uma vez que **não incide diretamente sobre os lucros**, que grande parte de sua **cobrança é isentada** por meio de benefícios fiscais e que o restante pode ser **repassado ao consumidor final**.
- ❖ Na prática, o **ICMS é pago pelas famílias**, sendo recolhido de **forma direta** – que aparece nas notas fiscais das compras realizadas em supermercados, farmácias, postos de combustíveis, etc. – e **indireta** – na medida que os impostos pagos pelas empresas acabam sendo embutidos nos preços finais dos produtos.
- ❖ Os dados de consumo estadual* indicam que cerca da metade do ICMS arrecadado em SC é **efetivamente pago por famílias catarinenses**, sendo o restante cobrado sobre produtos que vão para fora do estado.

* Método de cálculo e detalhes podem ser conferidos nos Anexos, apresentados ao final do estudo.





Quem paga ICMS em Santa Catarina?

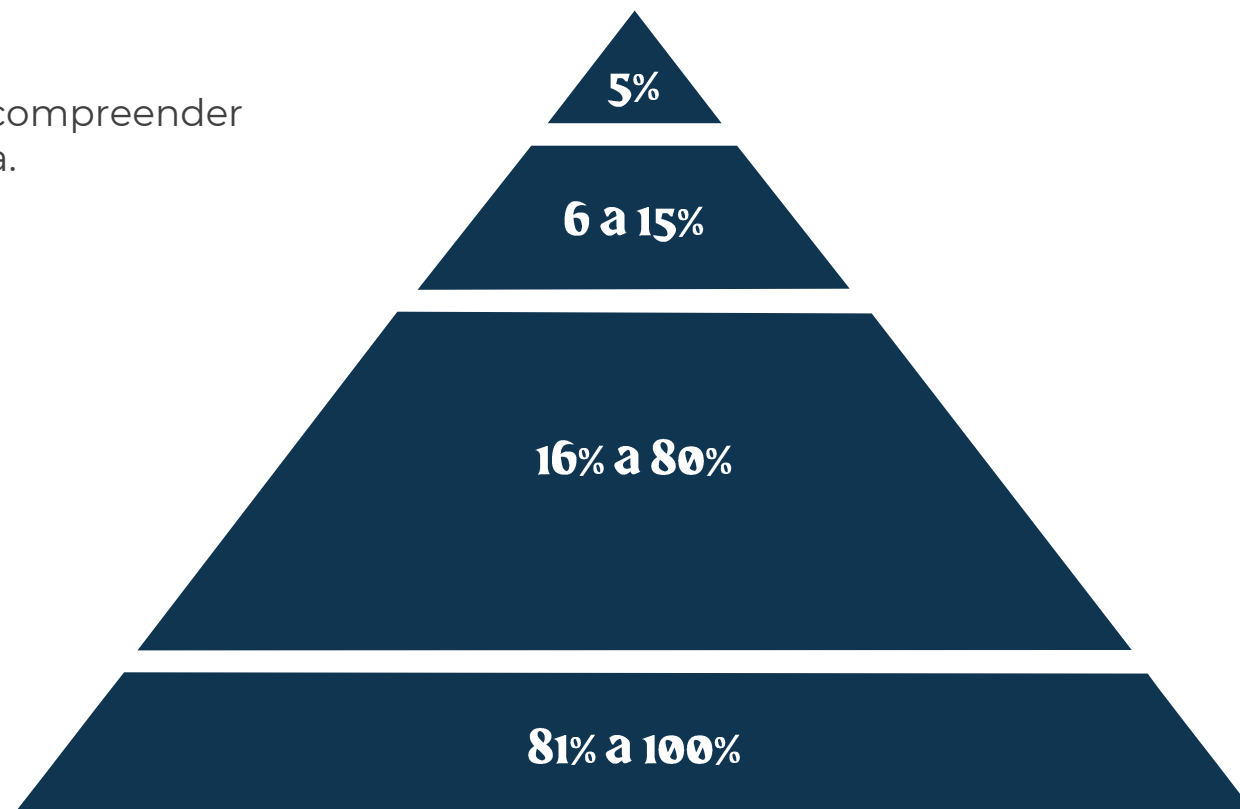
- ❖ A incidência de ICMS sobre cada tipo de mercadoria, bem como o peso que elas possuem no orçamento das famílias é extremamente **desigual entre as classes sociais**.
- ❖ O ICMS sobre alimentos, remédios e energia elétrica, por exemplo, pesa relativamente mais entre as **famílias mais pobres**, que consomem **praticamente todo seu orçamento com bens básicos**.
- ❖ As **camadas intermediárias**, por sua vez, sentem relativamente mais os impostos sobre combustíveis e bens de consumo, como roupas, eletrodomésticos e artigos do lar
- ❖ Já as famílias no **topo da pirâmide de renda** gastam relativamente menos com bens básicos, dedicando grande parte de seu orçamento à aquisição de veículos, educação e saúde privadas, por exemplo.





Classes sociais e pirâmide de renda em SC

Os estratos de renda podem ser tomados como **aproximações para as classes sociais**, ajudando a compreender quem compõem o fundo público em Santa Catarina.



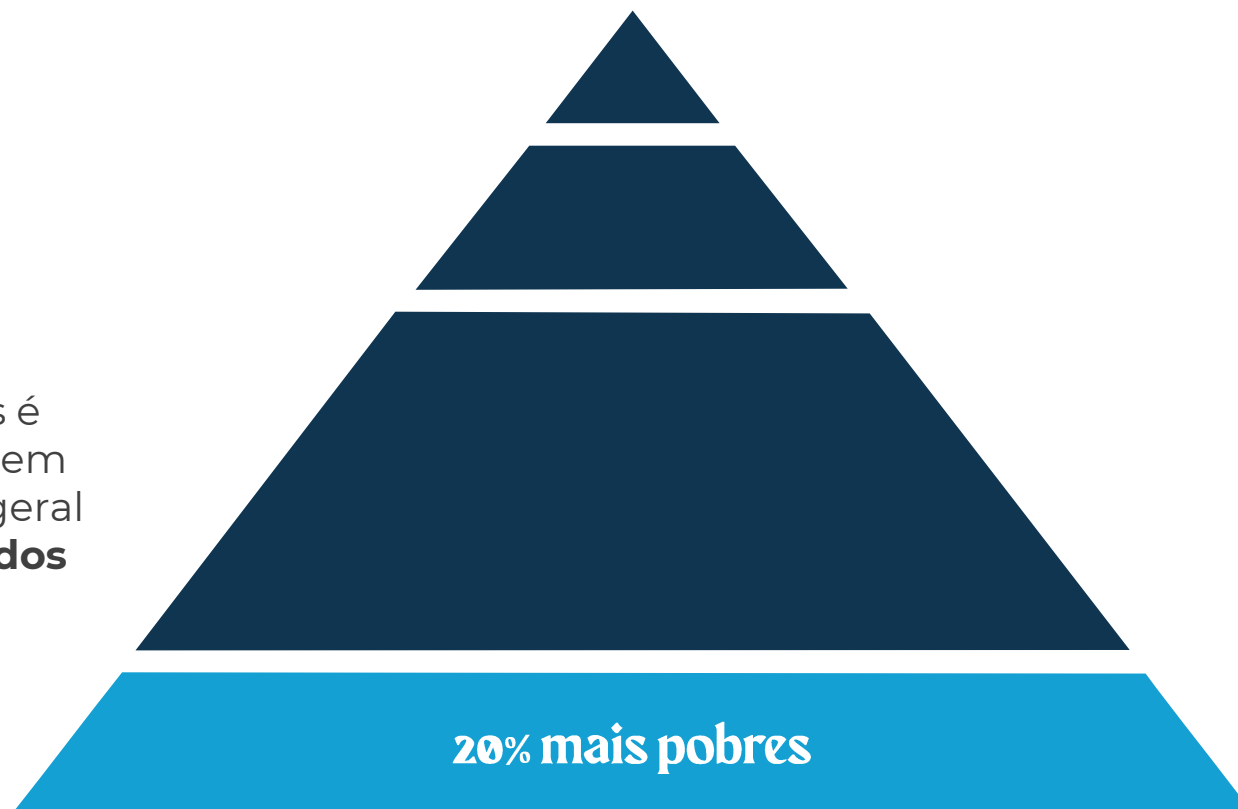
Estratificação das famílias em percentis por ordem de renda (da maior para a menor)





Classes sociais e pirâmide de renda em SC

O estrato das famílias entre as 20% mais pobres é composto majoritariamente por trabalhadores em **ocupações extremamente precarizadas**, em geral recebendo **até 1 salário mínimo**, por **aposentados que recebem o piso do INSS**, beneficiários de programas sociais, como o **Bolsa Família**, e pessoas que sequer conseguem se inserir no mercado de trabalho.





Classes sociais e pirâmide de renda em SC

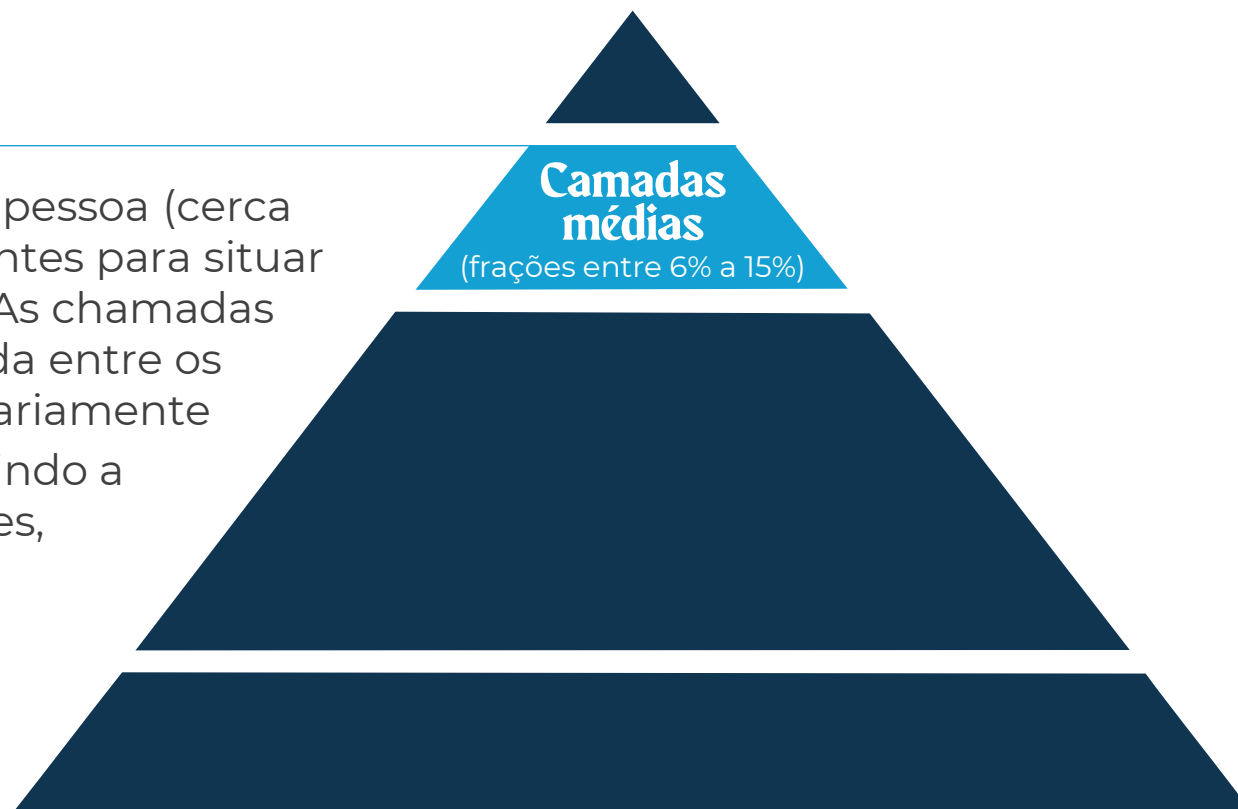
- O estrato intermediário, das famílias acima de 20%, porém abaixo dos 15% mais ricos, representa cerca de **2/3 da classe trabalhadora** ativa catarinense, que geralmente vivem com rendas **de 1 a 2 salários mínimos por pessoa**. Esse grupo é composto majoritariamente por famílias de **operários industriais, comerciários** e trabalhadores de **nível médio nos serviços**, além dos aposentados que recebem **até o teto do INSS**.





Classes sociais e pirâmide de renda em SC

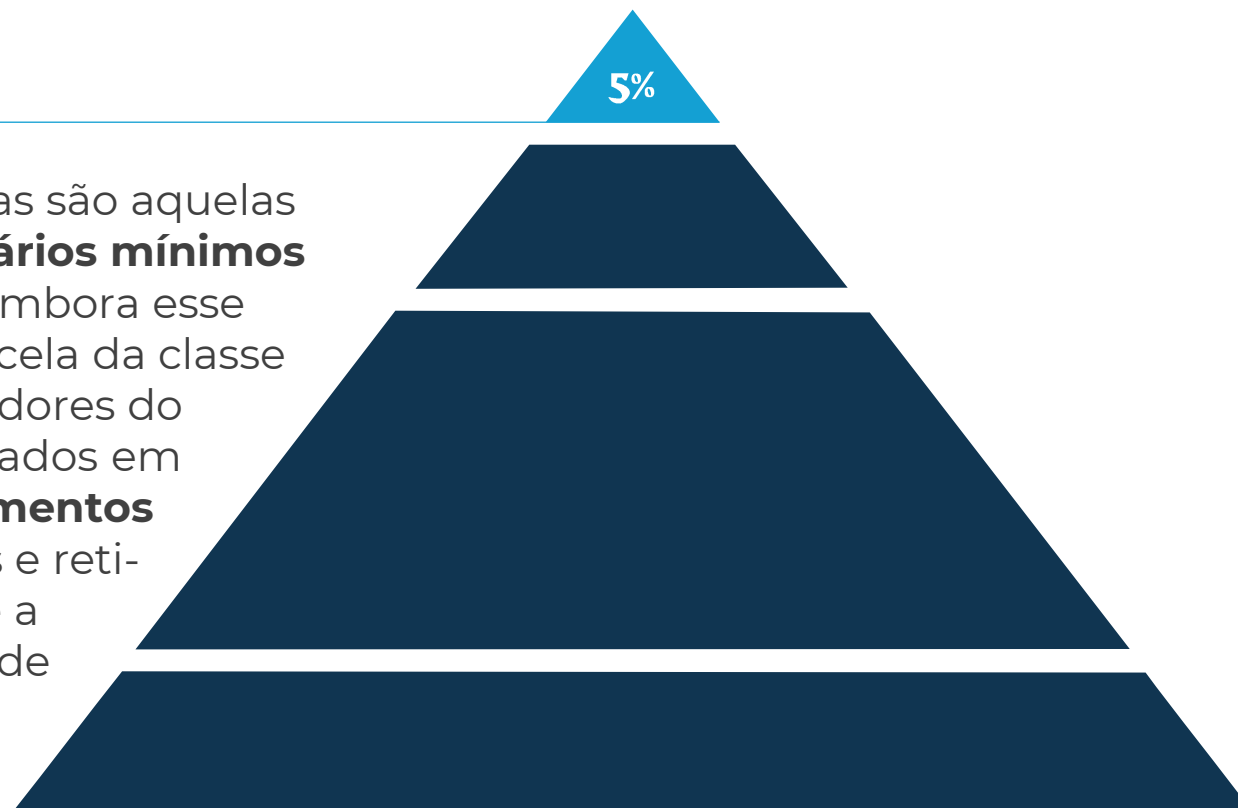
Rendas de apenas **3 salários mínimos** por pessoa (cerca de R\$ 5 mil reais atualmente) já são suficientes para situar famílias entre as 15% mais ricas do estado. As chamadas “camadas médias” (estatisticamente situada entre os percentis de 6% a 15%) é composta majoritariamente por **trabalhadores de nível superior**, incluindo a **maior parte do serviço público** (professores, profissionais da saúde, policiais, etc.), além de **aposentados** com renda próxima ao teto do INSS, **profissionais liberais** e empregadores com até 9 funcionários.





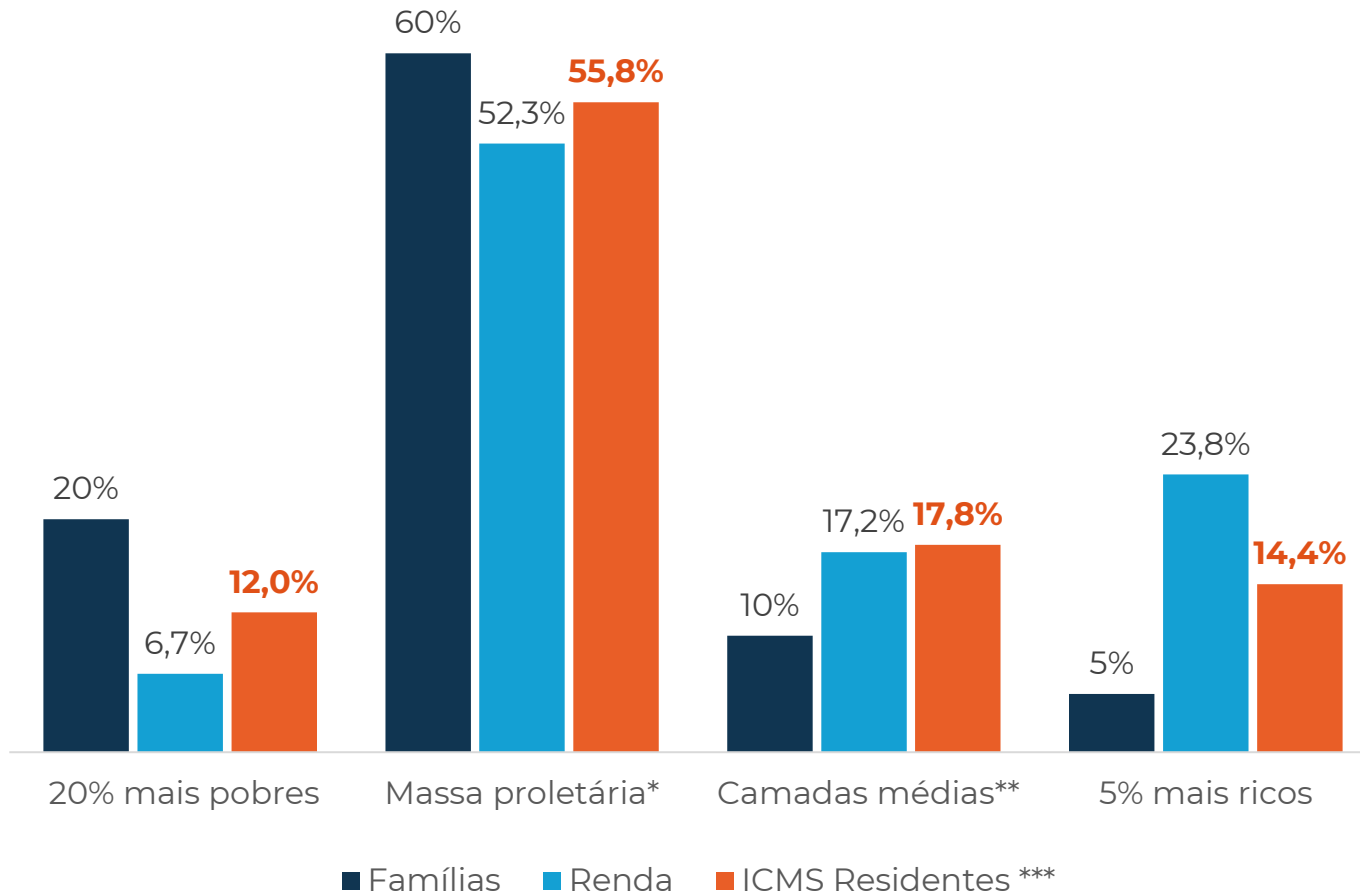
Classes sociais e pirâmide de renda em SC

As famílias catarinenses entre as 5% mais ricas são aquelas que possuem renda mensal **superior a 5 salários mínimos** (cerca de R\$ 8 mil atualmente) por pessoa. Embora esse estrato também seja composto por uma parcela da classe trabalhadora (como gerentes, militares, servidores do judiciário, professores universitários, aposentados em regimes de paridade, entre outros), os **rendimentos do capital** (lucros, dividendos, juros, aluguéis e retiradas de empregadores) representam quase a metade de sua renda. Assim, esse recorte pode ser utilizado como uma aproximação para a **estrutura de renda e consumo das classes dominantes**.



• Quem paga ICMS em SC? •

Estimativa da participação dos estratos de renda no ICMS arrecadado de residentes em SC



- ❖ O cruzamento entre a estrutura de renda e de consumo das famílias revela o caráter **fortemente regressivo** da cobrança de ICMS em Santa Catarina.
- ❖ Embora as famílias entre as 20% mais pobres recebam somente 6,7% da renda estadual, elas arcam com 12% da arrecadação interna de ICMS, ou seja, **quase o dobro do que deveriam** pelo critério da proporcionalidade.
- ❖ A **carga tributária sobre o restante da classe trabalhadora também é desproporcional**, uma vez que a participação na tributação supera a da renda em ambos os estratos intermediários.
- ❖ Inversamente, os 5% mais ricos se apropriam de **23,8% da renda**, porém **contribuem com apenas 14,4% do ICMS no estado**. Se o critério da proporcionalidade fosse seguido, as famílias burguesas deveriam pagar 40% a mais em tributos, de modo a desonerar a classe trabalhadora.

* Famílias entre os percentis de renda 16 a 80; ** Famílias entre os percentis de renda 6 a 15;

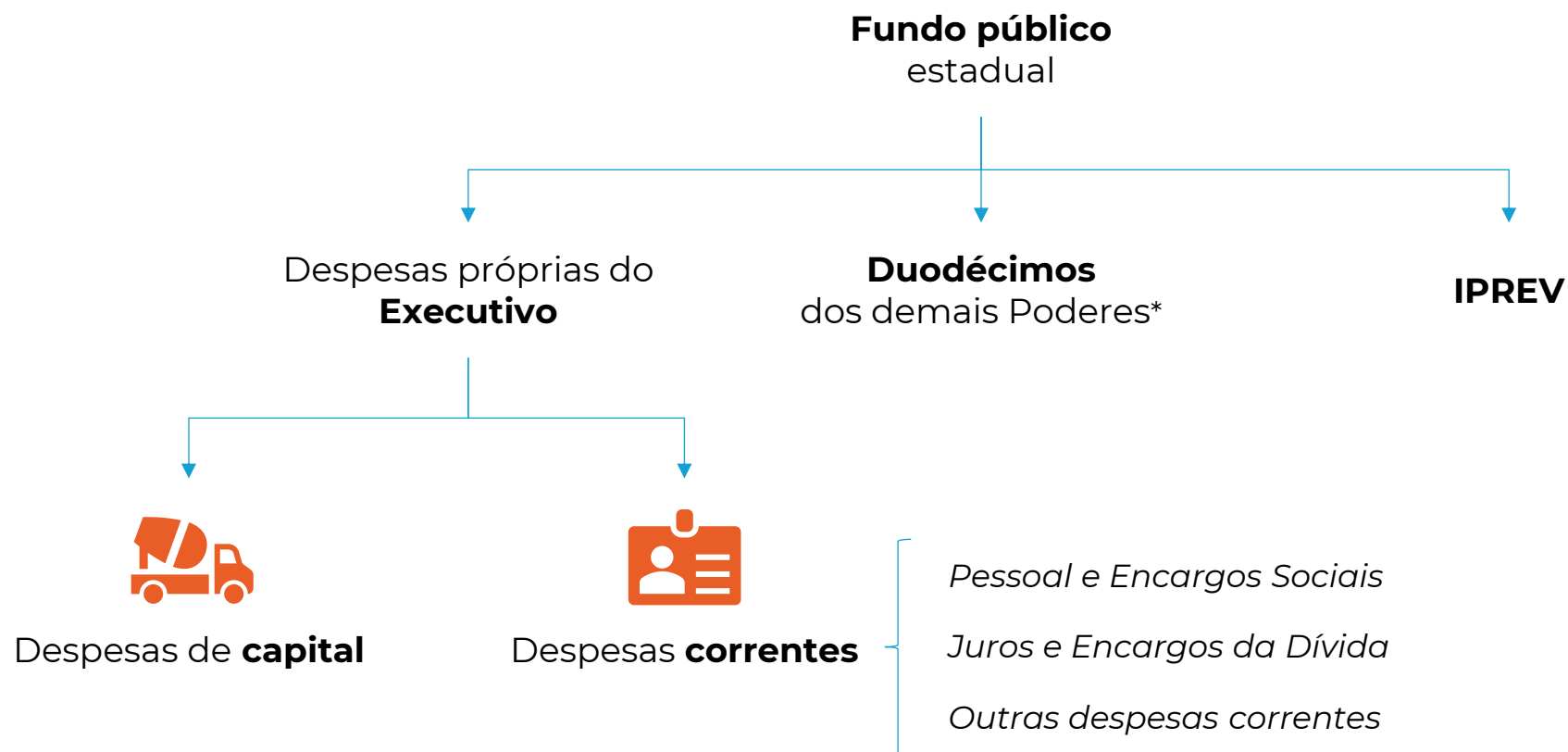
*** ICMS imputado ao consumo direto ou indireto das famílias em SC (48% do total)

Fontes: Estimativas próprias. Para mais detalhes, ver detalhamento da metodologia nos Anexos.

4. QUEM SE APROPRIA DO FUNDO PÚBLICO CATARINENSE?



• Estrutura de despesas •



* As despesas dos Poderes Judiciário e Legislativo também dividem-se nas mesmas classificações do Executivo, porém seus detalhamentos constam em portais da transparência específicos, cujas informações não serão exploradas neste relatório.

Composição das despesas

Evolução das despesas empenhadas por poder e grupo (R\$ milhões, valores correntes)

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Var. média anual - Real
Executivo*	17.483	17.298	22.324	29.393	27.936	32.384	37.126	7,3%
Despesas correntes								
Pessoal e Encargos Sociais	7.826	7.910	9.193	11.126	12.004	12.853	13.761	4,0%
Outras despesas correntes	6.527	6.762	8.268	9.973	10.900	13.036	15.249	9,0%
Juros e Encargos da Dívida	1.019	376	832	1.019	1.124	1.099	1.145	-3,5%
Despesas de capital								
Investimentos	1.014	1.301	2.187	5.318	2.494	4.155	5.510	25,5%
Amortização da Dívida	950	844	1.507	1.554	1.016	958	1.028	-4,1%
Inversões Financeiras	146	105	336	402	394	259	423	12,9%
Previdência Social (Consolidado)	6.825	7.117	7.368	9.028	9.699	10.181	11.091	2,6%
Judiciário (TJSC)	2.087	2.131	2.297	2.945	3.584	4.019	4.651	8,2%
Essencial à Justiça (MP-SC/ DPE-SC)	961	916	1.097	1.455	1.656	1.925	2.088	7,7%
Legislativo (ALESC/ TCE-SC)	680	627	658	808	1.052	1.203	1.421	7,0%
Total – Despesas empenhadas	28.037	28.089	33.746	43.629	43.927	49.712	56.377	6,3%

Fonte: RREO

* Exceto gastos atribuídos às funções Previdência Social, Judiciário, Essencial à Justiça e Legislativo

- ❖ Devido à vinculação orçamentária via duodécimo, as despesas dos Poderes apresentam trajetórias semelhantes, com crescimento real médio em torno de 7% ao ano
- ❖ Contudo, nota-se uma **grande divergência entre os grupos de despesas do Executivo**, com crescimento sistematicamente inferior da folha de pagamentos dos servidores, em detrimento dos investimentos e das despesas de manutenção e custeio

• Despesas com pessoal •

Evolução das despesas com pessoal (R\$ milhões, valores correntes)

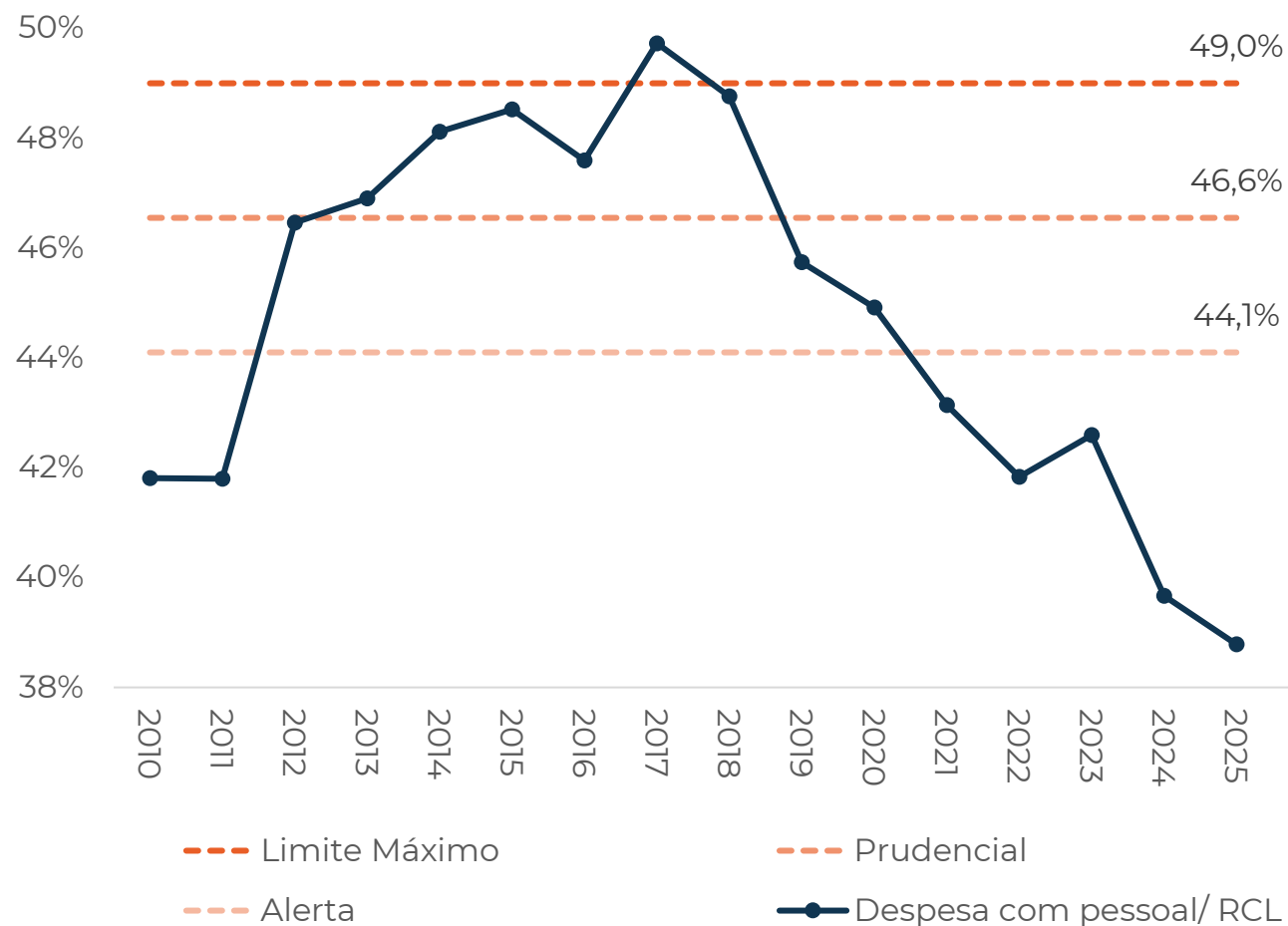
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Var. média anual - Real
Pessoal e Encargos Sociais	7.826	7.910	9.193	11.126	12.004	12.853	13.761	4,0%
Folha salarial fixa - Pessoal Civil	3.789	3.929	4.179	5.088	5.316	5.613	6.190	2,7%
Contratações temporárias	958	1.084	1.814	2.091	2.406	2.471	2.648	12,1%
Folha salarial fixa - Militares	1.088	1.159	1.297	1.569	1.652	1.704	1.866	3,5%
Obrigações Patronais	1.294	1.030	1.097	1.331	1.386	1.434	1.525	-2,7%
Precatórios	218	291	258	418	505	583	486	8,2%
Outros encargos	479	417	549	628	740	1.048	1.045	7,8%

Fonte: Portal da Transparência do Executivo de SC

- ❖ Apesar do forte crescimento da arrecadação, o quadro de servidores efetivos na ativa do Estado cresceu menos de 1% ao ano desde 2019. Somando reajustes do quadro atual e novos concursados, a **folha salarial fixa do pessoal civil teve crescimento real de apenas 2,7% ao ano** no período, **menos da metade do ritmo de crescimento das receitas** totais
- ❖ Por outro lado, as contratações de servidores temporários dispararam no período. As despesas reais com **temporários dobrou entre 2019 e 2025**, já correspondendo a quase metade dos gastos com a folha salarial fixa dos efetivos

Despesas com pessoal

Evolução do índice de despesa com pessoal do Executivo como proporção das receitas

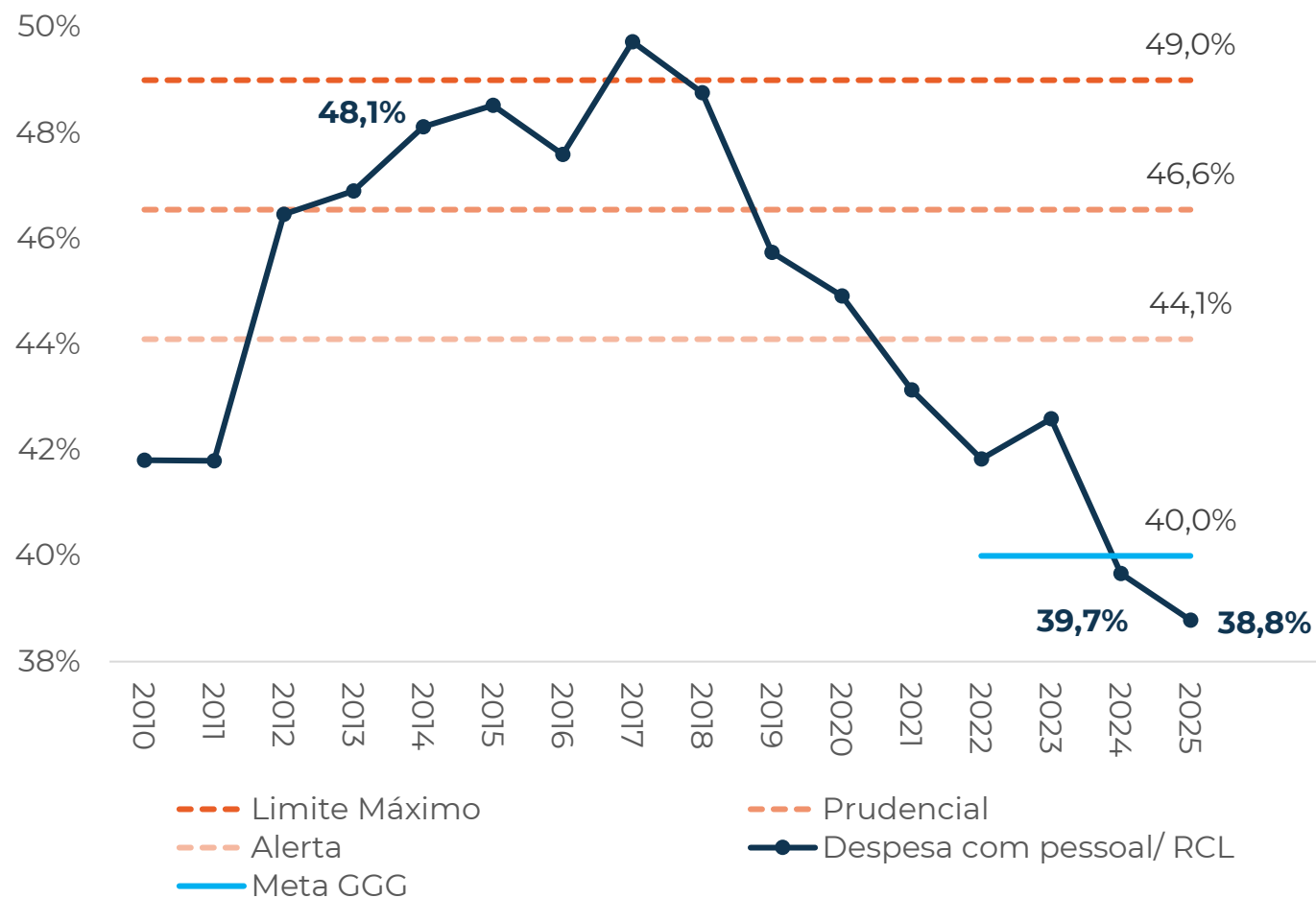


Fonte: RGF/ LRF

- ❖ Desde a aprovação da LRF, as despesas com pessoal e encargos sociais dos governos estaduais enfrentam limites legais rígidos.
- ❖ Para o Executivo, o limite máximo é de 49% da Receita Corrente Líquida (RCL). Quando a despesa atinge 95% desse limite (46,55% da RCL), o governo passa a sofrer **sanções como a proibição de criar cargos, conceder reajustes salariais e realizar concursos públicos**.
- ❖ Caso o limite máximo seja ultrapassado, na prática a legislação **impõe um ajuste fiscal**, sob pena de sanções adicionais, como a impossibilidade de receber transferências voluntárias da União e contratar novos empréstimos.

Despesas com pessoal

Evolução do índice de despesa com pessoal do Executivo como proporção das receitas

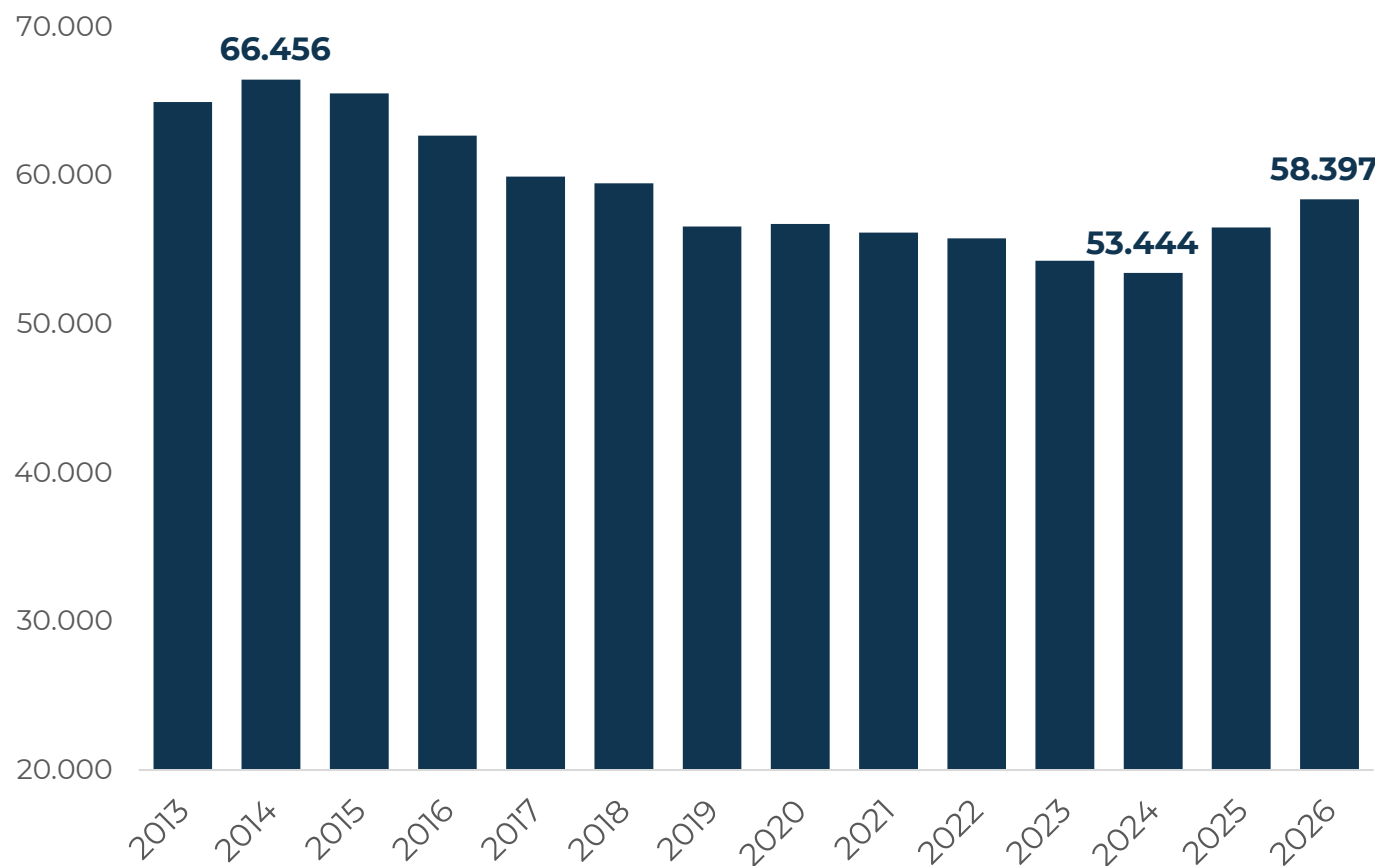


Fonte: RGF/ LRF

- ❖ O arrocho sobre os servidores públicos foi a principal fonte de “economia” nos primeiros anos da gestão Jorginho Mello. Sob a falsa argumentação de uma crise das contas públicas, em 2023 o governo instituiu o Plano de Ajuste Fiscal (PAFISC), que **suspendeu novas nomeações e praticamente congelou a folha salarial do Executivo** até maio de 2025.
- ❖ O política foi conduzida pelo Grupo Gestor de Governo (GGG), que impôs uma meta extraoficial de reduzir o indicador de despesa com pessoal para menos de 40%.
- ❖ Em 2025, o Executivo direcionou **apenas 38,8% da RCL para despesas com pessoal** e encargos, atingindo o **menor patamar desde 2009**.

Despesas com pessoal

Evolução do quantitativo de servidores concursados ativos* no Executivo de Santa Catarina



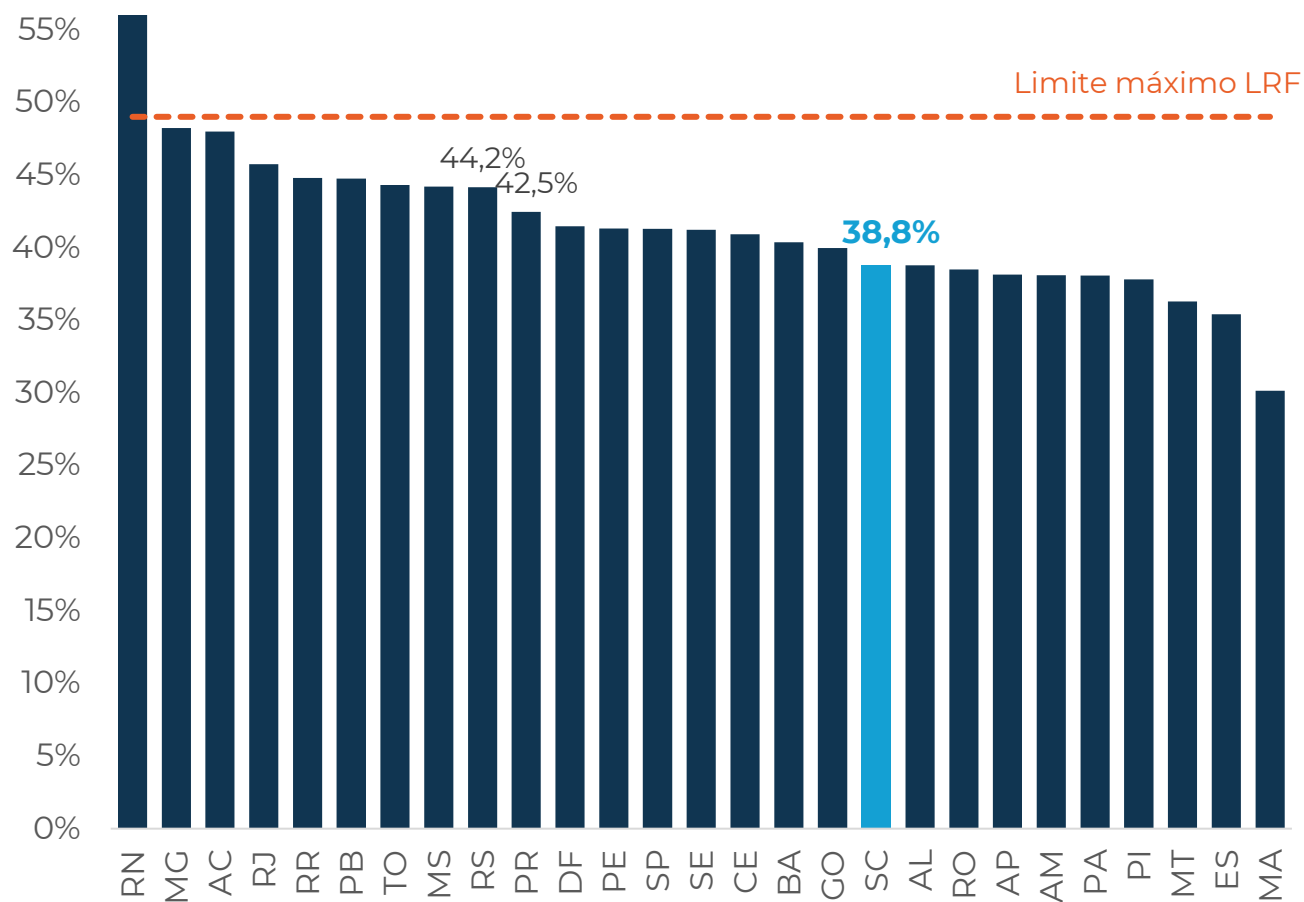
Fonte: Portal da Transparência do Executivo de SC

* Registros ativos em abril de cada ano.

- ❖ O PAFISC aprofundou a tendência de **encolhimento do quadro de servidores do Executivo** em curso desde 2015.
- ❖ Entre 2015 e 2024, o quantitativo de **servidores efetivos encolheu 20%**, o que representou a **perda de 13 mil cargos** no serviço público catarinense.
- ❖ Apesar do forte aumento da demanda por serviços públicos ao longo desse período, a recomposição do quadro ocorreu em ritmo extremamente lento. Comparativamente a 2014, o estado ainda apresenta um **déficit de aproximadamente 8 mil cargos efetivos**.

• Despesas com pessoal •

Despesa com pessoal como proporção da RCL – *Ranking* UFs

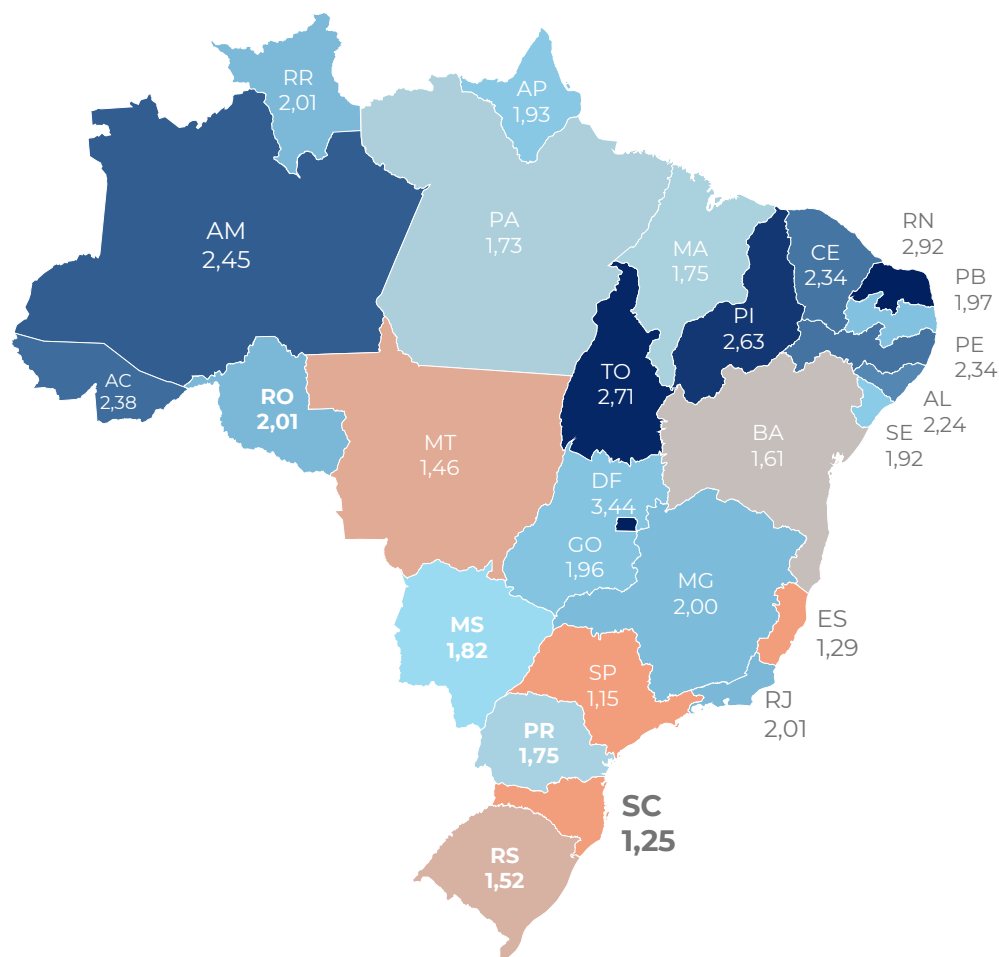


Fonte: SICONFI/ Tesouro Nacional

- ❖ A compressão da parcela do fundo público destinada aos servidores que atuam diretamente na oferta de serviços essenciais à população não decorreu de uma necessidade orçamentária, mas de **opção política do governo**, voltada a ampliar as isenções e transferências ao setor privado.
- ❖ A comparação com outras UFs reforça esse diagnóstico. Atualmente **Santa Catarina figura entre os 10 estados com menor comprometimento da receita com despesas de pessoal**. O indicador catarinense se assemelha a estados com capacidade fiscal muito menor, como Alagoas, Roraima e Amapá.
- ❖ Nos demais estados da região Sul, por exemplo, esse indicador fica próximo ao “limite de alerta” da LRF (44,1% da RCL). Em 2025, a distância entre a despesa efetivamente realizada pelo Executivo catarinense e esse limite correspondeu a **R\$ 2,7 bilhões**, montante que seria suficiente para ampliar em até **14% a folha de pagamentos dos servidores públicos**.

• Despesas com pessoal •

Índice de priorização do serviço público –
Servidores estaduais efetivos para cada R\$ 1 milhão arrecadado*

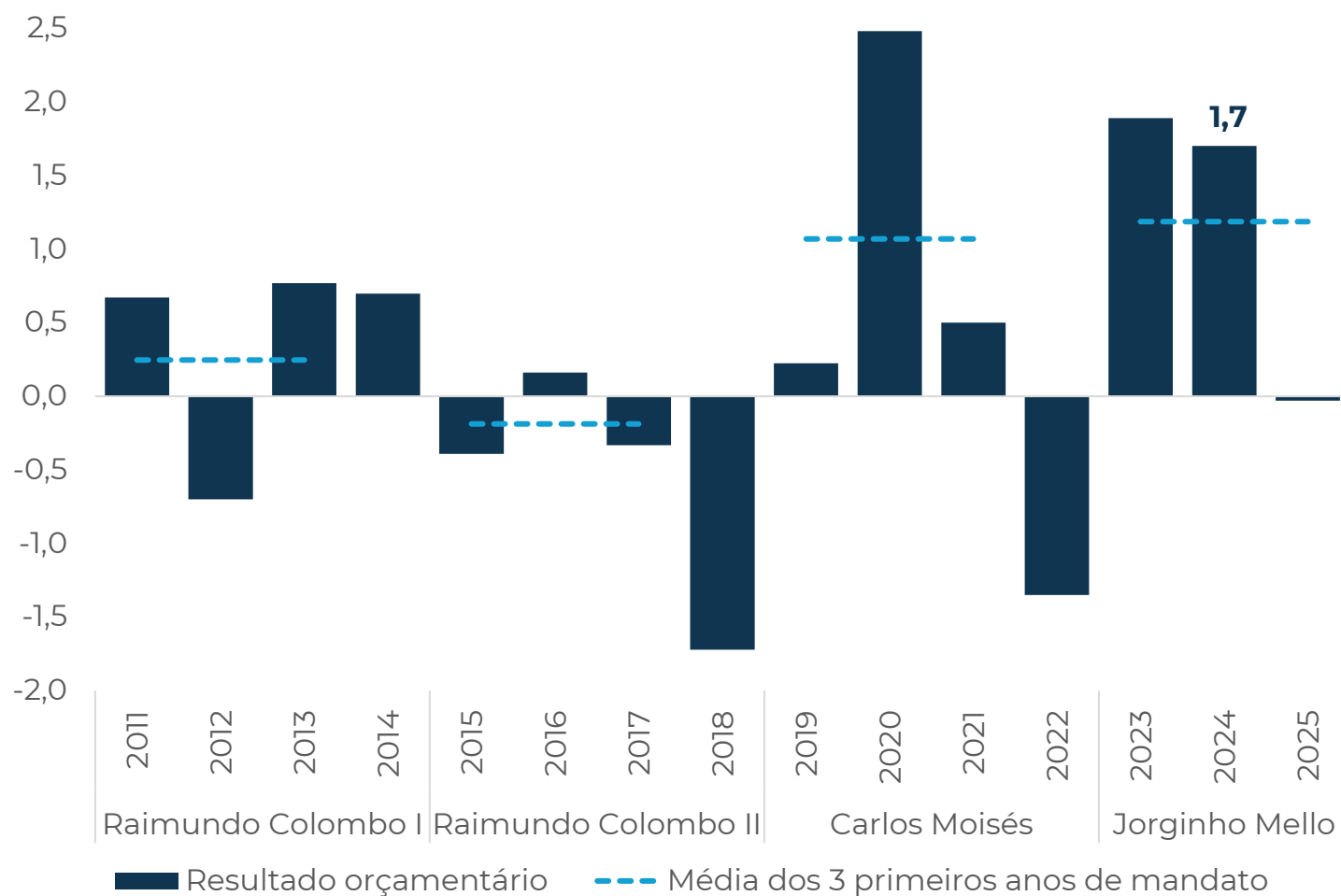


- ❖ Os dados evidenciam que Santa Catarina mantém uma **estrutura de pessoal reduzida em comparação com sua capacidade de arrecadação**.
- ❖ Em 2024, o estado possuía apenas 1,25 servidor estatutário efetivo para cada R\$ 1 milhão arrecadado, o **segundo menor indicador do país**.
- ❖ Esse índice é 30% inferior à média nacional (1,79) e fica **muito atrás de estados com níveis de renda semelhantes**, como Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Rondônia, que investem relativamente muito mais na prestação de serviços públicos do que o governo catarinense.

* Servidores estatutários no setor público estadual/ Receita Corrente Líquida (em R\$ Milhões)
Fontes: FINBRA e RAIS (2024)

• Superávit orçamentário •

Histórico do superávit orçamentário real do estado de Santa Catarina (R\$ bilhões a preços de 2025)



- ❖ Com a política de arrocho sobre o serviço público, o governo Jorginho Mello acumulou o **maior superávit orçamentário da história** do estado em seus dois primeiros anos de mandato.
- ❖ Entre 2023 e 2024, o superávit totalizou **R\$ 3,4 bilhões**, abrindo uma ampla margem para a transferência de recursos para o capital nos períodos seguintes.

• Outras despesas correntes •

Evolução das outras despesas correntes (R\$ milhões, valores correntes)

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Var. média anual - Real
Serviços terceirizados*	2.511	2.478	3.130	3.850	4.057	4.966	5.793	8,8%
Bolsas em faculdades privadas	55	64	77	168	255	839	1.118	56,4%
Material de Consumo (exceto alimentos)	398	416	602	678	658	739	873	7,9%
Transferências para inst. privadas s/ fins lucr.	906	886	1.068	1.395	1.540	1.458	1.578	3,8%
Transferências para Prefeituras	150	192	194	264	340	819	837	26,1%
Alimentação**	306	203	393	455	615	682	742	9,7%
Contribuições patronais (PIS/PASEP, SC Saúde, etc)	454	492	541	647	703	675	704	1,8%
Auxílios a empresas privadas	35	11	25	89	86	170	143	19,7%
Outras despesas de manutenção e custeio	2.769	2.943	3.326	3.389	3.758	3.679	4.519	2,7%
Juros e Encargos da Dívida	1.019	376	832	1.019	1.124	1.099	1.145	-3,5%

Fonte: Portal da Transparência do Executivo de SC

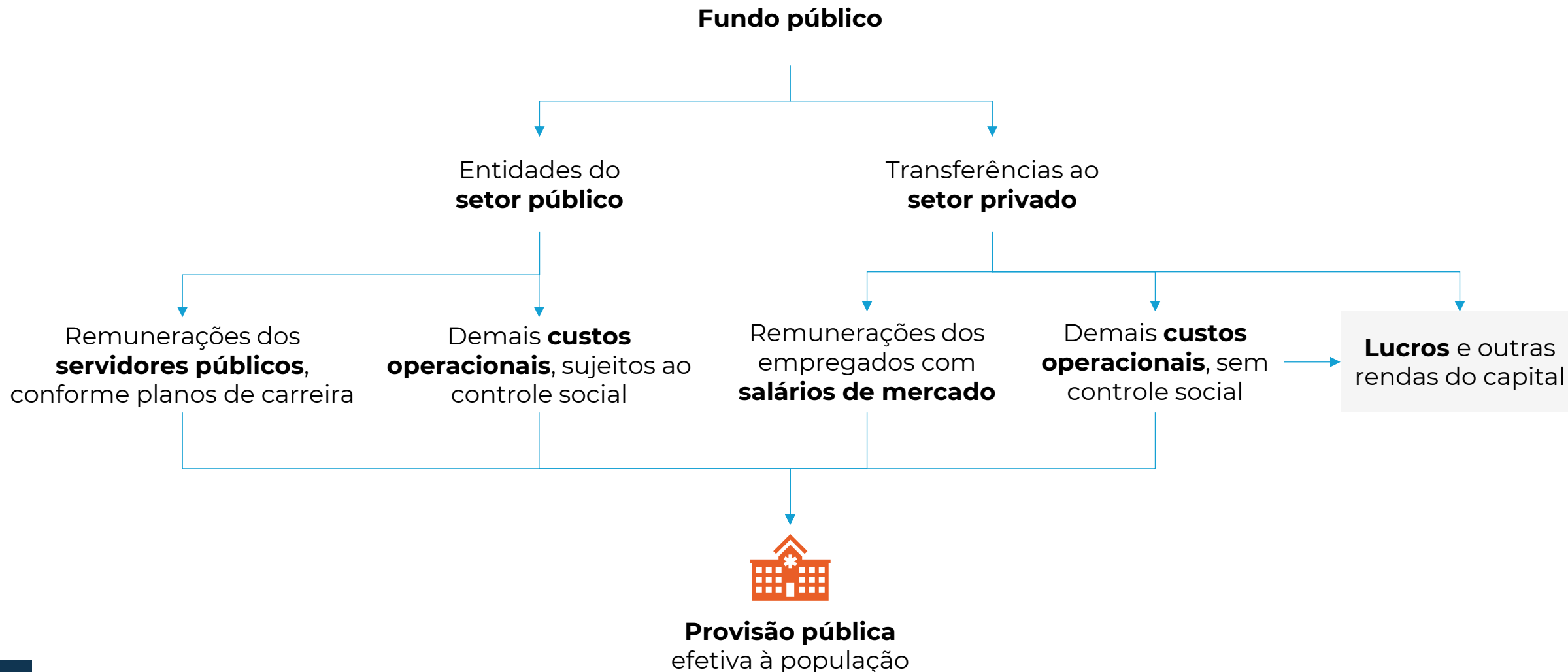
* Outros serviços de terceiros PJ, exceto fornecimento de alimentação, Locação de mão-de-obra e Outras despesas com contratos de terceirização

** Fornecimento de alimentação e Aquisição de gêneros alimentícios

- ❖ O arrocho recente sobre os servidores públicos do Executivo catarinense contrasta com a evolução das **despesas correntes não relacionadas à folha salarial**, que tiveram um **crescimento muito mais robusto** nos últimos anos.



• Apropriação do fundo público •



• Formas de privatização do fundo público em SC •



*Serviços
terceirizados
tradicionais*



*Transferências
ao “terceiro
setor”*



*Juros da dívida
pública*



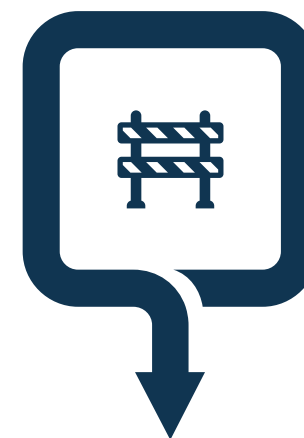
*Bolsas em
faculdades
privadas*



*Subvenções
econômicas*



*Terceirizações
indiretas via
prefeituras*



*Contratos para
obras e outros
investimentos*



Terceirizações tradicionais

- ❖ As **formas tradicionais de terceirização**, consolidadas no serviço público brasileiro desde o final da década de 1990, mantém elevada participação no orçamento do Estado. Em 2025, esses serviços responderam por quase **15% das despesas totais do Executivo**.
- ❖ Os maiores gastos com terceirizações se dão em serviços de saúde, com destaque aos atendimentos de média e alta complexidade, que **poderiam ser prestados pelos hospitais públicos**. Desconsiderando as despesas do SC Saúde, o Executivo pagou no último ano cerca de **R\$ 2 bilhões, ou 5% de todo seu orçamento, a hospitais e outras empresas privadas de saúde**.
- ❖ Nos últimos anos, houve um forte aumento dos recursos para **empresas da construção civil especializadas em reformas** de prédios públicos (R\$ 320 milhões em 2025) e para o **consórcio contratado para fazer a propaganda do governo Jorginho** (R\$ 216 milhões em 2025).



• Terceirizações tradicionais •

Principais serviços terceirizados (R\$ milhões, valores correntes)

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Var. média anual - Real
Serviços terceirizados*	2.511	2.478	3.130	3.850	4.057	4.966	5.793	8,8%
Serviços de Saúde (exceto SC Saúde)	439	659	785	885	1.014	1.628	1.948	21,3%
Credenciados SC Saúde	672	559	699	813	935	1.055	1.142	3,4%
Transporte Escolar	117	36	142	206	261	291	337	12,9%
Reforma, Manutenção e Conservação	35	54	129	446	187	210	320	37,0%
Limpeza e Conservação	117	121	145	280	289	292	300	10,7%
Vigilância	140	134	130	152	178	231	249	4,1%
Serviços de Publicidade e Propaganda	0	12	134	63	91	123	216	218,5%

Fonte: Portal da Transparência do Executivo de SC

*Outros serviços de terceiros PJ (exceto fornecimento de alimentação), Locação de mão-de-obra e Outras despesas com contratos de terceirização.



Beneficiários das terceirizações

Principais empresas privadas beneficiadas pelas despesas com serviços terceirizados (exceto SC Saúde) em 2025

	Despesas empenhadas
Instituto Maria Schmitt (IMAS)	R\$ 267.613.018,34
Orbenk Administração e Serviços	R\$ 196.453.780,19
Associação Hospitalar Lenoir Vargas Ferreira (ALVF)	R\$ 169.674.105,84
Hospital São José de Criciúma	R\$ 144.693.817,57
Associação Congregação de Santa Catarina - ACSC	R\$ 126.499.326,98
Miservi Administradora de Serviços	R\$ 120.945.862,94
Soluções Serviços Terceirizados	R\$ 106.872.323,79
Convênio Publicidade e Propaganda (NSC, ND, SCC, ONEWG, etc.)	R\$ 103.207.322,60
Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)	R\$ 97.756.458,41
SEPAT Multi Service	R\$ 92.045.664,90
Hospital São Vicente de Paulo (Mafra)	R\$ 84.681.181,26
CEPENGE Engenharia	R\$ 84.634.386,09
Orsegups Segurança e Vigilância	R\$ 78.346.867,98
Associação Educacional e Caritativa	R\$ 76.054.910,23
Terceirize Mais (Costa Oeste Serviços)	R\$ 59.026.616,21
Vigilância Triângulo	R\$ 58.072.670,05
Associação Renal Vida	R\$ 57.107.835,84
ICE Cartões Especiais	R\$ 52.260.007,10
S S Empreiteira de Mão de Obra	R\$ 50.561.954,16
Associação Franco-Brasileira	R\$ 49.009.512,53
Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas de Timbó	R\$ 48.490.767,40





Transferências ao “terceiro setor”

- ❖ Outra forma tradicional de terceirização do serviço público são as transferências ao “terceiro setor”, isto é, entidades privadas formalmente sem fins lucrativos, mas que gerem grandes montantes de recursos públicos, com **baixos graus de transparência e controle social sobre os recursos**.
- ❖ Nos últimos anos, o estado tem realizado essas transferências principalmente por meio de contratos de gestão, nos quais os **recursos são repassados a Organizações Sociais (OSs) para a execução de serviços públicos**.
- ❖ Esse modelo tende a ampliar riscos de desvios e ilegalidades, como evidenciado na “Operação Templo Vendido”, que apontou **indícios de subcontratações irregulares, superfaturamento e pagamento de vantagens indevidas por parte de OS** contratada pelo Estado para a gestão hospitalar.
- ❖ Embora não apresentem tendência de crescimento relativo recente, as transferências ao “terceiro setor” representaram cerca de **4% de todo o orçamento do Executivo** em 2025.



• Transferências ao “terceiro setor” •

Evolução das transferências do Estado a instituições privadas sem fins lucrativos por função e ação
(R\$ milhões, valores correntes)

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Var. média anual - Real
Saúde	587	736	862	1.362	1.298	1.279	1.299	8,0%
Contratos de gestão com Organizações Sociais (OSs)	418	432	500	695	782	831	856	6,7%
Convênios	136	240	101	401	216	267	257	5,2%
Emendas parlamentares para obras e equipamentos	1	40	40	16	8	87	66	87,5%
Outras transferências para hospitais	280	152	359	277	558	477	533	5,4%
Educação Especial (APAEs)	38	57	119	273	246	286	340	36,5%
Assistência Social	14	15	17	16	22	49	56	19,4%
Desporto e Lazer	1	0	0	0	1	8	37	75,9%
Outros	276	144	196	56	43	83	98	-20,3%
Total	916	952	1.194	1.708	1.610	1.705	1.830	6,2%

Fonte: Portal da Transparência do Executivo de SC



• Beneficiários das transferências •

Principais instituições do “terceiro setor” beneficiadas por transferências do Estado em 2025

	Transferências
Fundação FAHECE (OSs responsáveis por HEMOSC, CEPON e SAMU)	R\$ 371.473.040,79
Instituto Maria Schmitt - IMAS (Gestora de OSs hospitalares)	R\$ 179.335.401,22
Hospital Nossa Senhora das Graças (Filantrópico/ Católico)	R\$ 153.504.011,71
Instituto IDEAS (Gestora de OSs de maternidade)	R\$ 76.712.880,83
Instituto Santé (Gestora de OSs hospitalares)	R\$ 71.537.087,52
Hospital São Vicente de Paulo (Filantrópico/Católico)	R\$ 52.007.726,57
Instituto de Saúde Santa Clara (Gestora de OSs em saúde)	R\$ 30.169.914,85
Associação Congregação de Santa Catarina - ACSC (Filantrópico/Católico – Assistência Social)	R\$ 17.400.000,00
Viva Rio (Gestora de OSs em saúde e assistência social)	R\$ 15.866.094,47

Fonte: Portal da Transparência do Executivo de SC



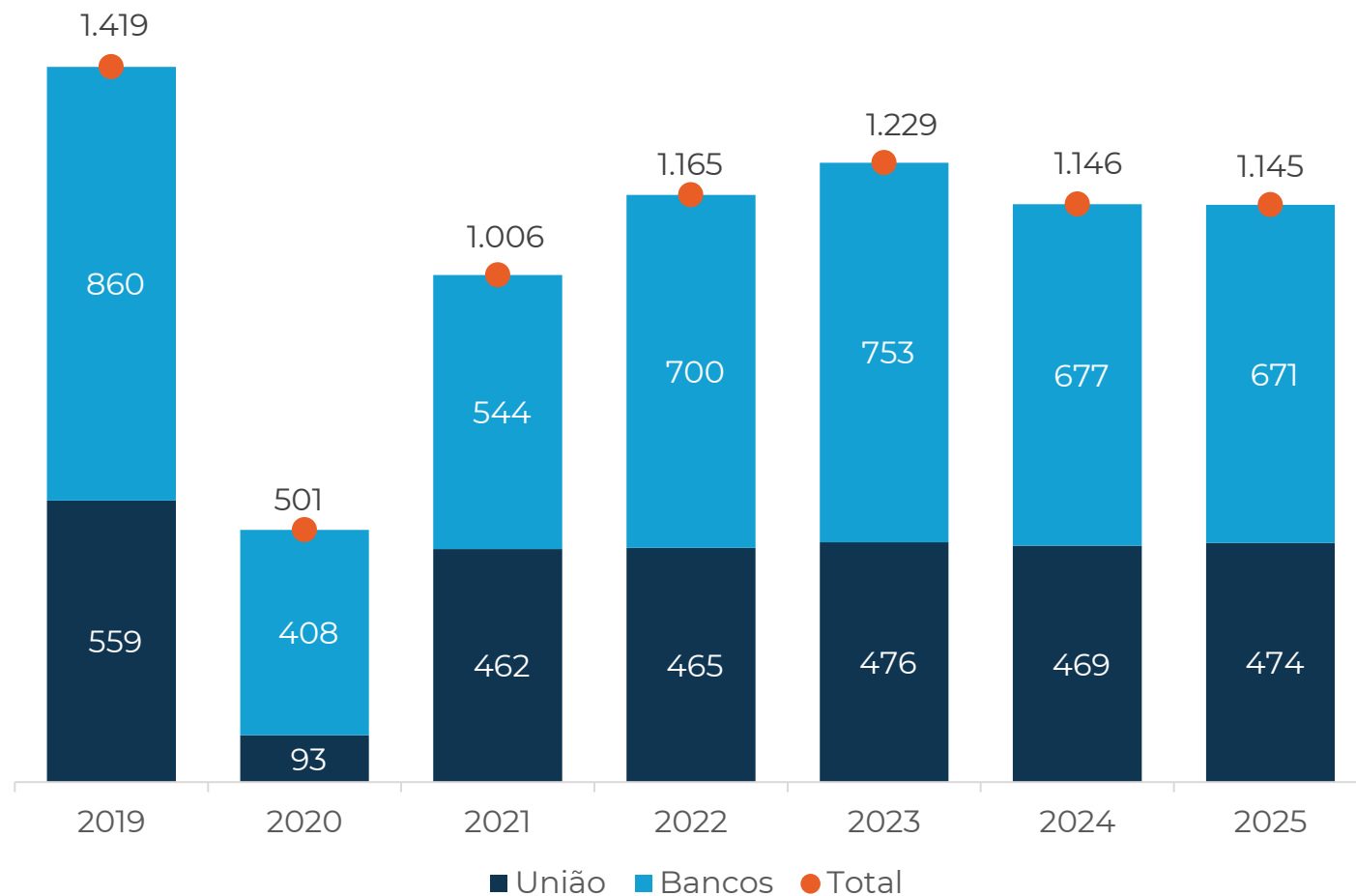
Juros da dívida pública

- ❖ O ciclo de endividamento dos estados segue um padrão recorrente: em períodos expansivos, **a arrecadação aumenta, o capital bancário oferta crédito fácil e os governadores de ocasião se endividam para fazer obras**. Quando o capital entra em crise, as receitas desaceleram e os indicadores fiscais se deterioram, levando a restrições ao endividamento e pressão por **“ajustes fiscais” que garantam o pagamento dos juros**.
- ❖ Em SC, o pagamento de juros atingiu seu auge em 2019, refletindo o elevado custo social do ciclo de crédito que se encerrou em meados de 2015. Um novo ciclo de endividamento se iniciou em 2021 e tende a repercutir sobre as contas públicas catarinenses nos próximos anos.
- ❖ Ainda assim, o estado já desembolsou cerca de **R\$ 1,2 bilhão em juros da dívida em 2025**, dos quais R\$ 671 milhões foram destinados a bancos e R\$ 474 para a União.



• Juros da dívida pública •

Evolução das despesas empenhadas com juros da dívida estadual (R\$ milhões a preços de 2025)



Fonte: Portal da Transparência do Executivo de SC





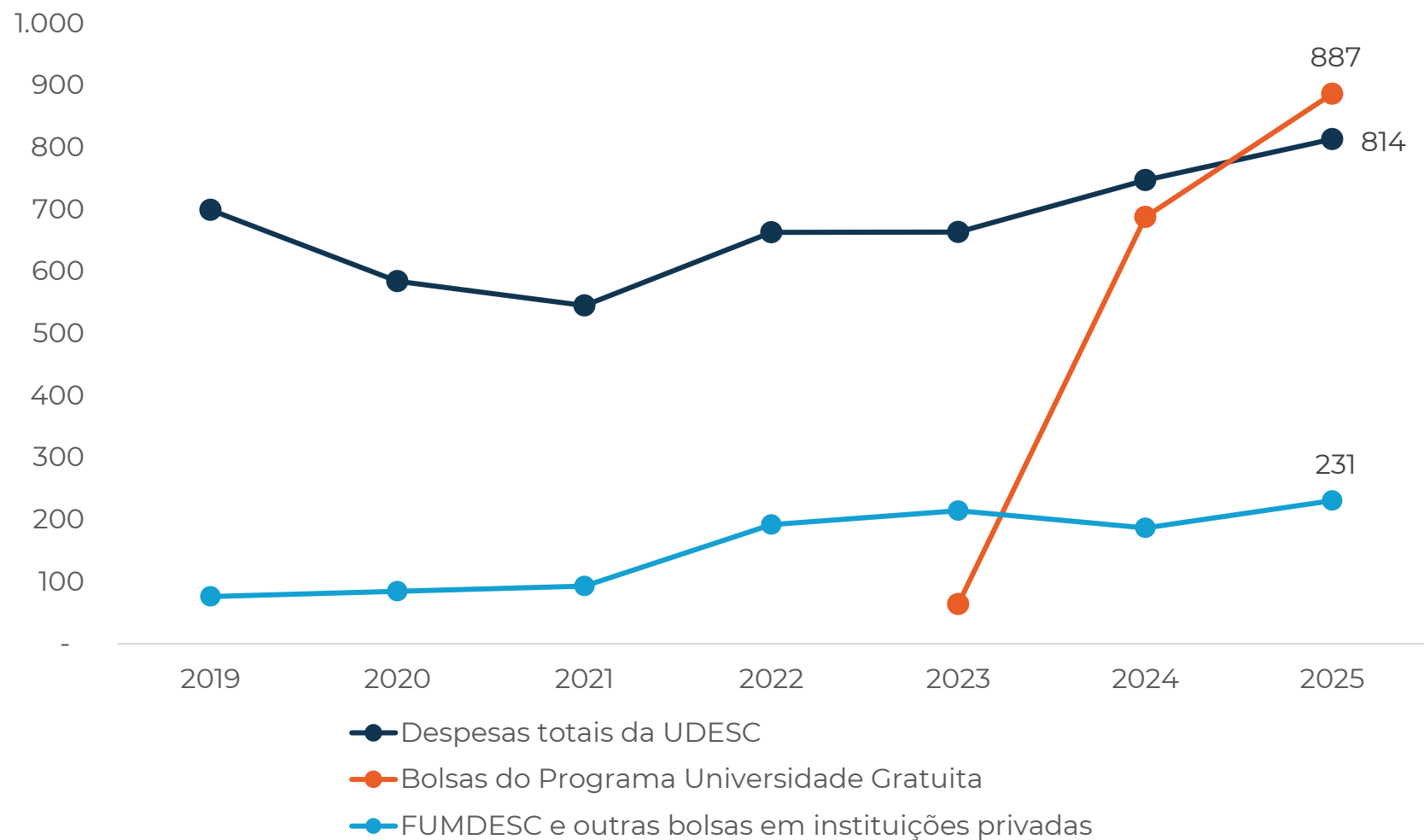
Privatização do ensino superior

- ❖ Diante da queda do faturamento das faculdades privadas catarinenses após a pandemia e a concorrência com os monopólios privados e financeirizados da educação, o governo do Estado aprofundou as transferências para o sistema Acafe e outras instituições privadas de ensino superior.
- ❖ Em 2023, o governo Jorginho criou o Programa **Universidade Gratuita (UG)**, que passou a arcar com **mensalidades em universidades do sistema Acafe**; e o **FUMDESC**, que ampliou o financiamento estudantil para **instituições privadas com fins lucrativos**.
- ❖ Apesar das denúncias do TCE de irregularidades nesses programas, as despesas com o UG atingiram **R\$ 887 milhões em 2025, superando todo o orçamento da UDESC**. As bolsas nas demais faculdades privadas também tiveram aumento expressivo, totalizando **R\$ 231 milhões** em 2025.



• Privatização do ensino superior •

Principais despesas com Ensino Superior (R\$ milhões a preços de 2025)



Fonte: Portal da Transparência do Executivo de SC



Subvenções econômicas

- ❖ Em alguns casos, o Estado sequer omite as transferências para o capital. Um dos casos mais emblemáticos nesse sentido são as “subvenções econômicas”, que são **repasses diretos do fundo público a empresas**, geralmente justificados como incentivo ao investimento, à inovação ou à geração de empregos.
- ❖ Em 2025, essas transferências ocorreram de duas formas principais:
 - 1) o estado pagou ao Badesc **R\$ 72 milhões para abater empréstimos contraídos pelas empresas**; e
 - 2) o governo transferiu **R\$ 47 milhões diretamente à multinacional BMW**, que já é uma das empresas mais beneficiadas por isenções fiscais no estado desde sua instalação em Araquari, em 2014.
- ❖ Na prática, trata-se de uma **socialização de custos para garantir a lucratividade do grande capital**.



• Subvenções econômicas •

Subvenções econômicas a empresas privadas (R\$ milhões, valores correntes)

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Var. média anual - Real
Auxílios a empresas privadas	35	11	25	89	86	170	143	19,7%
Subvenções via Badesc	5	6	13	33	27	46	72	46,1%
BMW	0	0	6	7	17	48	47	
Outras empresas	30	5	6	49	42	77	24	-8,8%

Fonte: Portal da Transparência do Executivo de SC



Transferências às prefeituras

❖ A parcela do orçamento transferido para os **municípios**, que era de apenas 1,8% em 2019, **saltou para 7,2% em 2025**. Esse aumento está associado a três mecanismos:

- 1) **Auxílios para obras viárias** (inicialmente por meio das “transferências PIX” do governo Moisés e atualmente pelo programa “**SC Levada a Sério**”);
- 2) **Emendas parlamentares** impositivas (institucionalizadas em 2019);
- 3) **Fundo Social**, supostamente destinado a financiar ações de “desenvolvimento, geração de emprego e renda”.



Transferências às prefeituras

Proporção do orçamento do Executivo transferido às Prefeituras por programa

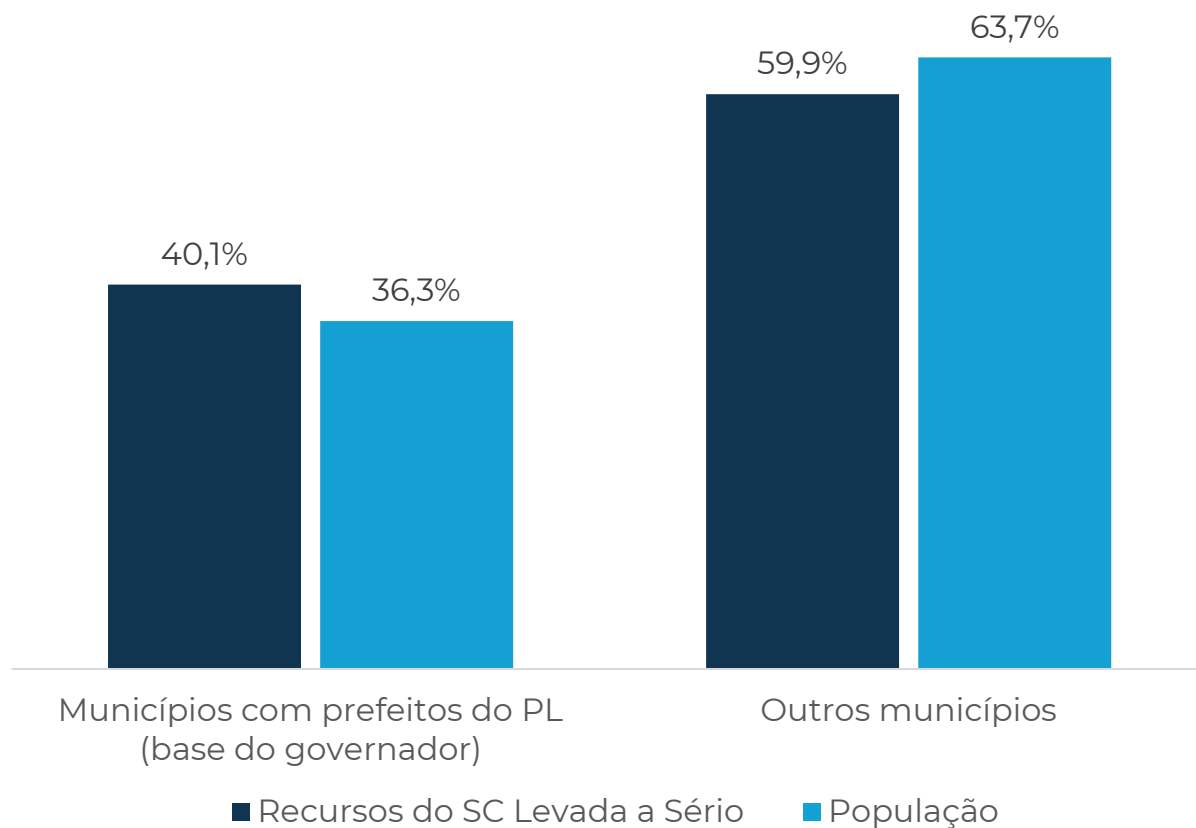
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Prefeituras	2,4%	4,5%	5,0%	9,5%	5,6%	8,5%	9,1%
<i>Auxílios para obras viárias</i>	0,1%	0,2%	1,5%	4,4%	1,5%	2,7%	2,9%
<i>Emendas parlamentares</i>	0,4%	2,3%	1,3%	0,8%	0,6%	1,1%	1,4%
<i>Fundo Social</i>	0,2%	0,3%	0,2%	1,2%	0,8%	0,9%	1,1%
<i>Transferências para hospitais municipais</i>	0,3%	0,3%	0,2%	0,1%	0,2%	1,1%	0,9%
<i>Outras transferências</i>	1,5%	1,5%	1,8%	2,9%	2,5%	2,7%	2,7%

Fonte: Portal da Transparência do Executivo de SC



SC Levada a Sério?

Concentração dos recursos do SC Levada a Sério em prefeituras da base do governador

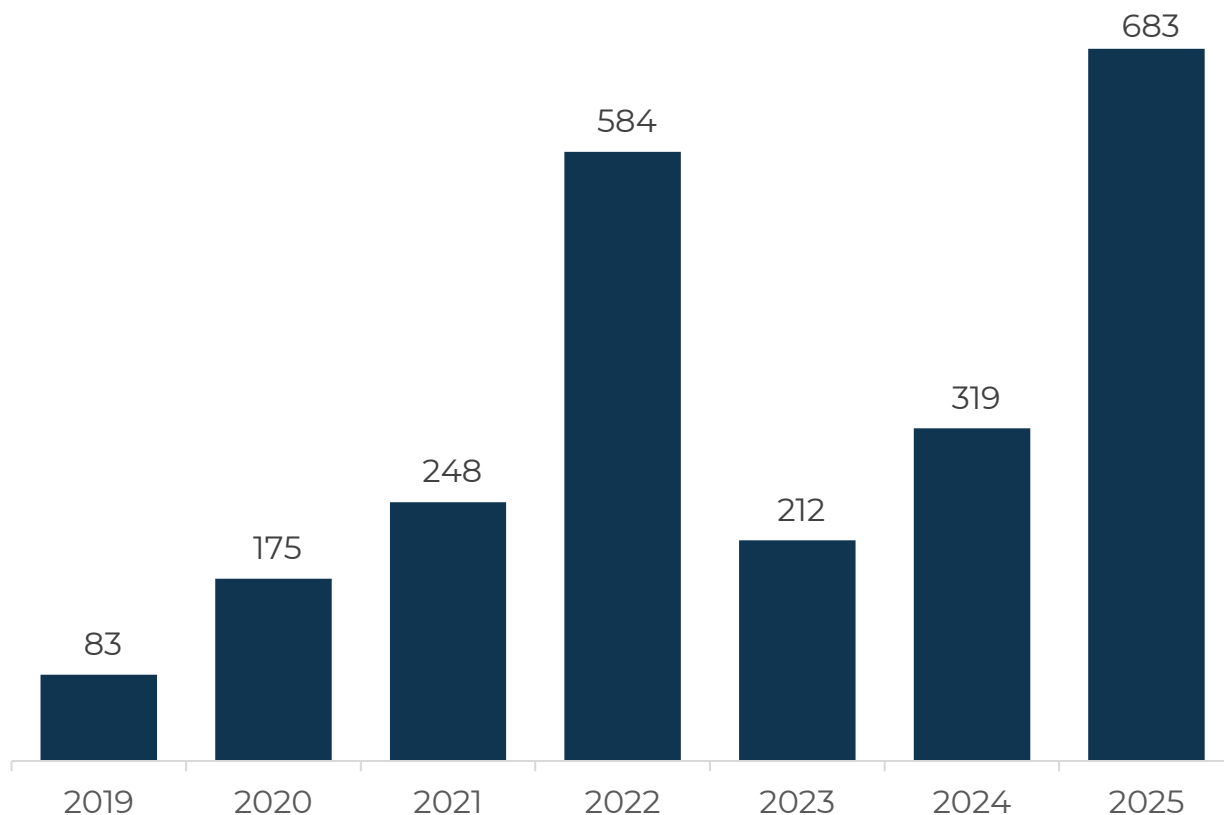


- ❖ Para verificar o perfil de distribuição dos recursos do programa “SC Levada a Sério”, construímos um modelo estatístico* que compara municípios semelhantes, analisando como o volume de recursos repassados **varia conforme o partido que comanda a prefeitura** em 2025.
- ❖ Os resultados indicam que o **direcionamento político predomina** sobre variáveis econômicas e sociais para determinar a alocação dos recursos.
- ❖ Mesmo considerando as diferenças de tamanho, nível de renda e localização dos municípios, prefeituras governadas pelo partido do governador (PL) receberam, em média, **praticamente o dobro de recursos por morador** que as demais prefeituras em 2025.

* Estimativas obtidas por modelo de regressão linear tendo como variável dependente o logaritmo dos recursos *per capita* recebidos pelos municípios no programa “SC Levada a Sério”. O modelo controla por população, PIB *per capita* e associação regional dos municípios. O coeficiente associado às prefeituras governadas pelo PL indica a diferença média de recursos recebidos em relação aos demais partidos, mantidas constantes as demais características observadas.

Fundo Social

Transferências de recursos do Fundo Social às prefeituras
(R\$ milhões, a preços correntes)

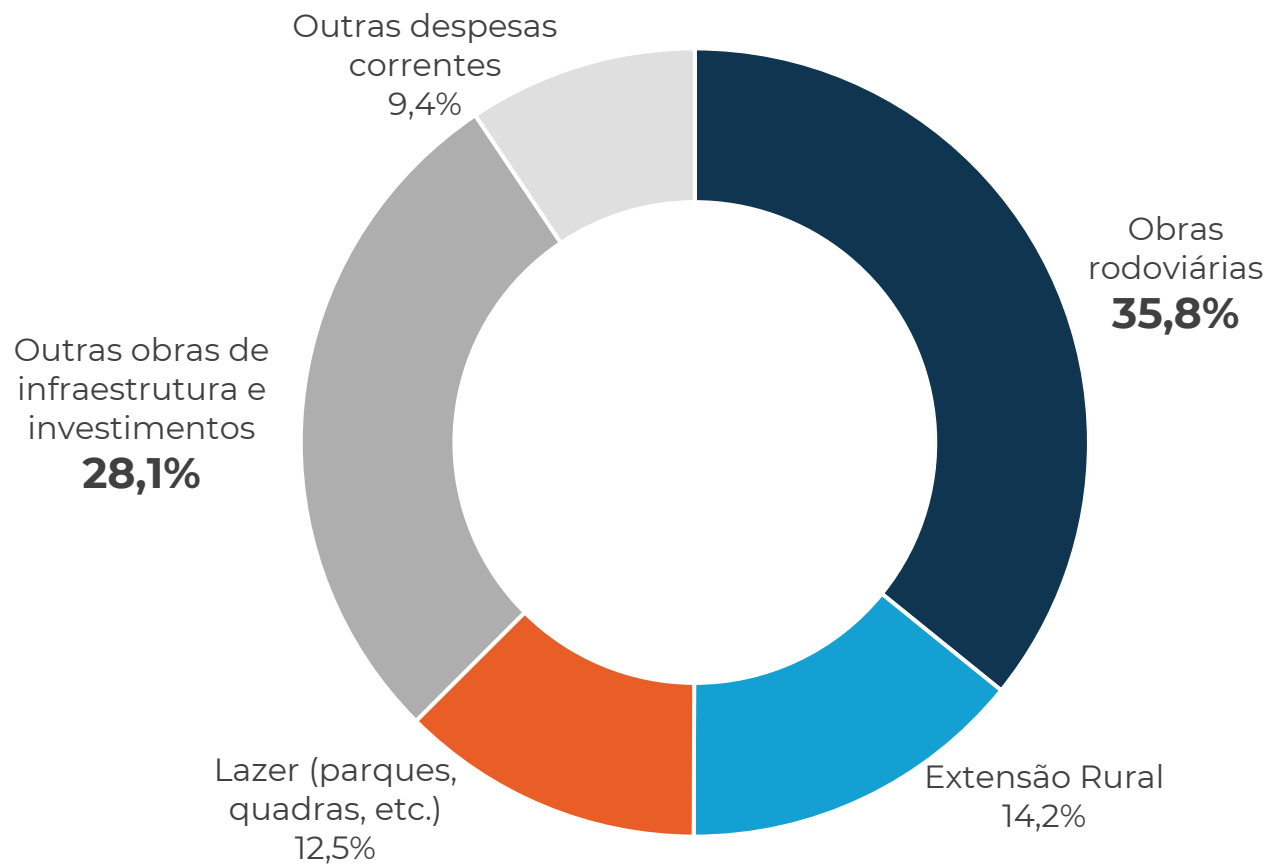


Fonte: Portal da Transparência do Executivo de SC

- ❖ O orçamento do Fundo Social cresceu fortemente no governo Jorginho devido à intensificação de uma manobra que ampliou **renúncias fiscais de ICMS condicionados a depósitos compulsórios no fundo**.
- ❖ Essa engenharia aumenta a receita sob controle do Executivo e desvia recursos que, pela lógica do ICMS, **deveriam ser repartidos automaticamente com os municípios**. De acordo com relatório do TCE, o impacto para os municípios catarinenses foi uma **perda de receitas de mais de R\$ 1 bilhão entre 2019 e 2024**.
- ❖ Assim como o “SC Levada a Sério” e as emendas impositivas, a descentralização desses recursos amplia o poder discricionário do governo estadual sobre o orçamento, **favorecendo o clientelismo político**.

Fundo Social

Composição das despesas municipais financiadas com recursos do Fundo Social em 2025

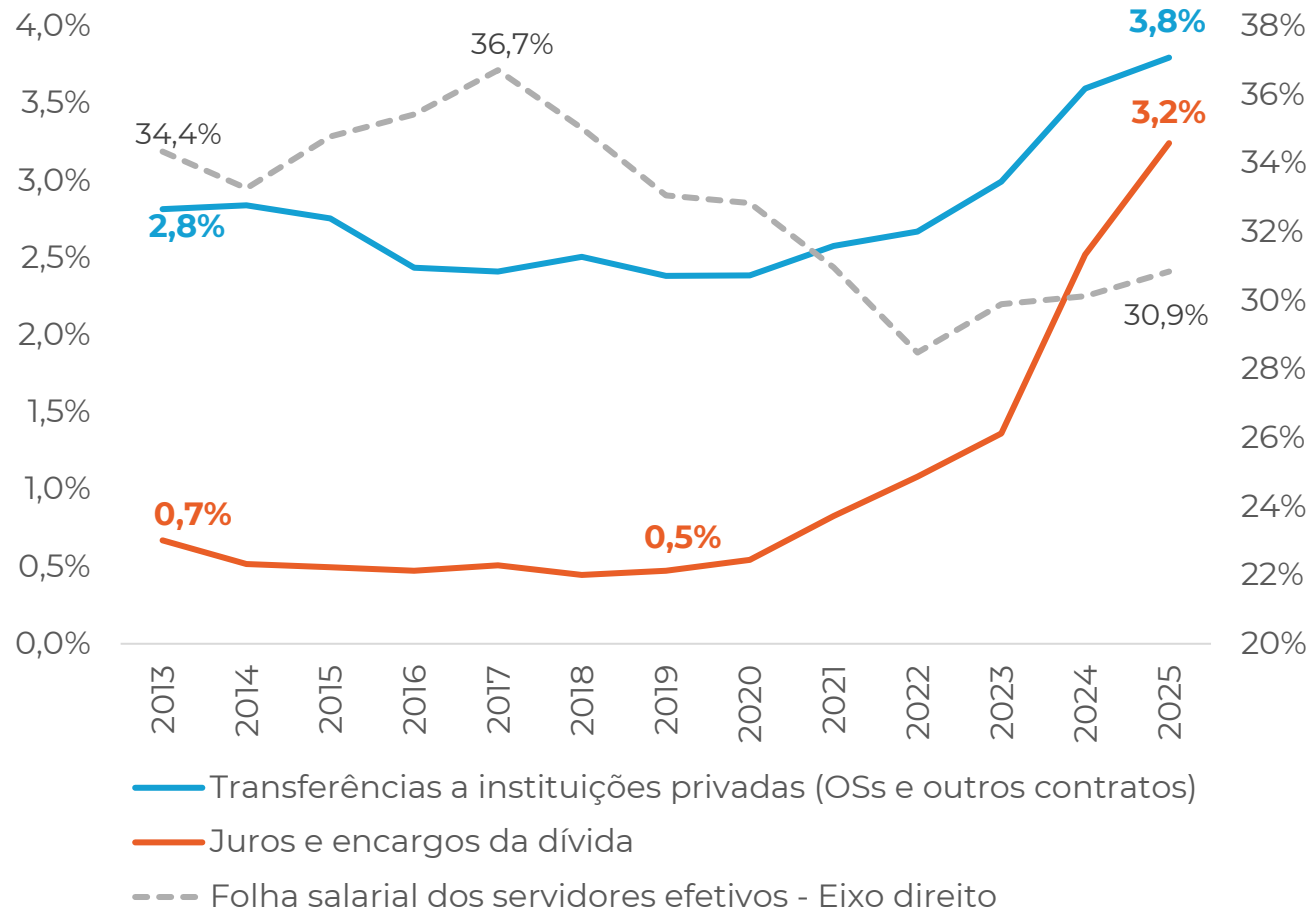


Fonte: Portal da Transparência do Executivo de SC

- ❖ Apesar do nome, a natureza das despesas do Fundo tem pouco de verdadeiramente “social”. Dos **R\$ 683 milhões transferidos às Prefeituras em 2025**, cerca de **2/3 vão parar na mão de empreiteiras** e outras empresas contratadas para a realização de obras.
- ❖ As obras rodoviárias, em particular, representam **36% dos repasses**, sendo outros 14% utilizados para fornecer auxílios para produtores rurais.
- ❖ Por outro lado, **as áreas de interesse social**, como lazer, cultura, saneamento básico, policiamento e assistência comunitária, **recebem menos de 20% dos recursos** repassados pelo Estado às prefeituras por meio do Fundo Social.

Das prefeituras ao capital

Distribuição das despesas dos municípios em SC – Elementos selecionados



Fonte: SICONFI/ Tesouro Nacional

- ❖ Ao mesmo tempo em que crescem as transferências do Estado para as prefeituras, avança o processo de **privatização dos serviços públicos municipais**.
- ❖ Uma parcela significativa desses recursos é direcionada à contratação de serviços terceirizados, que absorvem cerca de **20% do orçamento das prefeituras catarinenses**.
- ❖ Além disso, dois outros canais de transferência ao setor privado têm pressionado as finanças municipais: as **OSs e demais entidades do “terceiro setor”**, que já recebem 3,8% do orçamento; e o capital bancário, já que os **juros e encargos da dívida** abocanharam 3,2% dos recursos municipais em 2025, contra 0,5% em 2019.
- ❖ Esses gastos têm ocorrido em **detrimento da folha dos servidores efetivos**, cuja participação no orçamento caiu estruturalmente a partir de 2018.

Obras e contratos

- ❖ A partir de 2021, teve início um novo ciclo de crédito no Brasil, acompanhado por melhora na capacidade de pagamento do governo catarinense. O governo Jorginho aproveitou esse contexto para promover gastos históricos com empreiteiras, especialmente por meio do **programa “Estrada Boa”**.
- ❖ Em 2025, foram destinados cerca de **R\$ 2 bilhões a obras rodoviárias**, o equivalente a **mais de 5% de todo o orçamento do Executivo**.
- ❖ Embora parte dessas obras possa atender a demandas públicas, sua execução opera como uma **massiva transferência de recursos ao capital da construção civil**.
- ❖ Ademais, a concentração de mais de 80% dos recursos na construção de estradas – em detrimento de áreas sociais como saúde, educação e saneamento – evidencia o **caráter de classe dessas despesas**, que, em última instância, contribuem para reduzir os custos logísticos do capital.
- ❖ Como tais investimentos foram financiados por meio de **empréstimos a juros elevados**, esses gastos também favorecem o **capital bancário**, que tende a se apropriar de fatias crescentes do fundo público nos próximos anos.



Despesas de capital

Evolução das despesas de capital (R\$ milhões, valores correntes)

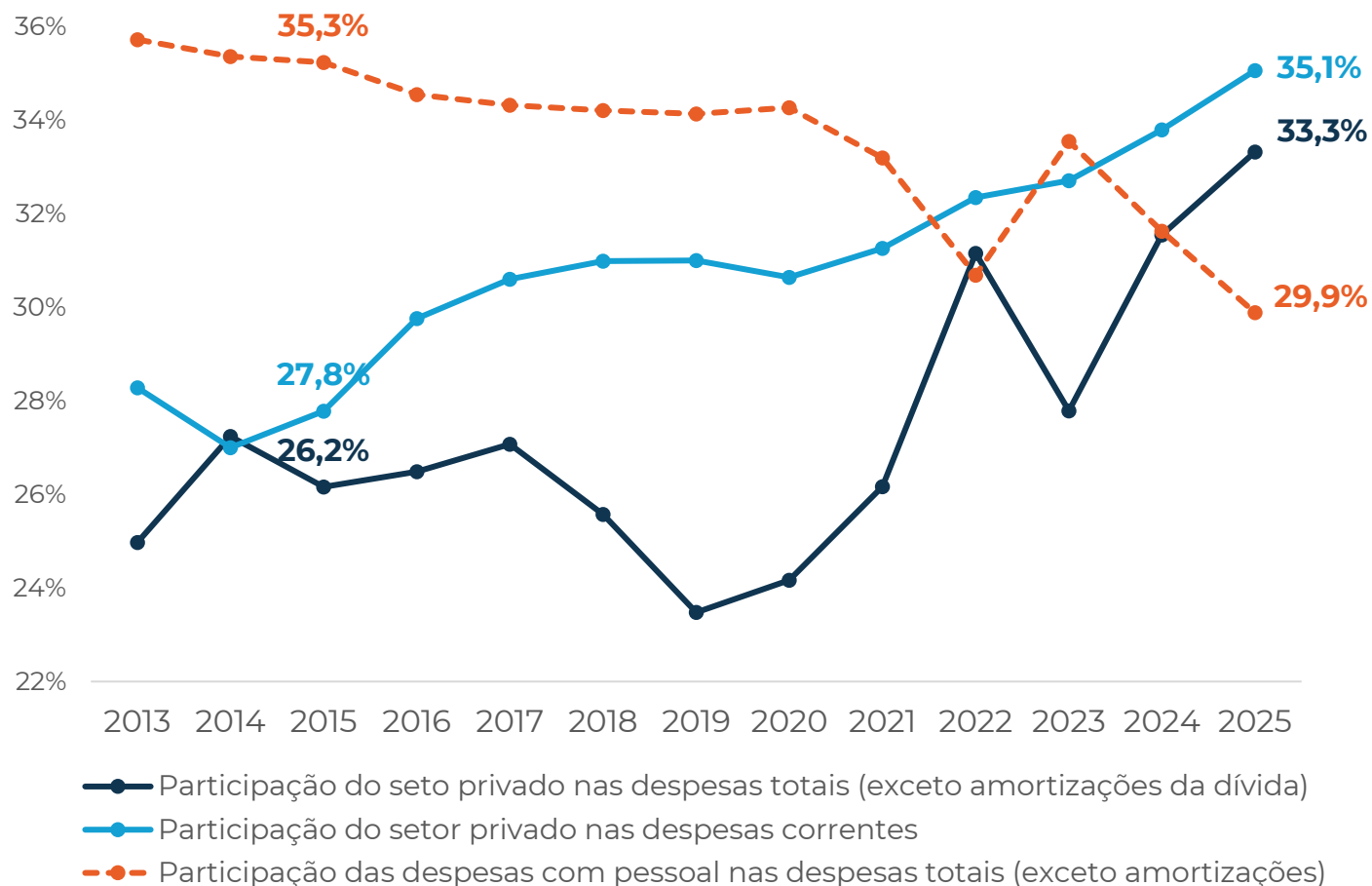
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Var. média anual - Real
Investimentos	1.014	1.301	2.187	5.318	2.494	4.155	5.510	25,5%
Obras e Instalações	440	412	574	1.341	934	1.804	2.353	25,1%
Obras rodoviárias	349	336	500	1.127	653	1.554	1.999	26,6%
Outras obras e instalações	92	77	74	214	281	250	354	18,5%
Transferências para obras em municípios	120	429	682	2.213	854	1.367	1.827	49,0%
Transferências de capital p/ inst. privadas s/ fins lucr.	9	62	126	313	69	244	240	63,3%
Equipamentos e Material Permanente	285	240	647	1.132	322	419	819	12,9%
Outros investimentos	160	158	157	320	314	321	270	3,3%

Fonte: Portal da Transparência do Executivo de SC



Privatização do orçamento

Participação do setor privado* na execução orçamentária do Executivo**



Fonte: Estimativas próprias a partir de dados do Portal da Transparência do Executivo de SC;

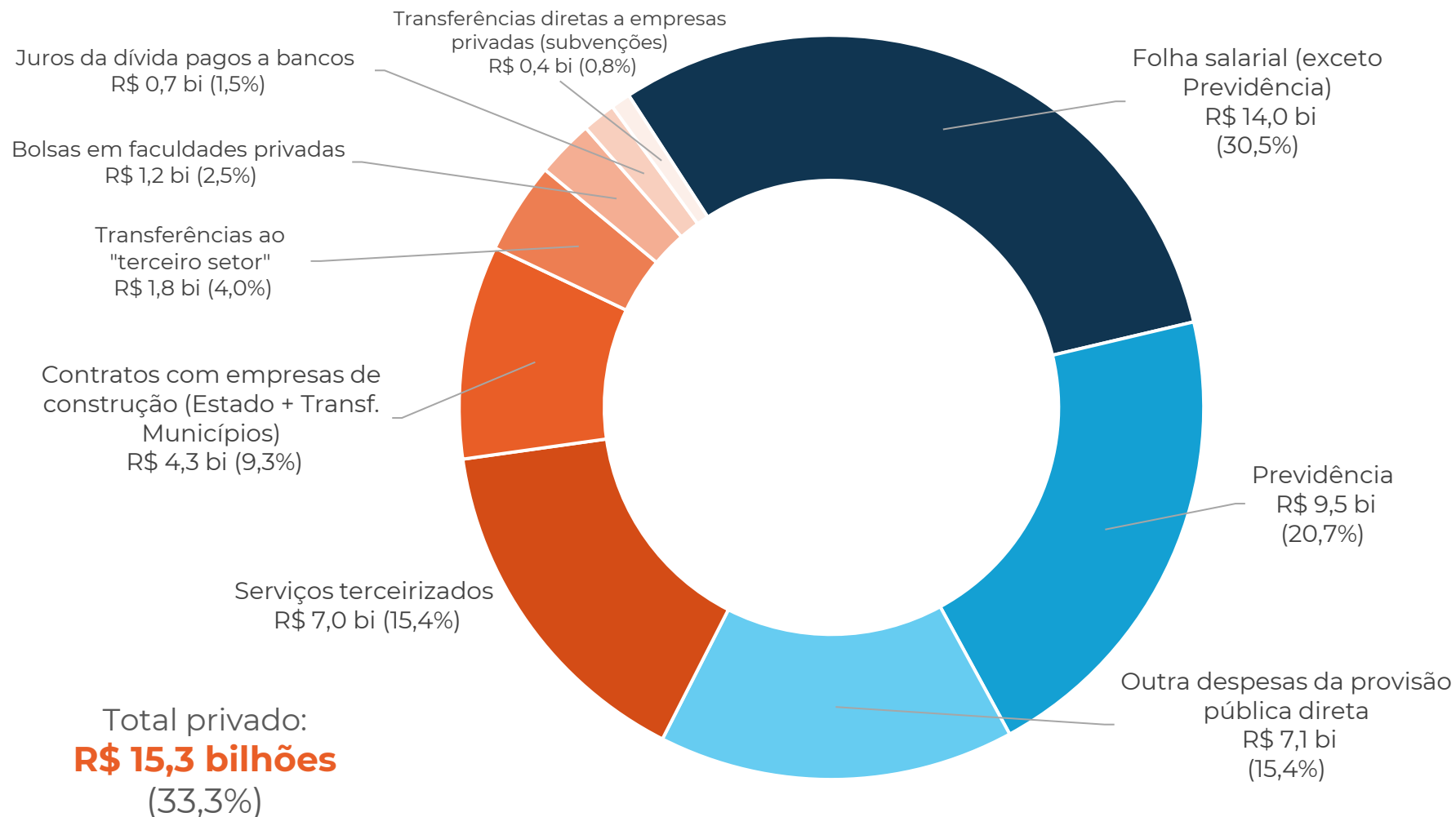
* Transferências a entidades privadas, serviços terceirizados (exceto empresas públicas estaduais), bolsas em faculdades privadas, juros pagos a bancos, sentenças judiciais pagas a fornecedores, financiamentos rurais e contratos para obras e instalações (não inclui materiais de consumo ou serviços de pessoas físicas);

** Exceto amortizações da dívida.

- ❖ Com a descentralização orçamentária e a intensificação dos mecanismos de privatização, o grau de **apropriação privada do fundo público catarinense bateu recordes históricos em 2025**.
- ❖ A participação do setor privado – seja por meio de terceirizações, obras, serviço da dívida ou outras transferências ao capital – na execução orçamentária atingiu 33,3% no último ano, indicando que **um terço do fundo público catarinense é transferido ao capital**. Em termos absolutos, isso equivale a cerca de **R\$ 15 bilhões**, montante **superior a toda a folha salarial do Executivo**.
- ❖ Se desconsiderarmos os contratos para obras e outros investimentos, a participação do setor privado nos gastos chega a 35,1% em 2025, apresentando tendência de forte crescimento desde 2014. Esses dados revelam uma **tendência privatista instaurada desde a crise nacional**, mas que se **acentuou no governo Jorginho Mello**.

Apropriação do fundo público

Apropriação pública vs. privada do orçamento do Executivo em 2025



Fonte: Portal da Transparência do Executivo de SC

5. FUNDO PÚBLICO E SISTEMA PREVIDENCIÁRIO



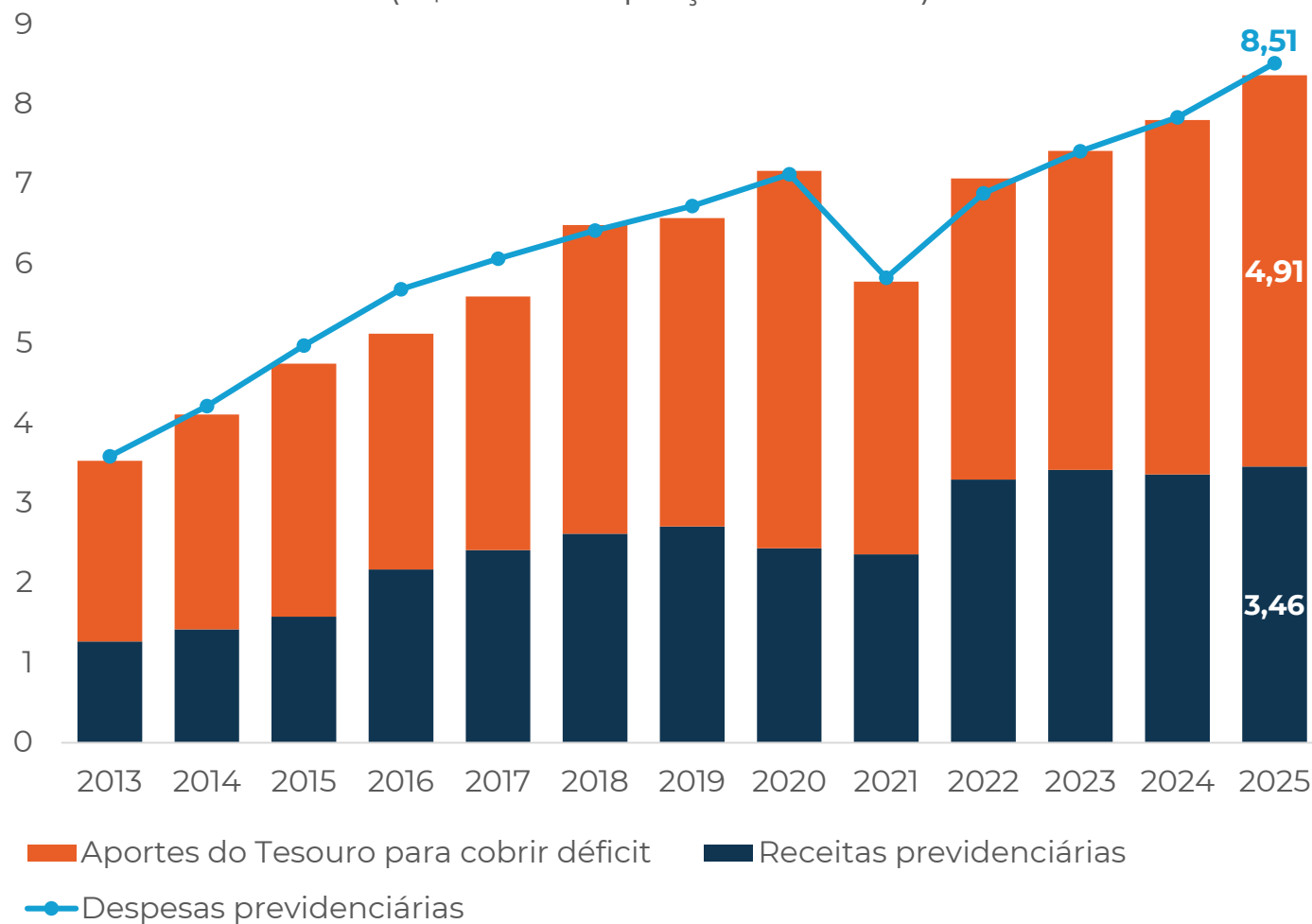
Previdência pública e seguridade social

- ❖ A previdência pública em **regime de repartição** constitui uma conquista histórica da classe trabalhadora e um pilar da seguridade social. Diferentemente da previdência privada, esse modelo é estruturado sobre os princípios da **solidariedade entre gerações** e do **compartilhamento coletivo de riscos**, que se opõem à lógica de mercado da capitalização individual.
- ❖ Para viabilizar esse sistema, o financiamento previdenciário deve se apoiar em três fontes principais: 1) as contribuições dos **trabalhadores ativos**, 2) as contribuições **patronais**; e 3) de toda a sociedade por meio do **fundo público**.
- ❖ A sustentabilidade do sistema exige o **fortalecimento dessas três bases**, especialmente da cobertura do fundo público, que tende a ganhar peso em momentos de acelerado envelhecimento populacional.



Déficit previdenciário

Resultado Previdenciário do Poder Executivo
(R\$ bilhões a preços correntes)

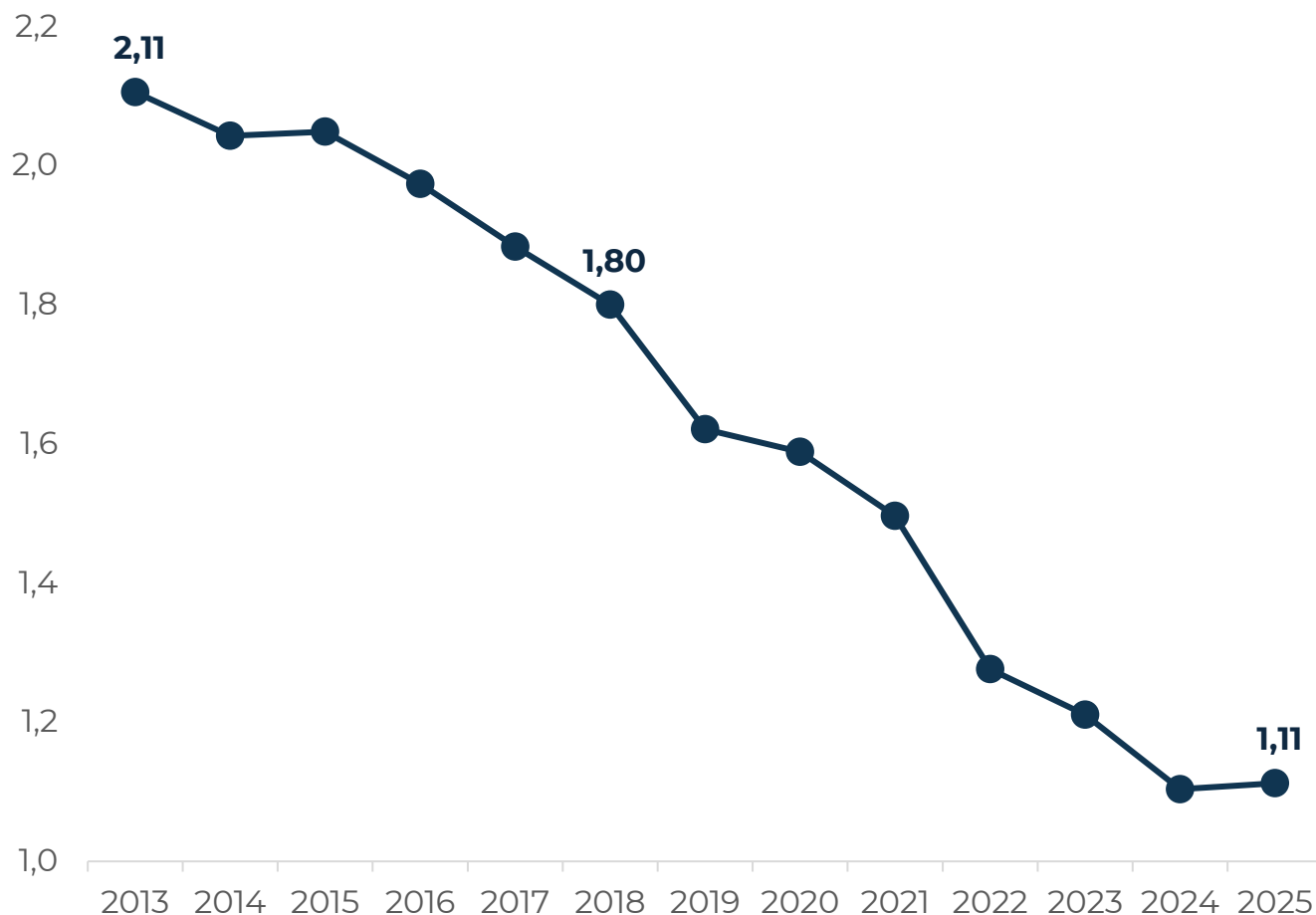


Fonte: RREO/ SEF (Anexo 4)

- ❖ Pela lógica atuarial do seguro privado, de fato o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do estado de Santa Catarina **apresenta um déficit estrutural**.
- ❖ Em 2025, a diferença entre as despesas e receitas previdenciárias do Poder Executivo foi de **R\$ 5 bilhões**, os quais foram cobertos com aportes do Tesouro estadual.
- ❖ A necessidade de aportes do fundo público é uma característica inerente aos sistemas previdenciários de repartição, especialmente em contextos de envelhecimento populacional. Entretanto, essa tendência tem sido aprofundada pela precarização do serviço público no Estado, que **compromete os dois outros pilares de financiamento do sistema**.

• Redução da base de contribuintes •

Servidores contribuintes para o RPPS no Executivo para cada R\$ milhão arrecadado em Santa Catarina*



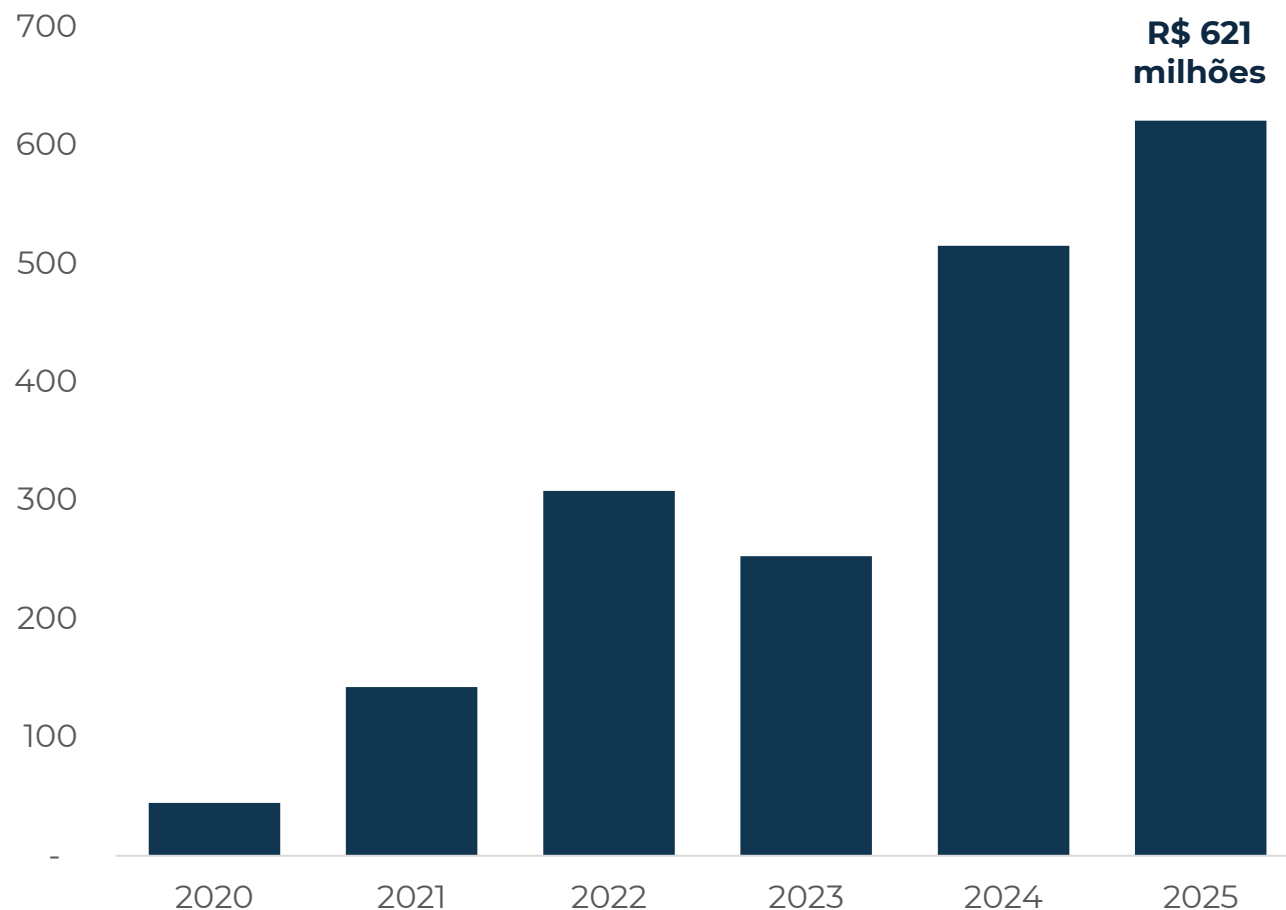
Fonte: Portal da Transparência do Executivo de SC

* Servidores estatutários do Executivo / RCL (em R\$ milhões)

- ❖ Uma das principais causas do crescimento do déficit previdenciário, mesmo após sucessivas contrarreformas, é a deterioração do quadro de **contribuintes ativos**.
- ❖ À medida que a população envelhece e o número de aposentados e pensionistas aumenta, seria necessário que o contingente de **servidores ativos** também se expandisse, acompanhando o **crescimento da economia, da arrecadação e da demanda por serviços públicos**.
- ❖ Em Santa Catarina, porém, ocorreu o movimento inverso: o Executivo **reduziu a realização de concursos públicos** e ampliou a **contratação de temporários**.
- ❖ Como resultado, deteriora-se a relação entre contribuintes e beneficiários, ampliando a dependência do RPPS em relação aos **aportes do fundo público**.

• Impactos da redução da base de contribuintes •

Perdas de receitas do RPPS em decorrência da compressão da folha salarial do Executivo* (R\$ milhões)



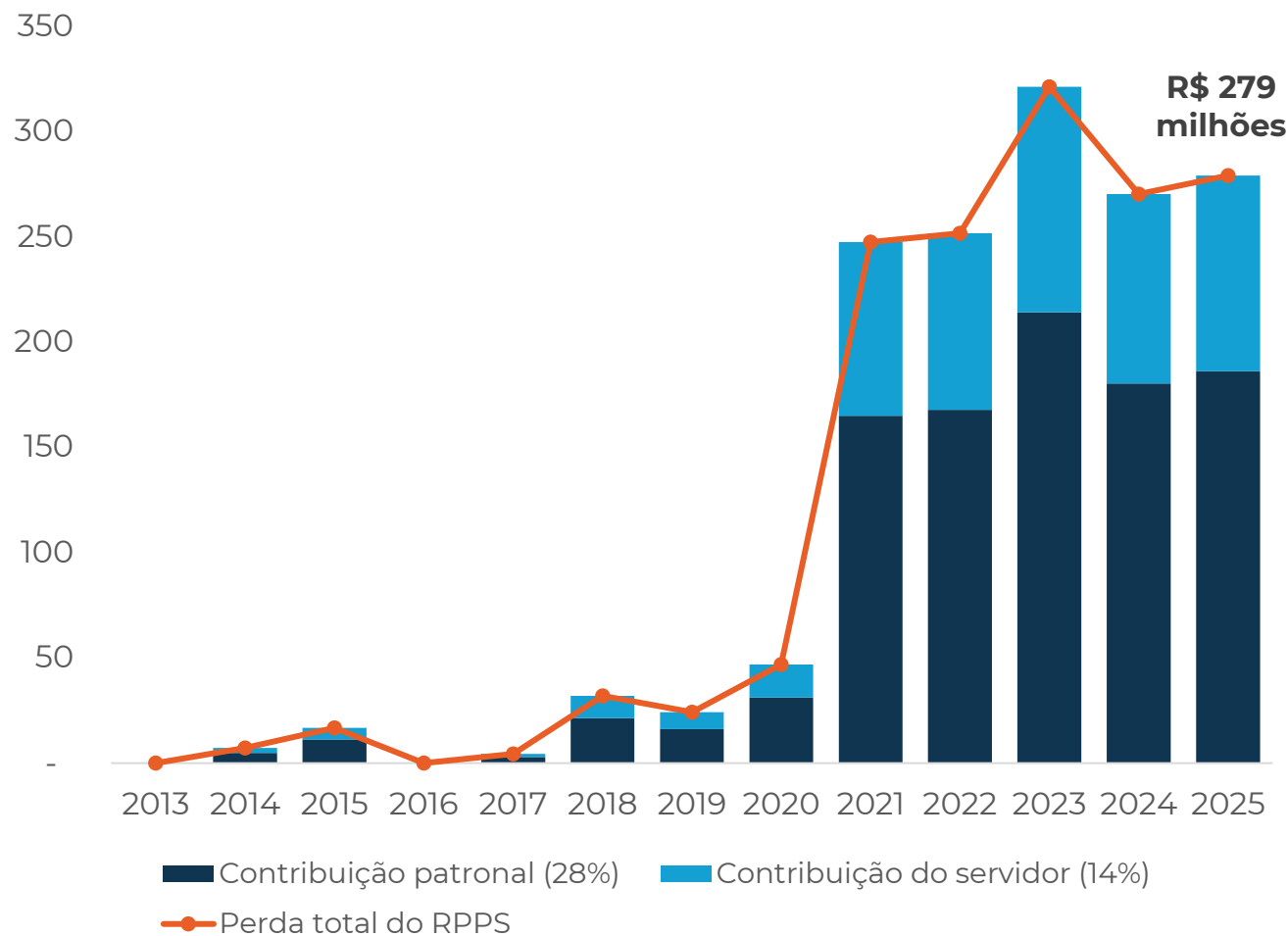
- ❖ A recente **compressão da folha salarial do Executivo**, aprofundada pelo PAFISC, foi decisiva para o agravamento desse cenário, uma vez que limitou a expansão do quadro de servidores e dos rendimentos sobre os quais incidem as contribuições previdenciárias.
- ❖ Caso tivesse mantido o mesmo patamar de despesas com pessoal observado em 2019 (45,7% da RCL, ainda abaixo do limite prudencial da LRF), estima-se que o RPPS teria arrecadado **R\$ 1,8 bilhão adicionais nos últimos cinco anos**.
- ❖ Apenas em 2025, essa arrecadação extra alcançaria **R\$ 621 milhões**, reduzindo significativamente a necessidade de aportes do Tesouro estadual para cobrir o déficit previdenciário.

Fonte: Estimativas próprias a partir de dados do Portal da Transparência do Executivo de SC

* A projeção se baseia na razão receita previdenciária/ despesa com pessoal efetivamente observada ao longo da série, incorporando os aumentos de alíquotas promovidos pelas contrarreformas.

• Impactos da redução da base de contribuintes •

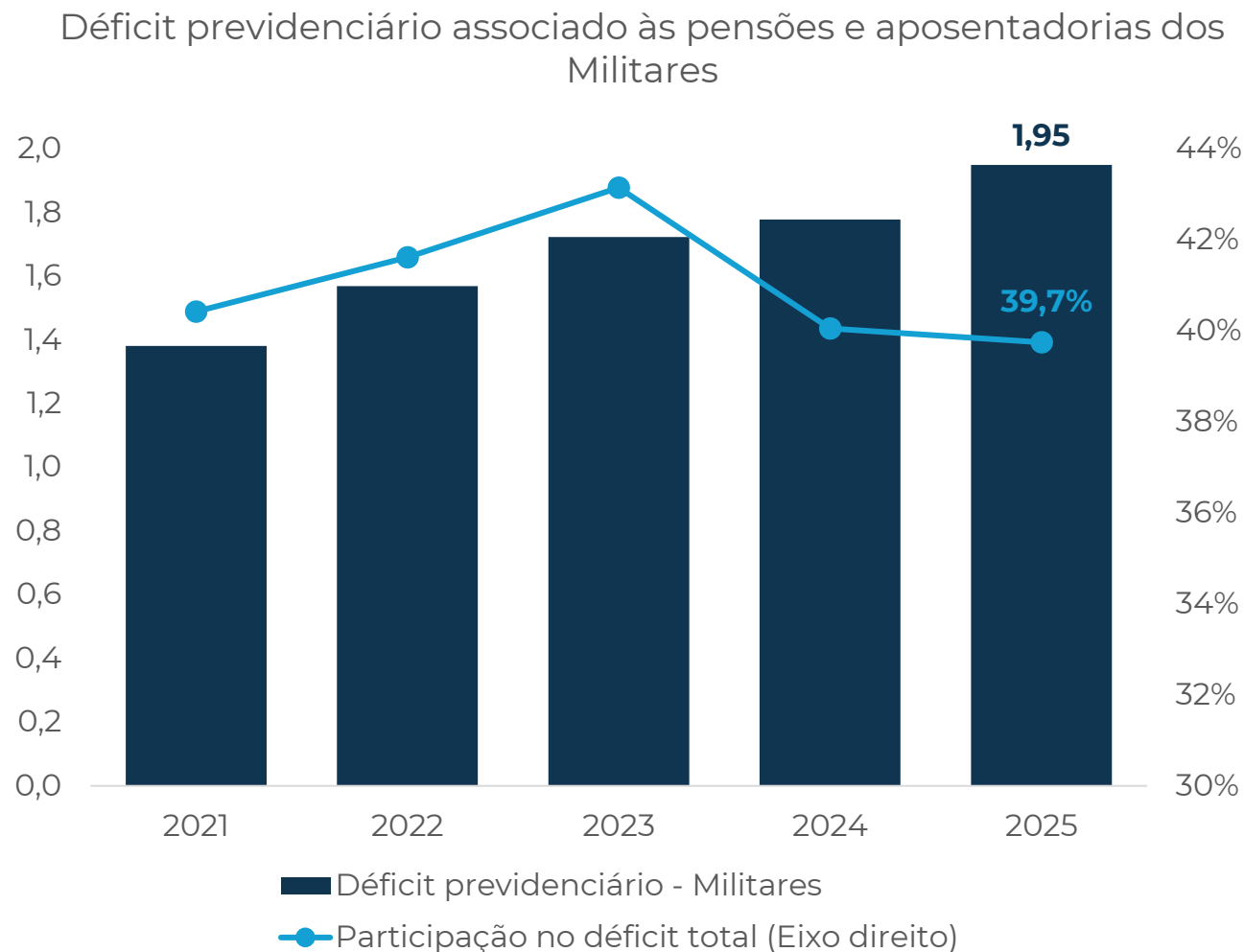
Perdas de receitas do RPPS em decorrência da substituição de servidores efetivos por temporários (R\$ milhões)



- ❖ A **substituição de servidores efetivos por temporários** também contribui para o déficit previdenciário. Até 2014, apenas 3% das despesas com pessoal do Executivo eram destinadas a contratações temporárias. Atualmente, esse percentual gira em torno de 6%, o dobro do registrado há uma década.
- ❖ Como esses trabalhadores contribuem para o INSS, e não para o RPPS, essa mudança reduziu as receitas da previdência estadual. Caso esses mesmos cargos tivessem sido **ocupados por servidores efetivos**, o regime receberia tanto a contribuição dos trabalhadores (14%) quanto a patronal do estado (28%), ampliando de forma permanente suas receitas.
- ❖ Nesse cenário, estima-se que o RPPS teria arrecadado **R\$ 279 milhões** adicionais em 2025. Considerando os últimos cinco anos, a perda acumulada decorrente da substituição de efetivos por temporários chega a **R\$ 1,4 bilhão**.

Fonte: Estimativas próprias a partir de dados do Portal da Transparência do Executivo de SC

• Composição do déficit •

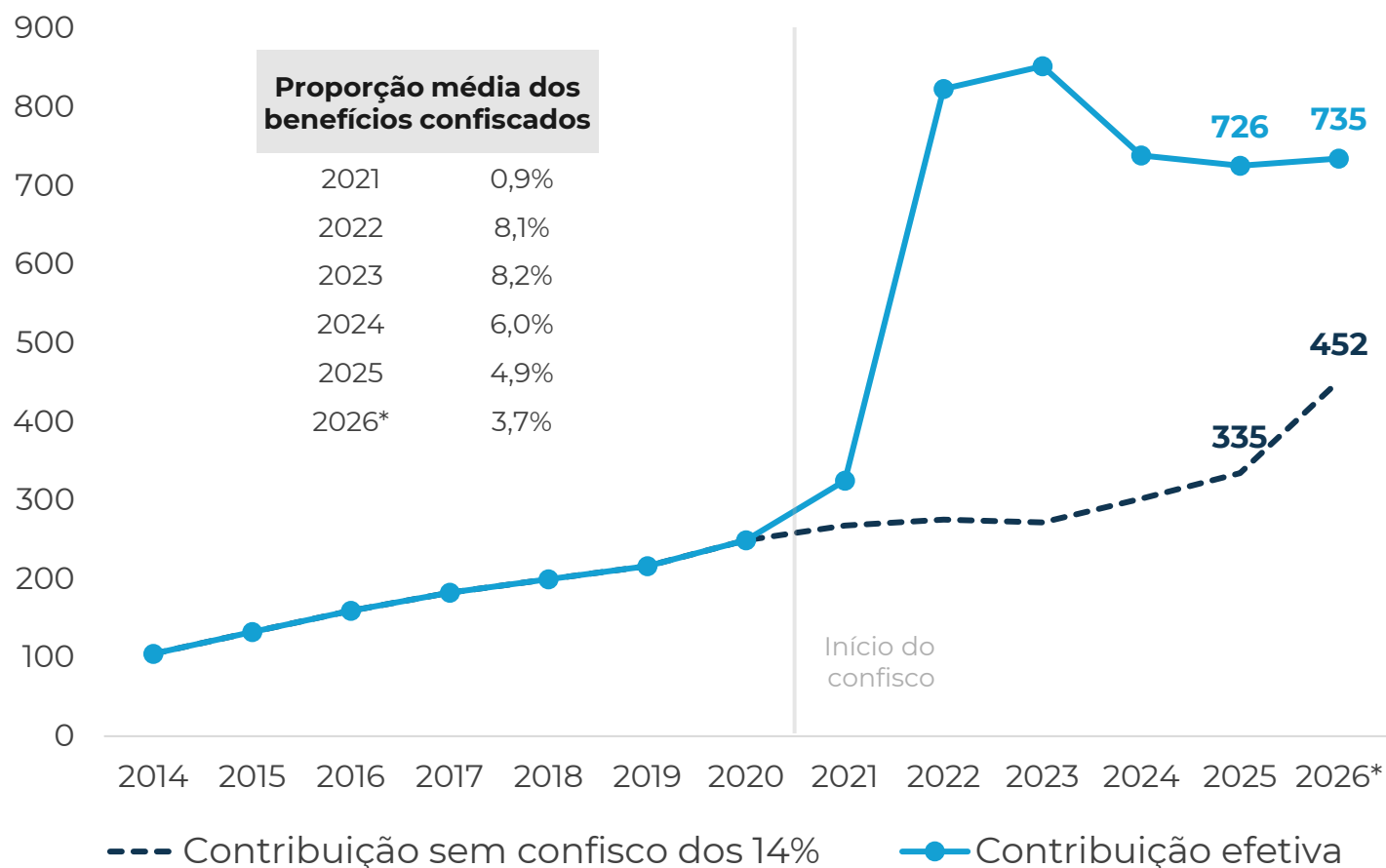


Fontes: RREO/ SEF e Relatório Atuarial IPREV

- ❖ Além disso, é importante destacar que grande parte do déficit previdenciário **não está associada à base do serviço público**, mas a grupos que recebem benefícios atípicos, em particular decorrentes de regras antigas que permitiam a incorporação de vantagens associadas a cargos de confiança e funções comissionadas.
- ❖ Enquanto o valor médio dos benefícios pagos a ex-servidores do quadro civil do Executivo gira em torno de R\$ 8 mil – alcançando valores substancialmente menores nas áreas de educação e saúde –, os aposentados da Secretaria da Fazenda, por exemplo, recebem mais de R\$ 30 mil ao mês.
- ❖ Em termos absolutos, os **militares constituem o principal componente do déficit previdenciário estadual**. Embora representem apenas 20,1% dos segurados do IPREV, respondem por 39,7% de toda a insuficiência financeira do regime. Em 2025, o déficit associado às aposentadorias e pensões militares alcançou aproximadamente **R\$ 2 bilhões**.

• Confisco previdenciário •

Contribuição dos servidores inativos para o RPPS - Fundo em Repartição/ SC Seguro (R\$ milhões a preços correntes)



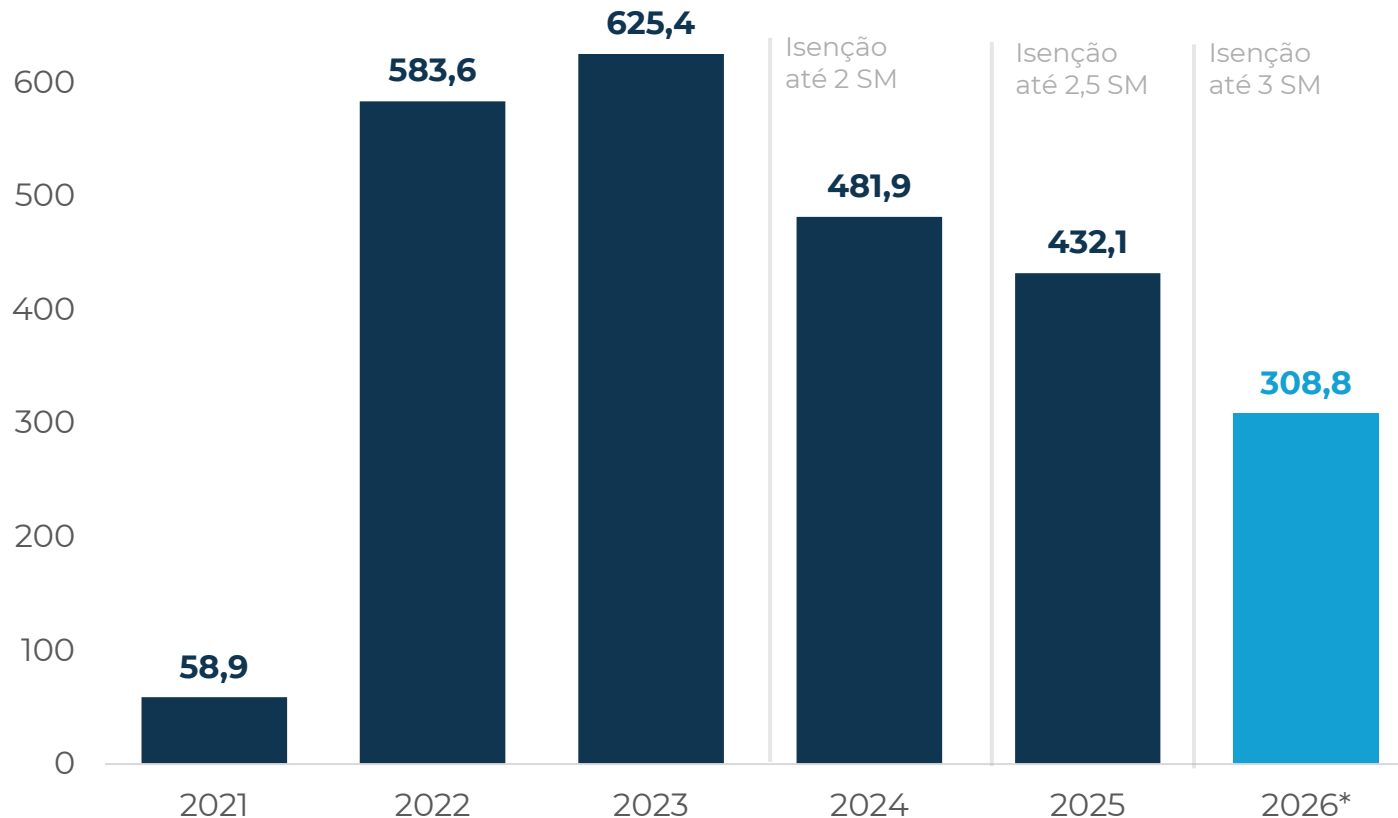
- ❖ Em vez de enfrentar as causas estruturais do déficit previdenciário, o governo do estado têm avançado na desestruturação do sistema de seguridade social.
- ❖ Antes de 2019, apenas aposentadorias e pensões com valores acima do teto do INSS (R\$ 8.157,41 em 2025) estavam sujeitas à contribuição previdenciária, fixada em 14%. A **reforma da previdência** a nível federal autorizou os estados a descontarem também benefícios abaixo desse limite.
- ❖ Em Santa Catarina, o governador Carlos Moisés adotou essa medida em 2021, instituindo o **confisco de 14% sobre todos os benefícios acima de um salário mínimo**, o que representou uma perda média de 8,1% nos rendimentos dos aposentados e pensionistas do IPREV.

*Projeção com base nos resultados parciais acumulados até abril;

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Portal da Transparência do Executivo de SC (2026)

• Confisco previdenciário •

Estimativa do montante de benefícios confiscados dos servidores inativos por ano (R\$ milhões a preços correntes)



- ❖ Embora a faixa de isenção tenha sido ampliada a partir de 2024, alcançando 3 salários mínimos em 2026, em média quase **4% da renda dos servidores inativos ainda é confiscada** pelo desconto previdenciário.
- ❖ Em 2025, mais de **60 mil servidores inativos** do estado sofreram descontos em seus benefícios, mesmo após décadas de contribuição previdenciária.
- ❖ Somente no último ano, essa cobrança gerou uma arrecadação de **R\$ 432 milhões** para o estado. Considerando todo o período, a estimativa é de que os descontos acumulados alcancem **R\$ 2,5 bilhões até o final de 2026**.

*Projeção com base nos resultados parciais acumulados até abril;

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Portal da Transparência do Executivo de SC (2026)

• Confisco previdenciário •

Estimativa de confisco de benefícios previdenciários por órgão em 2025

Órgão	Total confiscado em 2025		Servidores confiscados	Média mensal por servidor	Proporção do benefício
SED	R\$	185.238.570,28	29.060	R\$ 490,33	6,0%
PMSC	R\$	82.663.994,65	10.544	R\$ 603,07	4,9%
SES	R\$	41.308.990,03	7.404	R\$ 429,18	5,1%
TJSC	R\$	25.092.139,80	3.180	R\$ 606,97	3,9%
PCSC	R\$	16.426.495,41	2.158	R\$ 585,53	3,6%
CBMSC	R\$	12.714.101,15	1.606	R\$ 608,97	4,5%
SEF	R\$	10.603.542,50	1.337	R\$ 610,07	1,9%
SIE	R\$	9.554.072,82	1.499	R\$ 490,28	4,9%
ALESC	R\$	8.602.267,40	1.090	R\$ 607,08	2,0%
FCEE	R\$	6.532.612,29	858	R\$ 585,67	4,6%
UDESC	R\$	4.977.668,88	657	R\$ 582,80	3,0%
SEA	R\$	4.273.617,24	541	R\$ 607,65	4,0%
SAP	R\$	4.237.428,78	569	R\$ 572,86	4,0%
TCE	R\$	3.839.563,55	485	R\$ 608,97	2,1%
MPSC + DPE	R\$	3.584.758,24	454	R\$ 607,38	2,0%
PGE	R\$	2.051.916,99	260	R\$ 607,08	2,7%
IPREV	R\$	1.920.964,65	243	R\$ 608,09	3,9%
PCI	R\$	1.277.317,37	162	R\$ 606,51	2,0%
SAR	R\$	1.218.778,22	218	R\$ 430,06	4,9%
SICOS	R\$	1.086.796,26	155	R\$ 539,35	5,4%
IMA	R\$	984.540,32	135	R\$ 560,99	4,2%
FCC	R\$	789.641,78	122	R\$ 497,88	5,1%
Outros	R\$	3.158.281,47	512	R\$ 474,50	4,9%
TOTAL	R\$	432.138.060,05	63.249	R\$ 525,56	4,9%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Portal da Transparência do Executivo de SC (2026)



Segregação de massas

- ❖ Mesmo com o confisco dos aposentados e pensionistas, o déficit previdenciário continuou crescendo. Diante disso, o governo avançou em uma segunda estratégia: a **segregação de massas**.
- ❖ Implementada a partir de 2024, a medida dividiu os servidores em dois grupos: os atuais permaneceram vinculados ao **fundo de repartição**, denominado SC Seguro, enquanto os novos ingressantes foram direcionados ao **fundo de capitalização** SC Futuro.
- ❖ Trata-se da repetição de uma estratégia já adotada no estado entre 2008 e 2015, que fracassou e foi **revertida após o forte crescimento do déficit do fundo dos servidores antigos**.
- ❖ Na prática, os novos servidores deixam de contribuir para o financiamento dos aposentados e pensionistas atuais, **reduzindo gradualmente a arrecadação do SC Seguro** e ampliando sua dependência de aportes do Tesouro.





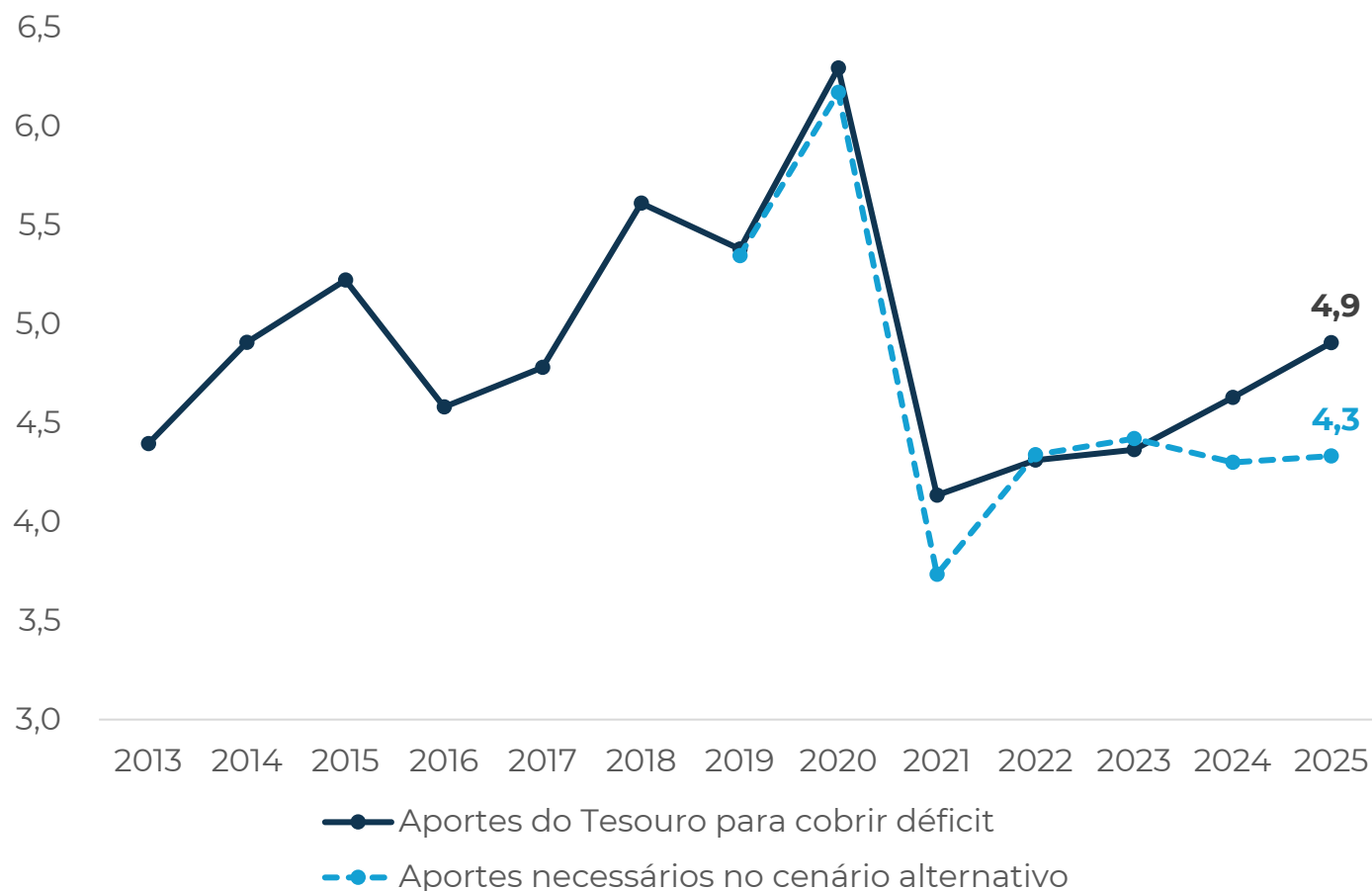
Segregação de massas

- ❖ Apesar do baixo volume de novas nomeações de servidores nos últimos anos, o **SC Futuro já arrecadou R\$ 104 milhões em 2025**, recursos que deixaram de financiar o regime de repartição.
- ❖ À medida que novos servidores ingressarem no serviço público, esse volume crescerá inevitavelmente, aprofundando o esvaziamento financeiro do SC Seguro e ampliando a **pressão por novas contrarreformas previdenciárias**.
- ❖ Ao mesmo tempo, o SC Futuro substitui a lógica da solidariedade pela capitalização, tornando as aposentadorias futuras **dependentes do desempenho instável do mercado financeiro** e sujeitas a riscos como os evidenciados pelo recente caso do Banco Master.
- ❖ O resultado é uma tragédia anunciada: um **SC Seguro Inseguro** para os atuais servidores e um **SC sem Futuro** para as próximas gerações.



Soluções alternativas

Trajetória do déficit da previdência efetivo e cenário alternativo*
(R\$ bilhões a preços de 2025**)



* Déficit efetivo + Receitas com confisco dos 14% – Perdas potenciais decorrentes da compressão da folha salarial desde 2019, da substituição de efetivos por temporários e do deslocamento de recursos ao SC Futuro.

** Valores deflacionados pelo IPCA

Fonte: Elaboração própria a partir de projeções de impacto e dados da RREO/SEF.

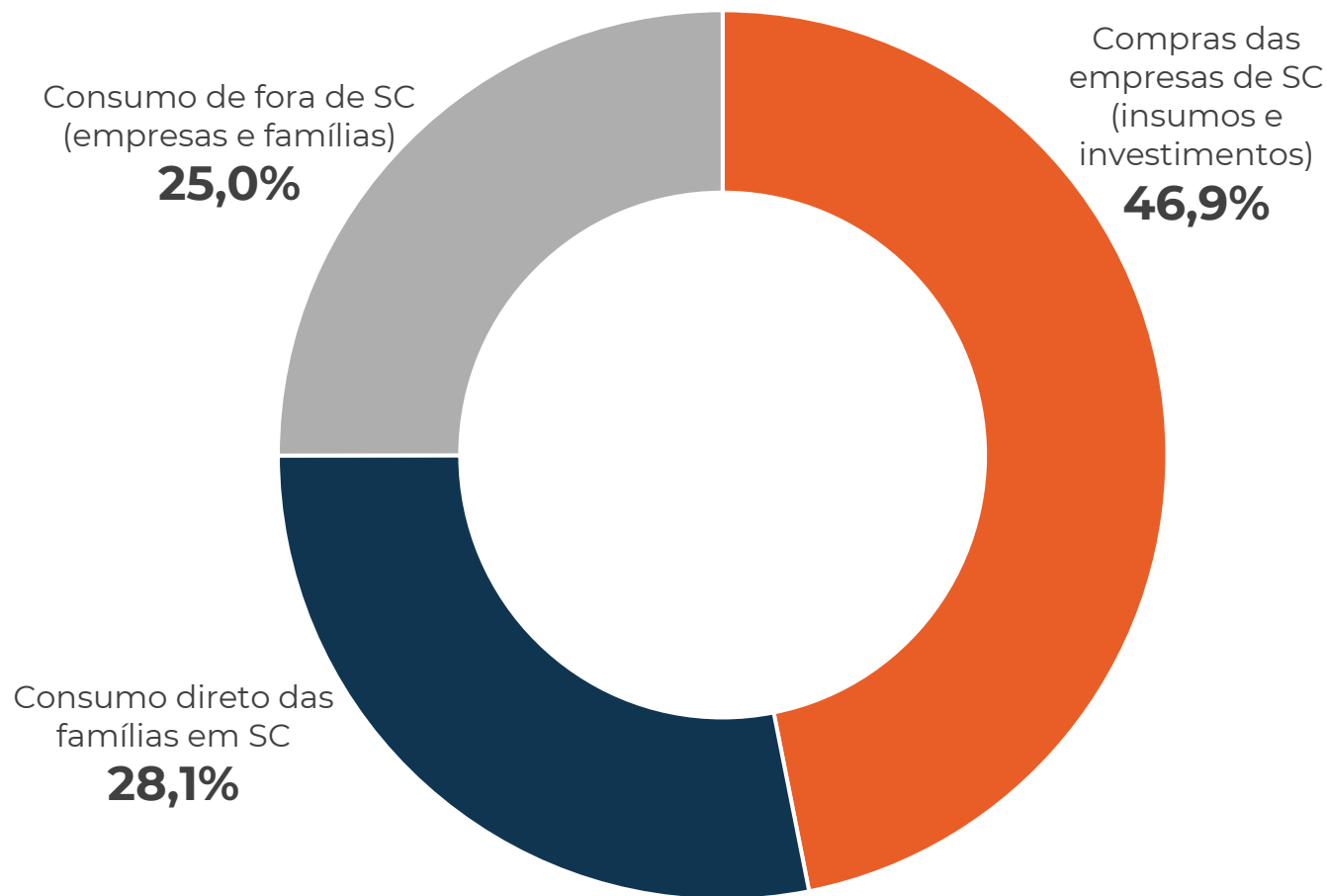
- ❖ Ao contrário do que argumenta a direção do IPREV, o **envelhecimento populacional não torna o regime de repartição insustentável**.
- ❖ Para demonstrar esse ponto, projetamos um cenário em que, em vez de impor o confisco dos 14% e a segregação de massas, o governo tivesse preservado as bases de financiamento do RPPS, mantendo o patamar de despesas com pessoal observado em 2019 e não substituindo servidores efetivos por temporários.
- ❖ Nesse cenário, o fundo de repartição teria arrecadado cerca de **R\$ 600 milhões a mais em 2025** e o **déficit financeiro teria se mantido praticamente estável** em termos reais ao longo dos últimos anos.
- ❖ Esses resultados indicam que a deterioração do regime não é uma tendência inevitável, mas uma **consequência das políticas de precarização do serviço público** que enfraquecem as bases de financiamento da previdência estadual.

ANEXOS METODOLÓGICOS



• Decomposição do ICMS •

Distribuição do ICMS por natureza jurídica e origem

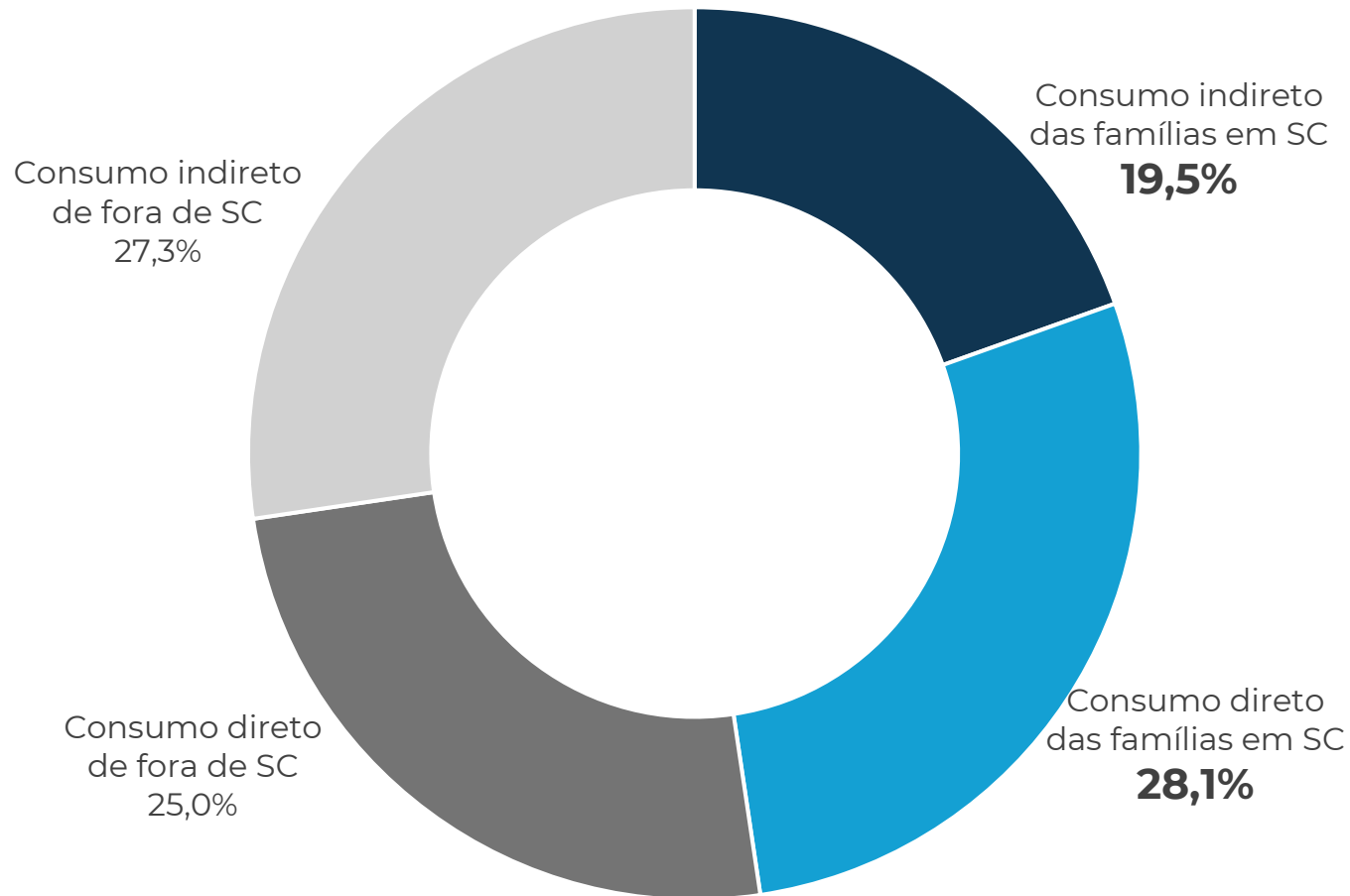


❖ Considerando que o setor público e que as atividades exportadoras (beneficiadas pela Lei Kandir) praticamente não recolhem ICMS, a arrecadação pode ser dividida em três partes:

- Compras realizadas por **empresas localizadas em SC** (exemplos: combustíveis para transporte de cargas, mercadorias para revenda compradas de indústrias locais, máquinas e equipamentos);
- Compras realizadas **diretamente pelas famílias** catarinenses (exemplos: supermercados, farmácias, energia elétrica, água, telefonia);
- Compras realizadas por consumidores com **domicílio fiscal fora de SC** (exemplos: roupas vendidas para redes nacionais de varejo, insumos para indústrias localizadas em SP, venda de carnes para outros estados)

• Decomposição do ICMS •

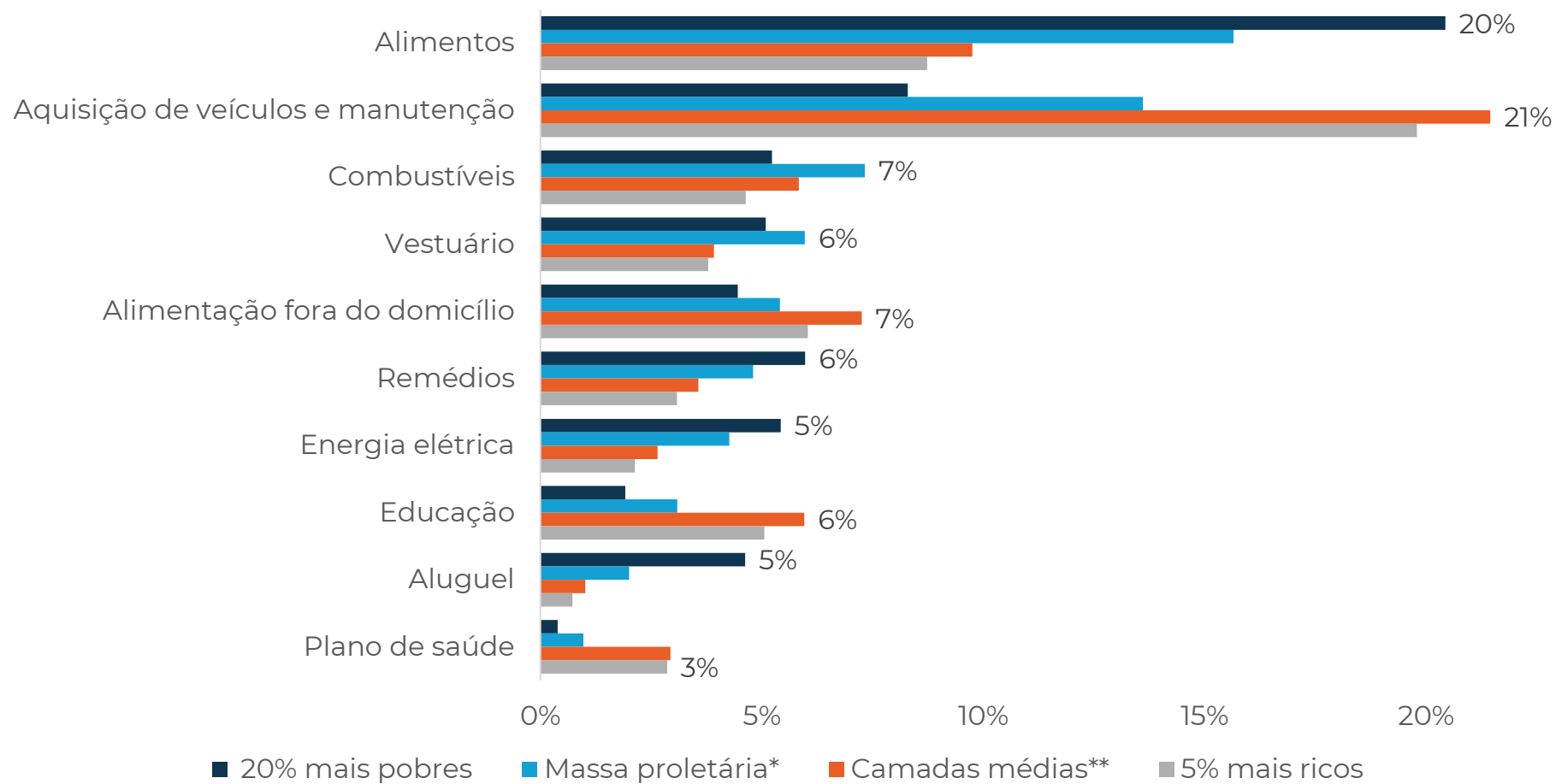
Distribuição do ICMS por natureza jurídica e origem



- ❖ As empresas de SC compram insumos por dois motivos principais: para vender diretamente ao consumidor (como lojas que compram roupas de confecções) ou para produzir outros bens que serão consumidos mais adiante. Por exemplo, a fabricação de uma máquina de costura só faz sentido porque ela permite produzir roupas, as quais são vendidas ao comércio, que lucra com sua revenda ao consumidor final
- ❖ Embora o ICMS seja recolhido pelas empresas ao longo da cadeia produtiva, ele **é repassado ao preço dos produtos e, portanto, pago pelos consumidores finais**
- ❖ Considerando esses encadeamentos, o **consumo das famílias catarinenses** responde por duas parcelas da arrecadação: uma direta (que aparece nas notas fiscais das compras realizadas) e outra indireta (embutida nos preços), totalizando **48% do ICMS arrecadado no estado**, aproximadamente **R\$ 13 bilhões em 2025**

• Perfil de consumo das famílias •

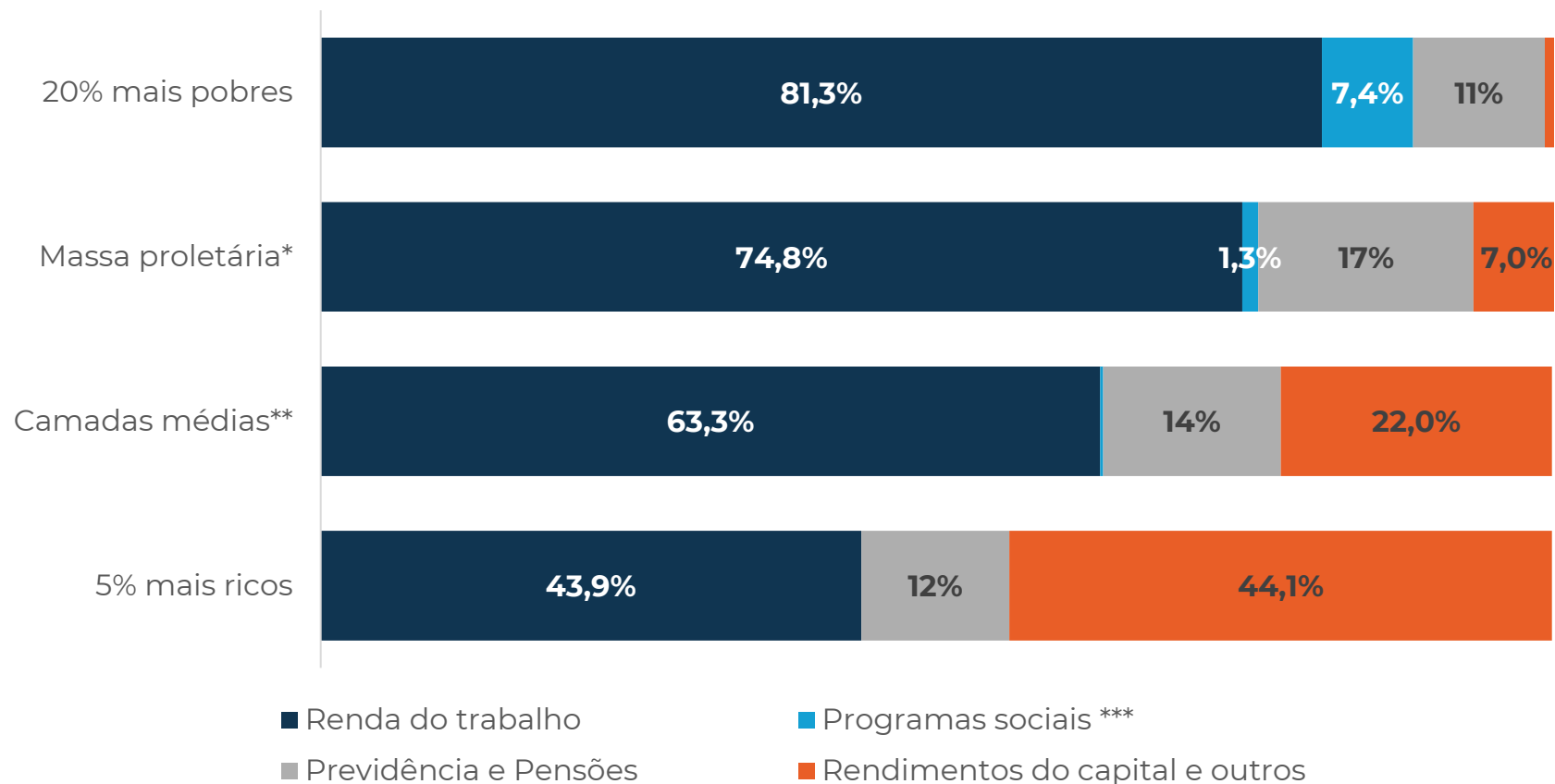
Composição das despesas monetárias de consumo das famílias por grupo de renda em SC – Principais itens



* Famílias entre os percentis de renda 16 a 80; ** Famílias entre os percentis de renda 6 a 15 Fonte: POF/IBGE (2018)

• Estrutura de renda das famílias •

Composição da renda por estratos de famílias em SC



* Famílias entre os percentis de renda 16 a 80; ** Famílias entre os percentis de renda 6 a 15;

*** Bolsa Família, BPC-LOAS, Seguro-Desemprego e outros;

Fonte: Microdados da PNADC/A (2024)



Realização: *Fórum Catarinense em Defesa do Serviço Público*

Responsáveis técnicos: *Mauricio Mulinari e Vicente Loeblein Heinen*